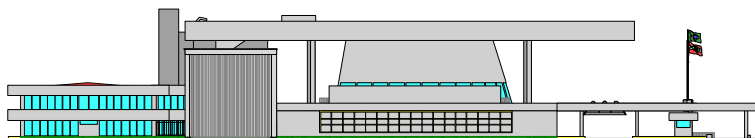


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 01 JUNHO DE 2010

NÚMERO 6.176

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

| | | |
|--|--|---|
| <p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p> | <p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2176 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p> | <p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 044ª Sessão Ordinária realizada em 26/05/20102 Ata da 045ª Sessão Ordinária realizada em 26/05/201010 Ata da 14ª Sessão Extraordinária realizada em 26/05/201022</p> <p>Atos da Mesa Ata da Mesa DL.....22</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria.....23 Ata de Comissões Permanentes23 Aviso de Resultado.....24 Despacho.....24 Emenda Constitucional25 Extratos25 Ofícios.....25 Projetos de Lei.....26 Relatório.....29</p> |
|--|--|---|

P L E N Á R I O

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Comenta a redução do índice de mortalidade infantil; refere-se à luta no combate ao crack.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Aborda o projeto de lei que fixou o pagamento dos serviços ambientais.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Adjori de Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Tece comentários acerca do desempenho do governador Leonel Pavan.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Reporta-se ao governo do estado.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Lamenta o estado ter ficado de fora da Copa do Mundo de

2014; critica a atuação da Polícia Militar na manifestação dos estudantes contra o aumento da tarifa do transporte coletivo.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Dakina, de Guarimir.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se à Medida Provisória n. 170; registra o problema da praia da Armação do Pântano do Sul.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Registra a presença do Clube de Mães Girassóis, de Atalanta.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se à sessão solene em homenagem à Fampesc; comenta audiência pública sobre substituição tributária; elogia a atuação do técnico de basquete de Joinville.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a MPV 0170; registra a gravidade da situação da comunidade da Armação do Pântano do Sul; comenta a atuação da Polícia Militar em manifestação de estudantes.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Registra a abertura do Sustentador 2010; comenta a situação vivida pela comunidade da praia da Armação do Pântano do Sul; comemora a aprovação da emenda constitucional sobre privatização.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Refere-se ao

problema enfrentado pela comunidade da Armação do Pântano do Sul; comenta a candidatura de Dilma Rousseff; aborda a violência contra a mulher.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Tece comentários acerca do problema enfrentado pela comunidade da praia da Armação do Pântano do Sul; comenta a eleição ao governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. parlamentares.

Srs. deputados, como estamos no calendário especial, passaremos de imediato ao horário dos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, deputados Dagomar Carneiro, Romildo Titon e Elizeu Mattos, colegas servidores do estado, deputados Lício Mauro da Silveira e

Antônio Ceron, a página do editorial do *Diário Catarinense* traz dois assuntos importantíssimos para a minha abordagem de hoje.

O primeiro tema se relaciona à redução do índice de mortalidade infantil. Segundo a última edição da respeitada revista médica *The Lancet*, a marcha brasileira para atingir, até 2015, a meta do milênio na questão da mortalidade infantil está muito próxima de chegar a bom termo, pois o país conseguiu, entre 1990 e 2010, uma redução de 61,7% desse índice.

Analisando a evolução dos números do estado, fica evidente o quanto os governos Luiz Henrique/Eduardo Pinho Moreira e Luiz Henrique/ Leonel Pavan contribuíram para essa redução, em função do brilhante trabalho desenvolvido pela secretaria da Saúde. E cito os secretários Fernando Coruja, Dado Chereim e Carmen Zanotto, que merecem todo o nosso reconhecimento por essa batalha vencida.

Quero parabenizar ainda os coordenadores dos programas relacionados à saúde da criança e do adolescente, responsáveis diretos por essa área nevrálgica.

(Passa a ler.)

“Taxa de mortalidade infantil preocupa”, esta era a chamada, e os dados apontavam que Santa Catarina, continuando naquele ritmo, atingiria o índice de 17,70 mortes por mil em 2020, completamente fora da meta do milênio. Durante três anos seguidos o índice permaneceu inalterado. Em 2000, 2001 e 2002 a mortalidade infantil em Santa Catarina era de 15,6 por mil. Em 2003, primeiro ano do governo Luiz Henrique, este índice caiu. Em 2010, estamos com uma taxa de mortalidade de apenas dez por mil, taxa muito próxima à do primeiro mundo, o que aponta para o absoluto sucesso da nossa luta.

Somos o estado do país com o menor índice de mortalidade infantil, e isso merece muita, mas muita comemoração. Em seu editorial, o *Diário Catarinense* questiona as razões do sucesso nacional. As razões do sucesso estadual são fáceis de explicar. Alguns fatores explicam o nosso sucesso, deputada Angela Albino: atenção básica e investimentos em cuidados com as gestantes desde o pré-natal. Isso permitiu de cara a identificação de qualquer anormalidade já no início da gestação.

O Programa de Saúde da Família foi implantado em 100% dos municípios do estado. Aumentamos o número de leitos de UTI neonatal em praticamente 100%. Com isso hoje podemos orgulhar-nos de estarmos caminhando para, quem sabe em breve, comemorarmos o *status* de termos uma taxa de mortalidade infantil ao menos parecida com a da Islândia. Naquele país, para cada mil nascimentos, a taxa de mortalidade é de 1,5%. É uma meta perfeitamente possível de ser atingida, bastando para tanto manter a atual política de saúde vitoriosa. Foram reduzidas 5,6 mortes por mil nessa primeira fase. E os resultados só tendem a melhorar.

Por isso, solicito que fique registrado, presidente Jorginho Mello, nos anais da Casa este editorial para nos lembrar do quanto fizemos e do quanto ainda podemos fazer pelas crianças do nosso estado.

Ainda na página do editorial do *Diário Catarinense* da mesma data, o segundo editorial trata do combate ao *crack*, uma luta que não pode parar nunca; uma luta, nosso líder deputado Antônio Aguiar, iniciada pelo Grupo RBS ao lançar a campanha *Crack Nem Pensar*.

Vale lembrar que na semana passada o governo federal lançou uma grande campanha contra as drogas no país, com foco principal no combate ao *crack*. Antes mesmo do lança-

mento desse programa, sugeri, e em aparte ao deputado Kennedy Nunes, que tratava do tema em plenário, que o governo do estado lançasse um amplo programa de combate às drogas enfocando o *crack*, e reunindo a secretaria de Segurança Pública, a secretaria de Educação, a secretaria da Saúde, a secretaria de Justiça e Cidadania, além da secretaria de Desenvolvimento Social.”

Eu quero voltar a abordar esse assunto do combate, do tratamento e da prevenção às drogas, que considero um dos temas mais importantes a serem atacados pelo governo do estado.

Neste momento, passo o restante do tempo ao deputado Romildo Titon.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Romildo Titon, ainda no horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero abordar, neste horário do meu partido, um assunto importante que, na tarde de hoje, provavelmente, nós vamos deliberar. Trata-se do veto imposto pelo governo do estado a algumas alterações que a Assembleia Legislativa fez no projeto de lei que fixou o pagamento dos serviços ambientais.

Queremos fazer uma retrospectiva deste assunto que é muito importante, até porque quando nós aqui criamos o Código Ambiental de Santa Catarina... E foi um tema bastante polêmico, amplamente discutido pelo estado todo e repercutido no Brasil inteiro pela iniciativa que Santa Catarina teve de ser o primeiro estado a criar o Código Ambiental de Santa Catarina, que aprovamos e que foi sancionado pelo governo do estado.

O governo tinha um prazo de 180 dias para remeter à Assembleia Legislativa um projeto de lei que regulamentasse o pagamento pelos serviços ambientais. Ou seja, aquele cidadão catarinense que estivesse preservando uma determina área teria o pagamento pelos serviços ambientais que ele estava prestando à humanidade.

A matéria adentrou nesta Casa, avoqueei novamente, como havia avocado, o Código Ambiental e passei a fazer uma ampla discussão também com os srs. parlamentares para aprovarmos definitivamente o pagamento de serviços ambientais.

Percebemos que no projeto do governo havia várias falhas que precisavam ser corrigidas. Uma delas era que se falava do pagamento de serviços ambientais, mas não se fixava um valor. Falava-se numa unidade de referência que estava muito vaga.

Discutindo com os srs. parlamentares, acrescentamos uma emenda que fixava 30 sacas de milho por hectare como pagamento pelos serviços ambientais. E fizemos isso até pela experiência em outros estados e em outros municípios do Brasil, mas acreditamos também que, em virtude da pesquisa que fizemos, foi uma das melhores contribuições feitas em todo país pelo pagamento dos serviços ambientais. E também serviu de incentivo para nós, definitivamente, falarmos em serviços ambientais e incentivarmos que as pessoas também preservem a natureza.

Outra falha bastante grande foi que o governo do estado, para fazer o fundo do pagamento dos serviços ambientais, buscava sete ou oito fontes em que iria retirar esses recursos. Mas não determinava o percentual. Tirava valores de determinado fundo, mas não fixava o mínimo, pelo menos. E nós, em comum acordo com os srs. parlamentares - e aqui foi aprovada também uma emenda de nossa

autoria -, fixamos, na grande maioria, 30% daqueles fundos que viriam para o fundo do pagamento de serviços ambientais, com exceção da compensação financeira, que é apenas 10%, porque já havia um comprometimento por parte daquele fundo de compensação financeira de energia elétrica, ou seja, dos *royalties* que são arrecadados. E hoje há um número bastante expressivo de usinas em Campos Novos.

Portanto, queria destacar que em 19 de janeiro de 2010 o Executivo sancionou a Lei n. 15.133, vetando, porém, dois incisos, deputado Antônio Aguiar, do art. 14. Vetou, primeiro, o inciso que fixava em 10% o percentual dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, que é esse que eu acabei de falar dos *royalties* de que trata a Lei n. 9.433, de 1997. E também vetou outro inciso que fixava 30% do percentual dos recursos oriundos da taxa de fiscalização ambiental do estado de Santa Catarina devidos da Fundação do Meio Ambiente - Fatma.

Analisamos e concluímos que esses cortes não inviabilizariam totalmente o projeto. Mas o que nos surpreendeu foi que, enquanto analisávamos, aqui nesta Casa, o veto a esses dois incisos, surpreendentemente, o governo republicou a lei, vetando outros artigos e justificando que foi um equívoco de digitação. E nesse novo veto mudou o rumo dos cortes que ele pretendia dar. E com o corte dado a esse veto, por último, e que reanalisamos agora e acabamos votando no dia de ontem, na comissão de Constituição e Justiça, naturalmente que inviabilizará totalmente o projeto, porque buscamos os 10% dos recursos hídricos, que é a maior fonte de recursos que poderíamos buscar para o pagamento dos serviços ambientais... E se o governo realmente cortar isso inviabilizará totalmente o projeto.

Então, teremos que fazer uma análise muito profunda hoje, quando votarmos o veto do governo do estado, para que possamos derrubá-lo e dar sobrevivência à lei no pagamento dos serviços ambientais, deputado Lício Mauro da Silveira, porque senão o nosso discurso feito durante todo esse tempo para a construção do Código Ambiental, e também para o pagamento dos serviços ambientais, não terá adiantado nada. E isso vai, sem dúvida nenhuma, inviabilizar essa fonte de recursos e não teremos mais como indenizar o nosso agricultor.

Por outro lado, também me chama muito a atenção - e hoje pela manhã ainda recebi um telefonema de uma catarinense, agricultora, que me falou sobre isso - o seguinte: nós fixamos no Código Ambiental que quem tem até 50ha, na hora de averbar a sua reserva legal, o cartório não poderá cobrar. E os cartórios continuam cobrando. O governo ainda não conseguiu acertar esse detalhe, muito embora o presidente Lula tenha prorrogado por mais um ano a questão da averbação.

Mas é preciso que o governo tome essa iniciativa, e os cartórios têm que se encaixar na realidade que esta Assembleia Legislativa aprovou no Código Ambiental. E quem tem até 50ha não pode pagar a averbação da reserva legal nos cartórios! Precisa ser tomada uma atitude com relação a isso e eu chamo a atenção do governo do estado para que cumpra a legislação que aqui nós aprovamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero apenas registrar aqui em plenário a presença de Miguel Angelo Gobbi, presidente da Adjori de Santa Catarina.

Também gostaria de dizer que acabei de receber o convite para o Congresso Estadual da Adjori. E, diga-se de passagem, o meu avô, o ex-deputado Honorato Tomelin, militou e é comendador da entidade. E esse congresso será na cidade de Blumenau, no Bela Vista Country Club, no dia 18 de junho, às 20h.

Sei da importância dos jornais regionais do interior, que levam a informação para o dia a dia das pessoas e que influenciam, definitivamente, na comunidade para melhorar e para contribuir para o desenvolvimento do município.

Assim, além de parabenizar Miguel Angelo Gobbi pelo seu trabalho, quero dizer-lhe que estaremos presentes lá, no dia 18 de junho, no Bela Vista Country Club, na cidade de Blumenau.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o convite, nós agradecemos também a presença do sr. Miguel Angelo Gobbi, uma figura bem vista por todos os jornalistas de Santa Catarina.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, quero saudar, de forma muito especial, a vereadora Lialda Lemos Elizandro, que acompanha os nossos trabalhos aqui nas galerias desta Casa; os inúmeros amigos de São João Batista, que ontem estiveram conosco em uma grande reunião com mais de 200 pessoas, com o objetivo de repartir inúmeras conquistas que já tivemos - e sei que juntos poderemos ter mais -; e também os vereadores e os prefeitos que hoje acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Mas eu queria, sr. presidente, destacar a grande capacidade de governo e a capacidade de interação, com a Assembleia, com as instituições e com a sociedade, do nosso governador Leonel Pavan, que assumiu o governo no começo do mês de abril e até agora tem mostrado uma extraordinária capacidade e habilidade política de interação com todos os agentes que são muito importantes.

Na semana passada, tive a grata satisfação de acompanhar, juntamente com os deputados Giancarlo Tomelin, Dagomar Carneiro e Dado Cherem, a visita dele à Regional de Brusque que compreende os três municípios do vale do rio Itajai-Mirim, que são Brusque, Botuverá e Guabiruba, e os municípios do vale do rio Tijucas, que são: Nova Trento, Major Gercino, São João Batista, Canelinha e Tijucas.

E ele deixou na Regional mais de R\$ 5,5 milhões em convênios que foi lá assinar com diversas instituições. E foi também dar ordens de serviço e também inaugurar algumas obras. Entre alguns convênios assinados destacamos os convênios para incentivar, em parceria com a prefeitura de Brusque, que é governada atualmente por um prefeito do PT, mas ele que não teve nenhuma dificuldade de fazer esse convênio e garantir que os Jogos Abertos, que começaram em Santa Catarina há 50 anos - e, portanto, neste ano irão comemorar o cinquentenário -, aconteçam em Brusque. Eles terão, naturalmente, o apoio da

prefeitura e também um grande apoio do governo do estado, que deixou lá, em convênios, mais de R\$ 1 milhão para garantir que os Jogos Abertos sejam à altura daquilo que Santa Catarina espera e à altura da pujança de Brusque, e que merece ser demonstrada aos catarinenses.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Nobre deputado, o governo que foi instalado em Santa Catarina no dia 26 de março deste ano, iniciou com uma certa insegurança política, com certa desconfiança por parte dos atores políticos do estado e da sociedade.

Mas é um governo que começa, pela sua decisão técnica, a dar resultados. E v.exa. veio trazer alguns desses resultados aqui para o Parlamento catarinense.

Senão vejamos: colocou um técnico na Fazenda, Cleverson Siewert; um técnico na Administração, Paulo Eli; um técnico na secretaria do Desenvolvimento Econômico, Paulo Cesar da Costa; um técnico na Agricultura, Eroni Barbieri; um técnico na Saúde, Roberto Regis de Souza; um técnico na Educação, Silvestre Heerdt; um técnico na Procuradoria-Geral do Estado. Ou seja, é um governo técnico e que tem tratado tecnicamente as questões.

Por isso, está dando resultado, os resultados estão aparecendo e as ordens de serviço estão sendo entregues para os catarinenses em forma de obras.

E hoje este Parlamento terá um dia histórico. Nós vamos debater as MPs que também são técnicas, mas que não podem servir de palanque eleitoral para aqueles que querem adoçar o ouvido e amargar a vida.

Senão vejamos, o governo federal agora fala em abono para os aposentados. Foi muito propalado nesta tribuna que abono não é reajuste salarial, com palavras sonoras, mas que adoçam o ouvido e amargam a vida.

Parabéns a v.exa! O nosso governo não julga porque, como disse William Shakespeare, em uma de suas poesias: "Com a mesma severidade com que julgam, um dia serão condenados."

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Nobre deputado, agradeço seu aparte.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, bem como a sua região, pela liberação de tantos convênios, que faz com que as comunidades fiquem felizes, trazendo recursos, crescimento e desenvolvimento.

Mas o planalto norte também precisa desses convênios e esperamos que o governador olhe com carinho essa região, como também as outras regiões do estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Nobre deputado, na verdade, em termos de escolas, na Regional de Brusque ele liberou convênio com o colégio Francisco Araújo Brusque e com o colégio Padre João Stolte, em Botuverá.

Em Santa Catarina existem 1.324 escolas. Nesse governo de oito anos que se completa ao final deste ano, que foi governado a quatro mãos, primeiro por Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira, e depois por Luiz Henrique e Leonel Pavan, praticamente quase todas as escolas passaram por uma reforma, algumas por grandes reformas, em que praticamente trocaram toda a fachada. Há colégios

que receberam R\$ 2 bilhões para a reforma. Quer dizer, foi trocado o telhado, a parede, passou de um piso para dois. Quem fotografou antes e viu depois de pronto, acha que ali foi construída uma escola totalmente nova.

Praticamente todas as escolas ou regiões receberam alguma participação do governo. O que o governador Leonel Pavan está fazendo agora é dar continuidade a esse grande projeto da descentralização, atendendo a todas as regiões e a todos os municípios, através das 36 regionais.

O governador Pavan tem sido muito eficiente, não tem olhado o partido a que pertence o prefeito, o secretário Regional e, sim, tem olhado para as necessidades de cada região, de cada município.

Em Tijucas, cidade governada pelo prefeito Elmis Mannrich, do PMDB, o governador inaugurou duas escolas: o colégio Alexandre Ternes, com uma reforma no valor aproximado de R\$ 150 mil, e o colégio Deputado Valério Gomes, também mais ou menos com o mesmo valor investido.

Nos municípios de Nova Trento, de Major Gercino, enfim em todos os municípios, o governo tem estado presente através de alguma ação, cumprindo o projeto de descentralização das Regionais, favorecendo o desenvolvimento em todas as regiões.

Por isso, queria saudar o governador Leonel Pavan, que tem sido eficiente e tem respeitado todos os agentes políticos, todos os partidos políticos. E tenho certeza de que fará, sim, um grande governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Angela Albino, no horário destinado ao PT, agregado ao horário destinado ao PCdoB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Bom-dia a todos e a todas. É sempre um prazer estar nesta Casa quando muitos de nós estamos juntos aqui. Parabéns aos que lutam, aos que não desistam e que estão na manhã de hoje no aguardo da nossa deliberação no encaminhamento dos trabalhos.

Como, historicamente, os partidos comunistas no mundo inteiro dizem, é a luta que faz a história, é a luta que faz a lei. Parabéns! O que vocês estão demonstrando na prática é isso também.

(Palmas)

Mas vou pedir licença para tratar de um tema abordado ontem, que é a aprovação dos projetos das 12 sedes para a Copa do Mundo. Ontem, o ministro Orlando Silva, do ministério dos Esportes, anunciou que a Fifa aprovou todos os 12 projetos, e a nós cabe tratar esse tema pela não sede que seremos em 2014.

Nós, que somos um país que amamos o futebol, obviamente enveredamos esforços para ter no país a Copa do Mundo, e Santa Catarina ficou de fora. Como alguns articulistas inclusive defendiam, não ficou de fora porque não tinha estrutura. O grande lamentado não é a perda do futebol, mas a perda da infraestrutura, da antecipação de recursos federais que Santa Catarina se viu privada. Eu aqui, reconhecidamente avaiana, quero render homenagens à direção do Figueirense que ficou sozinho naquele projeto. A grande dificuldade ali foi que virou um projeto do Figueirense, e não era um projeto do Figueirense, era da cidade de Florianópolis. E não era só de Florianópolis, mas do estado de Santa Catarina. E daí o governo do estado ficou nos devendo.

Com todo o respeito que me cabe a cada servidor, porque também sou servidora

pública, mas colocaram o sub do sub para tratar do assunto, que não tinha articulação política com ninguém. E cada vez que alguém tentava fazer alguma coisa... Quando vereadora, aliás, a única mulher na Câmara de Vereadores, trouxemos o ministro dos Esportes para tentar sensibilizar uma autoridade política a mais sobre a viabilidade e o impacto positivo que haveria em trazer a Copa do Mundo para Santa Catarina, e recebemos em troca a reprimenda do governo do estado de que não se pode trazer um ministro sem que o governador saiba. Assim foi tratada a vinda da Copa do Mundo para Santa Catarina. Por isso, perdemos a Copa do Mundo e perdemos os investimentos federais que viriam para cá.

Havia pessoas que faziam uma lógica simples, pensando em como iríamos colocar a Copa do Mundo ali no campo do Figueirense. Não era disso que estávamos tratando! Nós estávamos tratando de construir viabilidade para o transporte coletivo, e é nesse ponto que interessa a discussão que eu queria partilhar com vocês hoje.

Eu sou moradora de Florianópolis, da região continental da cidade, e quem mora no leste, no norte, no sul sabe o que é mobilidade urbana ou a ausência dela. O direito à mobilidade é um direito instrumental a todos os outros. Se eu não tenho o direito de ir até o posto de saúde, eu não consigo ter o direito à saúde. Se eu não tenho o direito de ir até a escola, eu não tenho o direito à educação.

Por isso, a mobilidade é um direito instrumental, talvez o primeiro deles, para podermos ter acesso aos outros. Nós teríamos uma grande chance de resolver os nós da mobilidade da nossa cidade se tivéssemos trazido a Copa do Mundo para cá.

Devíamos ter construído uma articulação interessante, bonita para tentar que ao menos alguns treinos fossem trazidos para cá, porque precisamos desses investimentos. Não é só a questão do futebol que está relacionada à Copa do Mundo. Quem é da área do esporte sabe o incentivo que vai ser esse momento para colocar o esporte como instrumento de inclusão social. Santa Catarina, como estado da qualidade de vida, Florianópolis, como capital da qualidade de vida, ostenta o pior índice de desenvolvimento humano entre jovens negros das capitais deste país. É onde os jovens negros, particularmente os meninos, morrem mais cedo, vão mais cedo para o tráfico, são assassinados, são privados de escola, de educação e de trabalho.

Poderíamos ter feito uma grande mudança nessa realidade se hoje, à nossa vista, a capital pudesse acolher a Copa do Mundo. E não é só isso, envolveria o setor de turismo, de meio ambiente, porque seria esse também um grande atrativo. Como perdemos esse momento, estamos tentando encontrar outra possibilidade sendo uma das sedes de treino.

Voltando à questão da mobilidade, senhoras e senhores, quero colocar que não podemos conviver com um transporte coletivo que é mais caro do que usar o carro. Tenho dois filhos e para mim é mais fácil, mais barato vir de carro para o centro da cidade do que vir de ônibus. Essa lógica é absolutamente contrária aos interesses coletivos, pois faz esse mar de carros de todos os dias. E acresce a isso que Florianópolis é uma cidade, segundo dados da prefeitura, em que a cada dia 15 pessoas vêm morar aqui. Todos os dias 15 pessoas vêm morar em Florianópolis.

Eu não falo da Florianópolis de hoje, falo da Florianópolis dos nossos filhos, da Florianópolis que vai ver envelhecer os nossos filhos e netos. Que cidade, que região estamos construindo para eles? E hoje, quando falamos

de Florianópolis, já não falamos mais até o continente, falamos de Palhoça, de Biguaçu, de São José, porque hoje trabalhamos em Palhoça, estudamos em Biguaçu, moramos em Florianópolis. Essas regiões todas se comunicam, portanto as soluções dos problemas são comuns. Como é que permitimos que a discussão de meio ambiente de um estaleiro em Biguaçu fique apenas naquele município? Se houver problemas lá, eles virão para onde? Ficarão dentro de Biguaçu? Está aí a mancha de óleo que entristeceu o mundo inteiro para mostrar que os problemas ambientais são diários, não respeitam os limites do município. É preciso ter uma visão da região inteira na discussão do transporte coletivo.

Quero aqui me manifestar sobre esse movimento, particularmente dessa juventude que está hoje nas ruas discutindo o aumento da tarifa. A tarifa, senhores, é absolutamente abusiva, é absolutamente contrária aos interesses da coletividade, e lamentavelmente nós, moradores e moradoras da cidade e da região, deixamos sós os jovens lá apanhando da polícia.

Eu gostaria de dialogar com o deputado Sargento Amauri Soares, defensor legítimo e grandioso dos praças, porque precisamos avançar sobre esse olhar também e reconhecer o abuso que tem havido na atuação da Polícia nessa discussão. Lá não há criminosos, há jovens, filhos nossos, filhos dos nossos vizinhos que estão dizendo que não dá para aceitar essa tarifa. Parece-me que a nossa tarefa não é colocar, como eu vi, a cavalaria. Para cada jovem havia dois policiais e eles não respeitam ninguém! Não respeitam quem está ajudando, quem está tentando evitar o conflito. Existe uma postura do comando da Polícia Civil em Florianópolis de estimular o confronto, de estimular o conflito, de dizer que é uma turma de baderneiros. Pois eu digo aqui com muita segurança: eles estão defendendo os interesses de todos nós, porque os nossos filhos pagam ônibus, os nossos maridos pagam ônibus, as nossas companheiras pagam ônibus e nós precisamos, todos juntos, compreender que essa tarifa é abusiva. É curioso isso, não?

Hoje, 12% do custo dos ônibus têm a ver com a dificuldade que eles têm de transitar. Hoje há um impacto grande no preço que pagamos em cada mercadoria, no custo do transporte coletivo. A cidade precisa despertar para isso, precisa estar junto nesse movimento que não é um movimento de estudante.

Da mesma forma que vocês estão lutando para conquistar o direito de vocês, que é legítimo, o direito a ter um salário mais digno, que lhes dêem melhores condições, nós também precisamos apoiar essa juventude que está na rua, discutindo um direito que é de todos nós, um direito que dá direito a todos os outros.

Eu chamo quem tem esse espírito de luta, que conheceu a importância de lutar, que também esteja junto com esses jovens discutindo a tarifa, para mudarmos o modo como nós nos relacionamos com o transporte coletivo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero saudar os servidores que

estão há meses interagindo com os deputados e aguardando que seja feita justiça.

Também quero registrar a presença do vereador Dakina, do DEM, de Guaramirim, que está nos visitando, juntamente com o seu assessor Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores e servidoras públicas aqui presentes, há dois meses esperando pela aprovação da Medida Provisória n. 0170, assim como os servidores da Saúde que estão há dois meses mobilizados em estado de greve, fazendo paralisações pontuais e assembleias. Inclusive estão aqui no hall fazendo mais uma assembleia para ver se conseguem resolver um pouco ou minimizar o drama salarial dos servidores no estado.

Nós, os praças, os militares, continuamos esperando que o governo analise a lei que foi aprovada aqui, com o nosso voto contrário, enrolando, enganando os subtenentes da reserva, dizendo que eles iriam receber também os R\$ 2 mil e não R\$ 250,00, que nós, a maioria dos servidores militares, recebemos.

Eles foram usados como massa de manobra para defender a aprovação e, agora, na análise do palácio, do comando sei lá de quem, tem bruxo para todos os lados, e o subtenente não recebe. Foram usados como massa de manobra para pressionar a todos nós, deputados, no sentido de aprovar e agora os subtenentes aposentados não vão receber.

Então, esperamos que seja trocado o bruxo na administração ou no QG - eu imagino que seja coisa ali da casa grande, da Polícia Militar mesmo - para que se faça uma análise da lei, garantindo esse direito aos subtenentes da reserva.

Mas queria falar, senhoras e senhores, do drama da praia da Armação do Pântano do Sul. Eu estive lá, pela manhã, na praia da Armação, o deputado Lício Mauro da Silveira esteve ontem, e a situação é dramática, catastrófica. É preciso que se tomem providências. As autoridades municipais, estaduais e federais precisam tomar providências urgentes.

Quem mora em Florianópolis há 20 ou mais anos e visitou a praia da Armação durante esse tempo, na década de 70 ou ainda na década de 90, pode constatar que é assustador. Não existe mais a praia da Armação. O mar comeu a praia e recentemente o mar está tomando conta da comunidade da Armação, está arrancando as casas, está arrancando árvores, como diria aquela música a respeito de um nordestino: Derrubando homens entre outros animais. Isso está acontecendo na praia da Armação.

E aí podemos achar que o problema é em algumas casas, que foram construídas em cima do mar. Não, o mar está avançando. As consequências são de múltiplas causas, mas o mar está avançando e já chegou, já comeu a duna.

Toda praia tem uma duna, quem conhece um pouco sabe disso, e a duna da praia da Armação já não existe mais. Todo dia uma casa ou novas casas são carregadas pelo mar. A dona Olga, por exemplo, que é uma moradora dessa praia, saiu de lá e está morando na casa da sua mãe, em Pântano do Sul, pois onde era a sua casa, até o último final de semana, agora é mar.

As pessoas podem achar que é um problema da comunidade da Armação, uma comunidade com quatro mil moradores,

histórica, pois existem pessoas que moram lá há 300 anos. Era uma comunidade baleeira, a fachada da igreja da Armação data de 1772, portanto, não é uma comunidade que está lá há 10 anos, 20 anos, 30 anos, 50 anos, mas sim 300 anos, e o mar está avançando cada vez mais. Mas não é somente esse problema das quatro mil pessoas que moram na Armação, porque se a Lagoa do Peri for contaminada com água salgada todo o sul da ilha vai ser interditado, pois quase metade da população de Florianópolis usa a água dessa lagoa.

Então, nós estamos diante de um problema, a nossa ilha está à beira de uma tragédia social e ambiental e parece que as autoridades ainda não se deram conta da gravidade da situação. É preciso construir um enrocamento, assunto esse que já está em discussão em um projeto, mas há atitudes mais urgentes que precisam ser tomadas hoje, que não podem ser adiadas.

Além das medidas de médio e de longo prazo, que são necessárias, é preciso que a prefeitura, hoje - teria sido bom que isso tivesse sido feito na semana passada ou há 15 dias -, ou o governo do estado contrate uma empresa com caçambas, com máquinas para levar muita pedra para segurar o avanço do mar que está arrancando as casas na comunidade da Armação. Isso precisa ser feito hoje, já que não foi feito antes, e nós estamos à disposição para ajudar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Lício Mauro da Silveira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente gostaria de parabenizar o público presente pela permanente vigilância em prol do movimento de vocês, movimento esse de uma persistência muito grande, que eu até fico admirado. Desde as 7h já se encontram lá cinco, seis guardiões e mais duas senhoras de plantão. Mas o importante é que vocês continuem com esse movimento, até chegarmos a uma conclusão nesta Casa, que por certo deverá ser no dia de hoje.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, nós precisamos de uma ação urgente por parte de v.exa. com relação a esse problema. O deputado Sargento Amauri Soares já falou aqui sobre a situação da Praia da Armação, e eu já recebi, agora, três telefonemas, pois a situação é desesperadora. Além disso, há possibilidade de contaminação do lençol de água da Lagoa do Peri e, como consequência, não teremos condições mais de tratar água lá, prejudicando todo o abastecimento de água da costa leste da ilha. Isso não é brincadeira! Mais de 25 mil casas foram atingidas. Essa questão envolve a Lagoa da Conceição, o Rio Tavares, o Campeche, a Armação, o Morro das Pedras, a Barra da Lagoa, enfim, vai até o Rio Vermelho, e nós temos que tomar uma providência.

Na tarde de ontem, sr. presidente, nós formamos uma comissão, depois da exposição do sr. Fernando Sabino, líder e presidente de uma entidade daquela região, e constatamos mais uma vez a gravidade da situação. Esteve lá hoje, pela manhã, o deputado Sargento Amauri Soares, e viu que a situação piorou. Recebi, agora, mais três telefonemas e a situação piorou ainda mais.

Por isso criamos uma comissão, sr. presidente, de dez deputados, com mais seis líderes da comunidade, para irmos conversar ainda hoje com o sr. prefeito municipal, porque

estão ocorrendo alguns problemas operacionais: uma hora é a União, outra hora é governo federal, outro momento é governo estadual, outro momento é o governo municipal. Enfim, temos que achar uma solução o mais rapidamente possível para esse problema.

Ontem mesmo entramos em contato com a prefeitura e tive a possibilidade de falar também com o sr. governador, que me atendeu rapidamente, mandando a Defesa Civil tomar as providências cabíveis ao caso. Conversamos também com o Deinfra, com o prefeito municipal, conversamos até com o Tribunal de Contas, para evitar problemas com relação às licitações.

Nós, depois de formada a comissão, entramos novamente em contato com a secretária do prefeito municipal, a qual ficou de agendar uma reunião hoje à tarde, mas até agora não obtivemos resposta.

Assim sendo, pedimos uma atenção por parte de v.exa., que é a nossa autoridade máxima, a esse nosso pleito, entrando em contato, ainda no dia de hoje, às 17h, com o prefeito municipal, porque amanhã não estarão presentes esses deputados nesta Casa, para discutirmos com o prefeito, junto com a comunidade, e ajudá-lo a encontrar uma saída para esse problema tão grave! A comunidade está realmente assustada e temos a obrigação moral de dar essa sustentação. São dez deputados que estão querendo conversar, para que possam, em conjunto, ajudar a prefeitura municipal a equacionar esse problema tão grave envolvendo o governo do estado e a União.

Conversamos, ontem, com a senadora Ideli Salvatti, a qual já estava no ministério da Infraestrutura colocando os problemas com relação a essa situação, e ela disse no momento que estava arrematando recursos financeiros, com a máxima urgência possível, para atender essa comunidade. Mas é importante que a prefeitura tome uma ação imediata, para que faça esse enrocamento, haja vista que hoje à noite a maré avançou mais 5m. E a maré cheia se dá de hoje para amanhã, consequentemente, teremos um problema mais grave ainda.

Por isso peço a interferência da Presidência desta Casa, no sentido de marcar essa audiência com o prefeito municipal, para que possamos, então, discutir esse problema que consideramos extremamente grave para aquela região, pois poderá prejudicar muito a economia da cidade de Florianópolis.

É isso que eu tenho a dizer.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Lício Mauro da Silveira, quero justamente reforçar o que v.exa. colocou. Se o presidente desta Casa fizer essa ligação, creio que teremos uma resposta mais pronta por parte da prefeitura, porque parece que as autoridades não estão vendo a gravidade da situação! O mar está avançando e com isso está derubando o barranco. Se ele passar da duna, ele irá até aquela rodovia. Em alguns lugares ele já passou das dunas. Não há mais duna para o mar comer. O mar está arrancando barranco, cavando de forma continuada. As pessoas que moravam mais perto do mar perderam as suas casas. Agora é mar onde essas pessoas moravam e os vizinhos estão vendo que as suas casas irão embora também com a maré.

Então, é preciso uma ação urgente e é possível fazer isso de forma legal. Não dá para esperar projetos, processos, burocracia. É preciso uma atitude prática, imediata ou do

poder público municipal, ou do poder público federal, ou do poder público estadual. O estado de Santa Catarina também pode, através da Defesa Civil, fazer uma intervenção no sentido de contratar uma empresa para ir lá com logística suficiente para ajudar a socorrer as casas das pessoas que moram naquela região há muito tempo, algumas famílias até moram lá há séculos.

Enfim, é preciso que preservemos a comunidade da Armação e do Pântano do Sul que, como disse, é uma comunidade histórica; é preciso, em todos os aspectos, preservar aquele local, preservar a vida e a condição de vida das pessoas que lá moram, porque cada dia mais gente está perdendo o que tinha, está vendo a sua casa, o seu terreno, o seu espaço virar mar! Inclusive o pátio da igreja já está rachando. Pode-se até perder essa igreja que foi construída em 1772.

Mas agradeço a v.exa. e creio fielmente que, com a ajuda do presidente desta Casa, poderemos mover o poder público municipal e estadual ainda hoje, para não tardar mais esse auxílio.

O Exército estava ajudando, mas não foi hoje porque viu que estava lá levando sacos de areia para o mar comer também. Então, é preciso uma ação maior.

Muito obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira, pela atenção e respaldo tudo o que v.exa. falou.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, deputado Sargento Amauri Soares.

Sr. presidente, oficializarei a v.exa., daqui a pouco, essa situação, para que então tome a atitude que achar necessária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Tudo bem, deputado Lício Mauro da Silveira. Vou ligar ao prefeito e fazer esse apelo.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Jorginho Mello, eu só gostaria de aproveitar este momento para saudar o Clube de Mães Girassóis, do município de Atalanta, no alto vale do Itajaí, que é considerado capital catarinense da ecologia, título esse que ganhou através de projeto de lei de minha autoria nesta Casa.

É um pequeno município, mas de gente muito boa, de gente muito querida, que eu tenho um orgulho muito grande de representar na Assembleia.

O Clube de Mães Girassóis, que está aqui com um total de 43 pessoas, que estão acompanhadas também por algumas pessoas do Clube de Idosos daquela localidade, é presidido pela Eliana, que está aqui presente, que faz um grande trabalho nesse clube e que está liderando a vinda desse povo querido de Atalanta à Assembleia Legislativa.

Um abraço a todos vocês e sejam bem-vindos a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência registra, com muito prazer e com muito orgulho, a presença de todas essas pessoas, desejando-lhes um bom-dia, um bom convívio aqui conosco, em Florianópolis. Algumas pessoas nem conheciam a capital de Santa Catarina. Então, sintam-se muito bem neste Poder.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu desejo aqui, rapidamente, ao iniciar o meu pronunciamento, saudar os amigos e amigas do deputado Peninha, do município de Atalanta, e saudar efusivamente os servidores do estado de Santa Catarina, sobretudo os do Iprev, da Administração, da PGE e da Saúde, que continuam em vigília no Poder Legislativo catarinense em busca de justiça no que diz respeito às suas remunerações.

(Palmas das galerias)

Certamente iremos voltar a tratar desse assunto novamente à tarde, na sessão ordinária. Mas quero aproveitar este momento para falar sobre a sessão solene que foi realizada, na sexta-feira passada, neste Parlamento, proposta pelo deputado Dirceu Dresch, em homenagem aos dez anos de existência e de trabalho da Fampesc - Federação das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

Foi uma sessão prestigiadíssima, que contou com a presença de muitos empresários catarinenses e de muitas lideranças de entidades empresariais de todo o estado de Santa Catarina. Foi um momento em que nós homenageamos o trabalho corajoso, organizado que essa instituição tem feito em nosso estado.

Sr. presidente, o nosso estado tem o IDH que se equipara aos índices dos países de primeiro mundo por vários motivos, mas um desses motivos é, sem dúvida alguma, a atuação firme, forte, empreendedora e comprometida das pequenas e microempresas do estado de Santa Catarina.

Apesar da excessiva carga tributária; apesar desses empresários enfrentarem uma legislação trabalhista arcaica, onerosa e atrasada; apesar dessas pequenas e microempresas enfrentarem um setor público, em todos os níveis, burocrático, demorado, oneroso, continuam gerando emprego e aquecendo a economia catarinense.

Eu também desejo, sr. presidente, fazer menção, neste momento, a uma audiência pública que foi realizada nesta Casa, na semana passada, que teve a participação de aproximadamente 600 empresários, praticamente todas as lideranças empresariais do estado, e de deputados. Nessa ocasião tratamos da necessidade urgente da readequação, deputado Dagomar Carneiro, do decreto que implantou a substituição tributária em Santa Catarina. Mas esse decreto - e aqui está o deputado Edison Andrino, que preside a Frente Parlamentar do Varejo - infelizmente, retira direitos garantidos da lei-geral da microempresa que foi aprovada no ano passado em Brasília, penalizando milhares de microempresas de alguns setores catarinenses, deputado Sargento Amauri Soares.

Então, precisamos criar uma nova tabela, precisamos redefinir e readequar com a secretaria da Fazenda esse decreto que implantou a substituição tributária em Santa Catarina.

Eu encerro as minhas palavras fazendo também menção ao treinador de basquete Bial, irmão do Pedro Bial, da Rede Globo. O Bial veio para Joinville há quatro anos, é técnico do time de basquete de lá e faz um trabalho fantástico. A nossa cidade adotou o Bial, pois ele faz um trabalho não só no time profissional de basquete, mas com as crianças, com os jovens, com a nossa comunidade. É um homem sensível, um homem que tem um espírito comunitário muito forte.

Na semana passada, o Poder Legislativo municipal homenageou o Bial concedendo-lhe o título de cidadão benemérito, ele que é carioca e agora joinvilense. Ao Bial, nosso técnico de basquete de Joinville; ao Bial que é um grande amigo: ao Bial, que agora é joinvilense; ao Bial, que está ajudando a melhorar a qualidade de vida da nossa população e que está divulgando o basquete não só como competição, mas como esporte com um todo, como inclusão, como formação do verdadeiro cidadão joinvilense e catarinense, o nosso abraço e muitas felicidades!

Parabéns à Câmara de Vereadores de Joinville que, de forma pertinente, concedeu essa honraria a esse cidadão carioca e agora joinvilense.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0081/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0137/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0335/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, vamos, na tarde de hoje, discutir a Medida Provisória n. 0170/2010 e estamos à disposição para um acordo que viabilize a sua aprovação da forma como veio da comissão de Constituição e Justiça na manhã de ontem. Esse é o nosso compromisso com os servidores que estão aqui e é nesse sentido que vamos trabalhar neste plenário a partir das 16h.

(Palmas das galerias)

Sabemos das dificuldades que talvez tenhamos, mas vamos buscar construir isso.

Deputado Pedro Uczaí, sei que v.ex.a. é um deputado muito preocupado e bastante conhecedor da questão ambiental. Quero referir-me à praia da Armação do Pântano do Sul, que é um porto baleeiro do século XVIII. Há lá uma comunidade que se constituiu há séculos sobre uma área que, há muitos e muitos anos, quicá milênios, talvez tenha sido mar. Virou um mangue, virou uma restinga, virou terra firme, onde a população foi morar. Aliás, há várias regiões com essa característica em nosso estado. Formou-se também uma lagoa para além do mar, numa faixa de 200m, há a comunidade, há uma rodovia e a lagoa do Peri, de água doce, que abastece parte da população de Florianópolis.

Agora, com a ressaca, o mar está subindo, já comeu a praia, a faixa de areia da Armação; faz tempo que está sumindo, mas agora desapareceu de vez, avançou sobre a duna, engoliu-a e está indo para o outro lado derrubando casas.

Podemos pensar que o problema é das famílias, que talvez tenham construído suas casas em local indevido. Só que há 700 anos fizeram uma igreja: em 1772 foi construída a igreja da Armação. As pessoas já gastaram R\$ 20 mil, R\$ 50 mil contratando empresas para carregar pedra e formar uma barreira para segurar o mar. Mas muitas, apesar de terem feito isso, perderam suas casas, pois onde estavam as casas hoje é mar.

Mas o mais grave, deputado Pedro Uczaí, é que o problema não é só social, é um problema ambiental na medida em que o mar, ao ultrapassar a duna, vai tomar conta do canal, vai tomar conta do rio Sangradouro, que é o canal que liga o mar à lagoa do Peri. Assim, há probabilidades de contaminar com água salgada toda a lagoa do Peri, inviabilizando a vida de milhares de pessoas.

Há problemas, deputado Pedro Uczaí, de longo prazo que precisam ser estudados, analisados. Há problemas de médio prazo também e existe até um projeto sendo discutido em nível de governo federal para um enrocamento, ou seja, um maciço composto por blocos de rocha compactados numa faixa de 1.500m para tentar segurar o mar.

Mas existem situações de emergência que precisam ser resolvidas. Por exemplo, aquela é uma comunidade pesqueira e nela centenas de pessoas vivem da pesca, ou melhor, viviam, porque as embarcações pesqueiras não podem mais ficar na praia da Armação: ou tiram as embarcações do mar e levam para a garagem de suas casas, que ficam distantes, ou então têm que tirá-las de lá e levá-las até a Barra da Lagoa, o que já inviabiliza economicamente a sua atividade.

Então, precisamos conversar, deputado Pedro Uczaí, v.ex.a. que conhece a questão ambiental mais do que todos nós, mais do que este parlamentar com certeza. Temos uma situação de emergência que é garantir a sobrevivência daquela comunidade de pescadores. Creio que precisamos discutir uma política para estender o defeso porque eles estão durante todo esse período sem poder pescar, o que causa o empobrecimento da comunidade, além da necessidade de salvar as casas.

O poder municipal e o poder estadual podem contratar uma empresa rapidamente, em função da situação de emergência, que já foi decretada, empresa essa que tenha caçambas e máquinas grandes que possam carregar pedras. Não qualquer pedregulho, porque o Exército esteve lá ensacando areia vinda de outros locais para colocar nas dunas e segurar o mar. No entanto, o mar levou tudo. Então, precisam ser pedras de uma ou duas toneladas. Essa é uma situação de emergência que precisa ser resolvida pelo poder municipal ou pelo poder estadual agora! Dizer que isso precisa ser feito para ontem parece figura de linguagem, mas na verdade seria para a semana passada, pois se teria garantido a preservação de várias casas que o mar já levou. Não podemos esperar mais um final de semana para ver se o mar vai baixar. É preciso tomar uma atitude hoje!

O deputado Lício Mauro da Silveira esteve lá ontem pela manhã; eu estive na manhã de hoje e a situação é triste, as pessoas choram, pessoas nativas da região, cujas famílias estão naquela comunidade há várias gerações. Então, é preciso uma atitude.

Recorremos, desta tribuna, com diplomacia ao poder público municipal, à prefeitura, ao prefeito, às autoridades municipais e ao governo do estado, no sentido de que determinem que algum secretário, que alguém com poder vá agora até a Armação do Pântano do Sul dar uma alento, uma

perspectiva àquela comunidade. Vamos fazer uma reunião, mas cada um que falar durante dez minutos sobre o problema representará uma perda de tempo porque a comunidade está no desespero tentando salvar a região.

Então, precisamos de uma atitude hoje ainda para resolver isso, para dar uma solução momentânea, porque a médio e longo prazo outras coisas precisam ser feitas e já estão encaminhadas, mas não dá para esperar essas medidas de médio e longo prazo, é preciso tomar uma atitude agora para contornar o problema.

A informação que temos é de que a maré vai subir de hoje para amanhã. Então, se a água atravessar as dunas - e já avançou até a metade porque é mais baixo do que o nível do mar - vai tomar conta daquilo tudo, talvez até interditar todo o sul da ilha, todas as outras comunidades porque vai chegar até a rodovia.

Quero agora abordar outra questão, aqui já referida pela deputada Angela Albino, inclusive respeitando e até concordando com o seu discurso a respeito da mobilidade urbana. E não vou ficar referindo-me a tudo o que já falamos aqui a respeito do descaso relacionado a esse assunto nesta capital, como os preços absurdos das passagens de ônibus, que tornam mais caro andar de coletivo do que de carro, mas à atuação da nossa Polícia Militar na questão.

Eu lamento e fico triste porque somos nós, policiais militares, que somos mandados a resolver problemas criados nos gabinetes e lá não solucionados. Com certeza todos os policiais escalados para cercar e reprimir os estudantes e a população que se manifestam contra o aumento da tarifa não gostariam de estar ali.

Na primeira semana informaram que 550 policiais estavam mobilizados para essa operação de repressão. Deputado Kennedy Nunes, quantos policiais faltam no policiamento na sua rua, no seu bairro ou nas cidades do estado de Santa Catarina? Não há policiamento nesta cidade e falta policiamento na maioria das cidades catarinenses. Mas quando a classe dominante, a burguesia, está correndo o risco de ter um pequeno prejuízo, eles conseguem fazer aparecer 550 policiais. Assim, acaba sobrando para o policial, que também é povo, reprimir o próprio povo. O policial tem consciência disso.

Então, é preciso fazer essa reflexão e precisa ser tomada atitude em gabinete neste Poder Legislativo e nos outros poderes, porque também é muito fácil, inclusive para alguns jornalistas, criticar a atuação da Polícia, mas por que não se critica a atuação das empresas, a atuação do prefeito atual e dos anteriores? Por que não se criticam e não se avaliam os crimes cometidos contra a cidade e a população justamente pelo poder público a serviço de meia dúzia de empresários?

Essa avaliação se faz necessária também...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro; srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, todos que participam desta sessão.

Em primeiro lugar, quero dizer que hoje teremos a abertura do Sustentat 2010 e um dos debates é sobre o aquecimento global, mudanças climáticas e o futuro do planeta, porque não tem jeito, as mudanças climáticas já estão ocorrendo, o aquecimento global já está ocorrendo.

Para se ter uma idéia, nos primeiros dez mil anos até a era moderna, do carvão e do petróleo, foram emitidas em torno de 280 PPMs - partes por milhão de gases que produzem o efeito estufa, a mudança climática. Nos últimos 200 anos já está se chegando a 390 PPMs e, se nós não reagirmos, vai chegar, em 2050, a mais de 800 PPMs. Nós precisamos chegar em 2050 somente a 550 PPMs para conseguirmos ainda ter o controle tecnológico sobre o planeta, para ir adequando-o e adaptando-o às mudanças climáticas.

Do ponto de vista de médio e longo prazo, o mar está subindo; ele vai subir independentemente hoje já estamos reagindo contra a poluição, porque a geração dos nossos pais e avós emitiu gases que estão na atmosfera e são necessários 150 anos para serem absorvidos pela atmosfera. Isso significa que efetivamente é preciso pensar, a longo prazo, a relação e a reação das populações que estão no litoral, próximas do mar, no mundo inteiro.

A curto prazo também concordo, deputado Sargento Amauri Soares e deputada Angela Albino, eu, que moro no Campeche, no sul da ilha, que é preciso socorrer a comunidade da Armação do Pântano do Sul, que pede socorro. E ontem propus a criação de uma força-tarefa para destinar máquinas, funcionários públicos do município e do estado para socorrerem aquela comunidade, tentando segurar temporariamente a fúria do mar.

Já a médio prazo é preciso pensar em duas grandes direções. A primeira, seria a elaboração de um projeto para segurar por alguns anos a infiltração de água salgada na lagoa do Peri e para não invadir as casas da Armação. A segunda, seria a elaboração de outro projeto para remanejar e repovoar aquela região em novas condições. Esses dois caminhos devem ser discutidos como política pública.

Sr. presidente, quero falar da alegria com a aprovação, no dia de ontem, da proposta de emenda constitucional que determina que antes de qualquer privatização é preciso consultar a população.

Todos assistiram aos governos neoliberais da América Latina e do Brasil dizerem que para ser eficiente, produtivo e competente tecnicamente era necessário privatizar, porque só o setor privado tinha essa capacidade. E aí foram construídos processos de privatização, inclusive, em setores estratégicos da economia brasileira.

Um exemplo disso é a questão da banda larga, da internet, do celular. Privatizaram a Telebrás, que poderia ter sido a empresa que universalizaria o acesso às novas tecnologia de comunicação e agora está-se discutindo se deve ser reestatizada ou se deve ser ampliado o poder do estado na área, para que se garanta a todos os brasileiros o acesso a essa linguagem de comunicação hoje tão necessária para a cidadania.

Depois de vivenciarmos os processos de privatização, de desmonte de setores estratégicos, ver aprovada uma emenda constitucional no Parlamento de Santa Catarina, a exemplo do que foi feito no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, que determina que o patrimônio público do povo só poderá ser privatizado depois de consultá-lo, é uma grande alegria! Porque se o patrimônio é dos catarinenses, cabe a ele decidir se privatiza ou não. Se a água é um direito vital para todas as famílias, esse direito deve ser garantido pelo poder público.

O saneamento, o esgotamento sanitário em Santa Catarina ainda é uma vergonha, é preciso avançar muito, assim como nos outros estados da federação. Havia R\$ 40

bilhões disponíveis no PAC I para saneamento no Brasil, mas só foram utilizados R\$ 8 bilhões, porque os municípios e os estados não elaboraram projetos de saneamento.

Quando o presidente Lula assumiu a Presidência os neoliberais haviam deixado 12 milhões de famílias sem energia elétrica. Foi necessário construir um programa bilionário para atender ao programa Luz para Todos, com a finalidade de atender àquela população excluída.

Agora, se quiserem privatizar a Celesc vão ter que consultar o povo de Santa Catarina. Os donos do patrimônio público vão ser consultados se querem ou não que seja vendido aquele patrimônio público.

Estou feliz e honrado. É o meu último ano neste Parlamento como deputado estadual e é uma realização ver aprovada uma emenda constitucional que determina que o povo de Santa Catarina seja respeitado. Os 24 deputados que votaram a favor na primeira votação e os 25 que aprovaram em segundo turno, ou seja, a unanimidade dos presentes no plenário, estão de parabéns. Agradeço ao deputado Elizeu Mattos, líder do governo, que contribuiu para a construção desse acordo; agradeço ao relator, deputado Antônio Aguiar, que acolheu o voto de vista do nobre líder do governo, deputado Elizeu Mattos.

Vamos continuar lutando para que Santa Catarina garanta a universalização do direito à água, à energia e ao saneamento. Mas queremos mais, ou seja, o direito à educação de qualidade. E no momento em que estamos encerrando as votações das medidas provisórias, lembro que os nossos professores ficaram de fora.

Por isso a importância da mobilização, a importância de conseguir as 100 mil assinaturas no projeto que se destina a construir a regulamentação do piso do Magistério em Santa Catarina.

Este é um sonho, um desejo meu: aprovar, ainda este ano, um projeto que dê dignidade, esperança e futuro aos professores deste estado e para permitir e projetar o desenvolvimento social, econômico e cultural de Santa Catarina, a partir da valorização da educação.

Eu fui autor da regulamentação do art. 170 das bolsas de estudo - e, hoje, totalizam mais de 180 mil jovens que receberam essas bolsas, e totalizam mais de R\$ 300 milhões já investidos na bolsa do art. 170 -, e também do art. 171. Fui relator do projeto do Fundo Social do deputado Jorginho Mello, e agora apresentei o novo projeto, que é mais um recurso do Fundo Social para a bolsa de pesquisa. Portanto, eu contribuí com os estudantes universitários de Santa Catarina para terem condições de ter acesso à universidade e qualificarem-se profissionalmente.

Por isso, depois de ver a PEC aprovada aqui, um dos meus sonhos é ver também, neste ano, aprovado o direito de os professores projetarem o seu futuro de R\$ 1.838,00 a R\$ 3.176,00. É assim que vamos projetar. E a melhor herança que um pai e uma mãe podem deixar para os seus filhos é uma boa educação. E cabe ao estado garantir educação de qualidade pública e gratuita!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A próxima inscrita é a deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu me inscrevi novamente para tratar de duas questões: uma relacionada com a Armação do Pântano do Sul e outra relacionada, particularmente, com as mulheres.

Com relação à questão da Armação do Pântano do Sul, eu queria destacar aqui o

empenho da senadora Ideli Salvatti, que ontem passou a tarde inteira no ministério de Integração a espera de documentos para poder viabilizar esses recursos federais.

Ratifico aqui, sr. presidente, a infeliz necessidade de ter a intermediação da Presidência da Casa para que o prefeito da capital receba dez parlamentares. E entre eles está v.exa., deputado Edison Andriano, que já foi prefeito e, portanto, pode dar uma contribuição com a sua experiência.

Eu vejo, com muita tristeza, que o prefeito da cidade, na hora em que uma força política do tamanho desta Casa coloca-se à disposição para resolver um problema da nossa cidade, ele fica dizendo que vai ver o problema de agenda e não dá retorno. O deputado Lício Mauro da Silveira tem feito esse esforço em nome da Casa, e agora precisamos nos socorrer da força política do presidente da Casa para ver se conseguimos uma audiência com o prefeito. Isso de fato explica muita coisa, e explica a situação de Florianópolis em muitos aspectos.

Se nós pudermos contar - e isso é básico em qualquer organização de poder - desde o DEM ao PCdoB, cabendo aí todos os partidos que auxiliam a prefeitura, isso será positivo porque estaremos trabalhando juntos. A impressão que me dá é de que no meio ficou a Armação do Pântano do Sul, mas há uma ciumeira geral de que o deputado Edison Andriano vá, de que a deputada Angela Albino vá, de que o deputado Lício Mauro da Silveira vá. Se nós ajudarmos a construir uma solução, poderá ficar bom para eles. Isso é uma mesquinhez política porque nós não estamos falando só dos moradores da Armação do Pântano do Sul; nós estamos falando de salinizar a Lagoa do Peri, que é um dos maiores patrimônios ambientais do nosso estado. E aqui muito se falou, e há estudos sobre isso, que são precisos 400 anos para reverter uma salinização dessa monta, e que pode acontecer.

Portanto, quero saudar a senadora Ideli Salvatti, que passou o dia no ministério da Integração em torno disso, e também esta Casa, que se está dispondo a intermediar essa discussão e a ajudar a agregar forças. Cada um de nós tem uma intervenção política diferente, e que bom nós podermos contar com todos esses parlamentares. E é lamentável que a prefeitura de Florianópolis coloque essa agenda como uma agenda a mais, sendo que ela deveria, na minha compreensão, ser uma agenda prioritária, uma agenda que receba os parlamentares desta Casa. Até na relação política conta, inclusive, com parlamentares do atual partido do prefeito, do partido desta semana, destes últimos dias. Depois talvez seja como sempre foi. Mas, enfim, hoje ele tem um partido e nessa comissão sequer o seu partido tem a responsabilidade de estar hoje nos recebendo.

Eu ratifico isso aqui como um problema não só daquela comunidade, não só de Florianópolis, mas como um problema ambiental de Santa Catarina. E acredito que temos que juntar ainda mais forças, trazer a procuradoria ambiental, em particular na figura da dra. Ana Lúcia Hartmann, para que ela nos ajude a tratar essa como uma questão ambiental de grande monta, como de fato é.

Ouví alguns discursos que diziam: "Não, mas lá é uma ocupação!" Bom, essa discussão tem outro momento para acontecer, e não deve acontecer agora. A discussão é que é uma ocupação de 40 anos, na verdade, de 300 anos, conforme diz o deputado Sargento Amauri Soares. Aquela é uma comunidade consolidada, uma comunidade que é parte das nossas tradições - e o deputado Sargento Amauri Soares tem insistido muito nesses

termos. Matar a Armação do Pântano do Sul é matar Florianópolis. E quem não aceita ajuda por vaidade política... Eu espero que em algum momento a história faça justiça a quem vê de uma forma tão pequena a atuação grandiosa, que é dirigir a nossa cidade, que é dirigir a prefeitura de Florianópolis.

Quero também, na outra metade do meu tempo, comemorar aqui os números em torno da pré-candidatura de Dilma Rousseff. No último final de semana, o Data Folha demonstrou o crescimento da candidatura, inclusive aqui no sul, e a absoluta ausência de discurso da Oposição. Aqui em Santa Catarina eles falam de outro jeito, mas, subindo um pouco o país, nós vemos o discurso de José Serra, também pré-candidato pela Oposição, dizendo que ele não é o anti-Lula, que é o pós-Lula. Ele diz que o que ele disputa é quem vai gerenciar esse espólio do pós-Lula. E é preciso demarcar bem o campo. Eu prefiro, como se faz aqui em Santa Catarina, o anti-Lula, o que vem contrariando esse projeto que tirou da linha da miséria 21 milhões de brasileiros. O que vai estar em discussão é a continuidade ou não de um projeto que tirou 23 milhões de pessoas das favelas. O que vai estar em discussão é um projeto que criou 11 milhões de empregos formais, quando, no mesmo período, no governo anterior, criou-se 800 mil empregos.

Mas a pré-candidatura de Dilma Rousseff não é só uma pré-candidatura desse campo. Ela é uma candidatura também que precisa expressar o avanço das mulheres no campo político. Santa Catarina é o estado que tem a pior participação política de mulheres e, não por acaso, também é o estado que tem a pior desigualdade salarial de homens e mulheres no país. E o Brasil é o terceiro pior país em participação política de mulheres.

Portanto, estamos num dos rincões do planeta onde as mulheres têm a pior participação política. Isso vemos aqui. Por exemplo, agora, com a minha suplência, com o exercício do mandato, nós tivemos, pela primeira vez, como diz o Lula nunca antes na história deste estado, 10% desse Parlamento. Agora chegamos aos 10%, mas, obviamente, é pouco. As mulheres precisam ser protagonistas da política, assim como elas são protagonistas da construção do nosso país, da construção da economia, da educação dos nossos filhos, da formação de cidadãos e cidadãs mais comprometidos com o bem comum.

Nessa toada, eu quero mencionar a condição das mulheres aqui no nosso estado quanto à violência. A cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência no nosso país. Em Santa Catarina temos uma condição muito peculiar: não temos Defensoria Pública. Aqui no estado de Santa Catarina criou-se uma aberração jurídica dizendo que a Defensoria Dativa suplanta ou dá conta do papel constitucional da Defensoria Pública. Nós viemos dizer que não! A Lei Maria da Penha tem sete artigos que pressupõem a existência da Defensoria Pública porque precisa. Este é o papel da Defensoria Pública: atuar preventivamente ao conflito, e não atuar depois que o conflito se instalou. Para nós, depois que uma mulher morre, depois que uma mulher é violentada, depois que uma mulher é espancada, serve muito pouco o que se pode fazer depois disso. O que nós queremos é que essa mulher não seja violentada, não seja espancada, não seja morta. Nós temos visto todos os dias nos jornais notícias de que ex-maridos esfaquearam a mulher ou de que o companheiro atual prendeu a mulher e colocou fogo nela, como aconteceu há pouco tempo.

Senhoras e senhores, nós não estamos falando, como se dizia antigamente, que em briga de marido e mulher não se deve

meter a colher. O que nós estamos falando é de violência que acontece no ambiente doméstico e acontece, sim, contra as mulheres, porque nós não vemos os mesmos índices de violência contra os homens.

Há aqueles que, inclusive em tom de piada, costumam dizer que as mulheres já têm um instrumento para defendê-las e que é preciso criar um instrumento para defender os homens. As mulheres estão em condições, hoje, na nossa sociedade, de absoluta desigualdade ainda, e nós precisamos corrigir isso com políticas públicas. Na hora em que o nosso estado tem um imenso passivo de crianças que não estão nas creches, isso tem a ver com noção de políticas públicas, porque isso não é um problema de mulher, e sim da sociedade. E são as mulheres que costumam puxar esse debate porque são elas que são privadas do trabalho. Nós, mulheres, é que deixamos de ingressar no mercado porque não temos onde deixar os nossos filhos, ou precisamos conviver diuturnamente com a angústia de não ter um lugar adequado para deixar os nossos filhos.

Portanto, a próxima governança do nosso estado, deputado Sargento Amauri Soares, a par de ver a questão de servidores públicos, como v.exa. tem mencionado reiteradamente aqui, e particularmente dos praças, vai ter que ter um grande compromisso de instalar a Defensoria Pública no nosso estado.

Nós temos que exigir de todas as pré-candidaturas ao governo do estado que seja implantada em Santa Catarina a Defensoria Pública como um instrumento de proteção das mulheres. O papel da Defensoria Dativa é outro, ela cumpriu, e cumpre, um grande papel, vai ter uma fase de transição e ainda vai estar junto com a Defensoria Pública. Mas elas são dois institutos diferentes e as mulheres de Santa Catarina precisam da Defensoria Pública para fugir do flagelo da violência.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o último orador inscrito, deputado Edison Andriano, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, queria cumprimentar a deputada Angela Albino e o deputado Ronaldo Benedit.

Gostaria de ratificar aqui o que disse a deputada Angela Albino com respeito à Armação do Pântano do Sul. É uma situação emergencial e a solução não é para amanhã; a solução tinha que ser para ontem! E, infelizmente, apesar de algumas audiências públicas já realizadas anteriormente, em que eu participei, na Câmara Municipal, com o Deinfra, com a Fatma, com o Ministério Público, com a delegacia do Serviço do Patrimônio da União e com a própria prefeitura municipal, nada de concreto foi realizado. A situação de emergência foi decretada para que nós pudéssemos fugir do ranço burocrático que impede algumas decisões emergenciais, mas nada de concreto foi realizado até o presente momento.

É bem verdade, e a deputada tem razão, que há uma ausência total do Poder Público Municipal. Por isso que essa tomada de posição com respeito à ida amanhã, ou hoje à tarde, na prefeitura municipal é interessante. E já que nós não conseguimos, deputada Angela Albino, com o nosso prestígio, com o prestígio de v.exa. e dos deputados que compõem o partido do governo, e cito o deputado Renato Hinnig, principalmente, enfim, com o prestígio de todos os deputados que solicitaram a

audiência, vamos fazer um apelo aqui à Presidência da Assembleia, pois, quem sabe, o Poder Legislativo catarinense consiga essa audiência com o sr. prefeito municipal.

É muito bom que a deputada Angela Albino esteja aqui defendendo os interesses das mulheres. Eu sempre digo que lá no Congresso Nacional havia várias deputadas que conseguiram muitas coisas, e não só pela importância e pela representatividade da mulher, mas pelo número de mulheres. V.Exa. pode acreditar que o lobby do batom é o mais poderoso que existe. É forte! E creio que esta Casa precisa ter mais mulheres como v.exa. representando o Poder Legislativo de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, o motivo que me traz à tribuna é exatamente a nossa eleição de governador do estado de Santa Catarina. Eu tenho lido nos jornais matérias sobre o encontro dos candidatos a governador do PSDB, do DEM, sobre o candidato Eduardo Pinho Moreira, do PMDB, sobre o governador Luiz Henrique. E o que eu tenho notado são reuniões que, na realidade, deputado Sargento Amauri Soares, mais empurram o problema com a barriga do que resolvem o problema.

Veja v.exa. que hoje haverá uma reunião, em Palhoça, dos prefeitos do PMDB da Grande Florianópolis com o prefeito Ronério Heiderscheidt, com o prefeito da capital, com o ex-prefeito Tuta que nos honra, hoje, com a sua presença. E v.exa. foi um grande prefeito do município de Biguaçu e, se Deus quiser, vai voltar a ser prefeito daquele município, pela sua história e pela saudade que este município sente do Tuta.

Mas, Tuta, essa reunião de Palhoça, hoje, nada mais será do que um motivo - e eu vejo isso nas entrelinhas, nas notícias - para enfraquecer a candidatura de Eduardo Pinho Moreira, que é a candidatura com mais possibilidades de chegar ao segundo turno.

Eu não vou entrar no mérito do candidato Raimundo Colombo, que eu acho um bom candidato, mas o resultado eleitoral que levou o candidato Raimundo Colombo a senador, naquela vitória com mais de 1,7 milhão de votos, foi fruto da estrutura do PMDB no estado de Santa Catarina. E quem irá para o segundo turno será Eduardo Pinho Moreira.

Então, esse jogo ainda é liderado pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, e acho que esse jogo, hoje, tem que ser liderado pelo candidato que o PMDB escolheu numa prévia, que é o candidato Eduardo Pinho Moreira. Quem tem que liderar esse processo é Eduardo Pinho Moreira! Não é possível lermos todos os dias nos jornais que ainda há a possibilidade de o PMDB abrir mão de cabeça de chapa! O PMDB não vai

abrir mão de cabeça de chapa! Não existe essa possibilidade! E se o DEM achar que o candidato dele tem mais possibilidades, que dispute a eleição. O PMDB tem possibilidade de fazer uma coligação com o PSDB, colocando o PSDB de vice, mas, se não for possível também essa possibilidade - e que eu defendo e torço para isso -, então vamos com três candidatos. O PSDB vai com o seu candidato, o PMDB, com o seu candidato, o DEM, com o seu candidato, e vamos deixar essa tripla aliança para acontecer no segundo turno.

Agora, o que não é possível é esse esvaziamento estratégico, proposital, malandro que acontece com respeito a uma parte do PMDB para esvaziar a candidatura de Eduardo Pinho Moreira.

Eu creio que o ex-governador Luiz Henrique já teve um papel fundamental nesse processo. Governou o estado de Santa Catarina por quase oito anos e é o candidato a senador da República com maior possibilidade eleitoral. Agora, quem comanda esse processo, hoje, não pode ser o candidato Luiz Henrique da Silveira. Quem tem que comandar esse processo é o candidato escolhido pelo PMDB numa prévia, que é o Eduardo Pinho Moreira que tem, hoje, 12% nas pesquisas.

Luiz Henrique da Silveira, quando largou a prefeitura de Joinville para disputar a eleição para governador, tinha 3% nas pesquisas e o Esperidião Amin tinha 45%. E o resultado eleitoral foi que Luiz Henrique ganhou do Esperidião Amin. E assim foi com a Angela Amin e com o Paulo Afonso; assim foi comigo aqui em Florianópolis, em 1985. Quando era governador Esperidião Amin, eu disputei a primeira eleição direta para prefeito da capital, e nunca ganhei nas pesquisas, o máximo que eu cheguei nas pesquisas foi a 21%, e eu fiz 48% e o meu adversário fez 24%.

A campanha eleitoral está começando agora! Nós precisamos trabalhar em favor do nosso candidato! Naquela oportunidade, eu tive o apoio do PCdoB e espero que o PCdoB, agora, escolha o melhor caminho, e o melhor caminho, deputada Angela Albino, é Eduardo Pinho Moreira para ganharmos a eleição no estado de Santa Catarina.

Então, eu quero que todos nós, do PMDB, mesmo os prefeitos que me ouvem neste momento, estejamos lá na reunião de Palhoça, mas para fortalecer a candidatura de Eduardo Pinho Moreira a governador do estado de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Quero sugerir que Eduardo Pinho Moreira é um excelente candidato a vice de Raimundo Colombo.

O Sr. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu acho o contrário. V.exa. sabe que ninguém ganha sem estrutura partidária. Acho que Raimundo Colombo é um bom candidato, mas ele é de uma região eleitoral em que o DEM não tem a estrutura partidária que tem o PMDB.

Em segundo lugar, trata-se de uma região eleitoral com pequeno colégio eleitoral, que não ultrapassa 200 mil eleitores. O governador Luiz Henrique foi vitorioso porque o colégio eleitoral de Joinville fez a diferença no resultado eleitoral.

Por isso, companheiros, quero aqui fazer um apelo a esta Casa, principalmente aos peemedebistas, pois gostaríamos muito de ter o PSDB nesta coligação. O governador Leonel Pavan vai acabar este mandato que começou com o Luiz Henrique, e coligaremos com o PMDB para que num segundo turno, sim, com a chegada do senador Raimundo Colombo, possamos derrotar a nossa adversária, que provavelmente vai ser a deputada Angela Amin, para de novo governarmos o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente, pela benevolência dos minutos que me concedeu a mais.

Faço esse registro para dizer que quem manda no processo eleitoral de Santa Catarina, hoje, pelo meu partido, pelo PMDB - partido do qual sempre fiz parte, porque alguns passam pelo partido e você não sabe o futuro dessa gente -, o nosso coordenador de campanha daqui para frente, chama-se Eduardo Pinho Moreira, o futuro governador do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente, sessão convoca outra, ordinária, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍCIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cocalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede providências para o problema da praia da Armação; reporta-se à MPV 0170 e aos funcionários da Saúde.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende proposta dos servidores da Saúde; aborda problema em Blumenau relacionado com a construção de casas pós enchentes; aborda outros problemas de Blumenau.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda a falta de segurança no estado; reporta-se ao sistema de avaliação Pisa.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Fala sobre a visita do ministro do Trabalho a Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Tece considerações a respeito da situação dos aposentados em todo o país; compromete-se em cobrar justiça salarial após período eleitoral.

RENATO HINNIG - Reporta-se ao trabalho do PMDB por SC; registra evento da Fenacon e do Sbrae na Alesc.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Defende o servidor público.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute a MPV 0170.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Discute a MPV 0170.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede que a emenda à MPV 0170 seja colocada em votação.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Declara que o deputado Jorginho Mello deve colocar a emenda em votação.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita a retirada da pauta de hoje da MPV 0170.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Concorde com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute a MPV 0170.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, servidoras e servidores públicos presentes aqui na tarde de hoje, continuamos aguardando que a Frente Parlamentar Externa, constituída na tarde de ontem, faça contato com a prefeitura municipal de Florianópolis para que, se possível, tome até uma medida mais urgente do que aguardar, talvez, uma reunião com o prefeito no final da tarde de hoje.

Gostaria que o Poder Público estadual, a prefeitura e o governo do estado pudessem encaminhar à praia da Armação alguma autoridade do governo para verificar a situação e tomar uma medida no sentido de acudir aquela situação que está colocada lá. O mar continua avançando, mas parece que precisa acontecer uma catástrofe social e ambiental para depois se ver a extensão do problema. Parece que está sendo tratado como se o problema fosse só de algumas famílias que moram muito perto do mar, e não é essa a realidade. Inclusive, até para justificar a lentidão, diz-se que é uma área que foi ocupada de forma indevida, o que também não é verdade, porque aquela comunidade é uma das mais antigas, não só de Florianópolis, mas do estado de Santa Catarina. E o que está acontecendo é um problema mais amplo do que possa parecer, porque não se trata apenas de algumas pessoas perdendo suas casas, porque foram construídas muito perto do mar, como se já não fosse grave algumas pessoas perderem a casa onde moram, onde constituíram e constituem família, casas inclusive que já eram de seus antepassados. Isso já é um caso grave. Mas outras consequências muito maiores poderão ocorrer, se não houver o atendimento de pronto.

Nós, da Frente Parlamentar Externa constituída ontem, já pedimos e fomos atendidos por certo pelo presidente, deputado Jorginho Mello, nesse contato com a prefeitura e, creio, também com o governo do estado, a Defesa Civil, para que alguém, na tarde de hoje ainda vá até a praia da Armação para olhar o que está acontecendo

e tomar uma atitude de imediato. Recebemos ligações de lá que dão conta de que a situação só se agrava a cada minuto.

Então, seria preciso essa atitude, porque, às vezes, ficamos impacientes só de imaginar que precisa haver uma reunião com os parlamentares e o prefeito, para que depois talvez se tire uma comissão para ir até lá, porque cada minuto que passa é tempo perdido. A situação é tão urgente que se imaginar ficando uma hora, meia hora com parlamentares e autoridades municipais ou estaduais discutindo, falando sobre o problema, já impacienta, pois a situação necessita de uma tomada de atitude agora, de uma ação urgente. É isso o que se pede para as autoridades municipais, inclusive para a Defesa Civil estadual. Talvez até autoridades municipais e estaduais já tenham ido até lá, mas se não foram ainda é preciso que isso ocorra.

A solicitação da audiência com o prefeito está mantida, no entanto é preciso atitude, é preciso ação, porque, enquanto estivermos conversando na reunião, o barranco continua caindo e as casas também.

Então, é preciso uma autoridade com poder, com delegação do prefeito ou com delegação do governador do estado para ir lá e determinar atitudes, iniciativas, porque a situação de emergência já decretada possibilita isso, inclusive do ponto de vista legal.

Quero registrar também que tivemos a cerca de uma hora a satisfação de receber, deputado Jorginho Mello, nesta semana respondendo como presidente da Assembleia Legislativa, o embaixador cubano que está em Florianópolis. Ele visita o nosso estado e a nossa capital, numa agenda com várias atividades na tarde de hoje, e foi recebido também pelo presidente Jorginho Mello, em nome deste Poder Legislativo.

Nós estamos constituindo a Frente Parlamentar de Solidariedade a Cuba. Há 11 assinaturas, inclusive a do presidente Jorginho Mello. E estamos pedindo aos demais deputados que considerem importante a participação nesse processo. Hoje, às 19h, no plenarinho, acontecerá um ato público de solidariedade a Cuba e o ato também de formalização desta Frente Parlamentar com a presença do cônsul cubano.

Todos os deputados, todas as pessoas presentes e as pessoas que nos acompanham, que não estão na Assembleia agora, estão convidados e convidadas a participar desse ato. Durante à tarde o embaixador vai até a Lagoa da Conceição onde será recebido pela escola de samba União da Ilha da Magia, da Lagoa da Conceição, cujo tema do samba enredo do ano que vem será exatamente a revolução cubana e a realidade cubana.

Então, essa é mais uma atividade de solidariedade internacional e solidariedade do povo catarinense, do povo brasileiro, com o povo irmão da ilha de Cuba.

Voltando ao serviço público estadual ou às questões salariais do serviço público estadual, se não estou enganado, a PEC n. 0170/2010 está fazendo hoje, amanhã ou depois dois meses de vida. Anda por aí sendo atirada de braço em braço, de mão em mão, recebendo emenda, sendo empurrada para lá, para cá e, enfim, na tarde de hoje vai a plenário. Nós vamos trabalhar no sentido de que ela seja aprovada com as emendas, ou seja, conforme veio da comissão de Finanças e Tributação e conforme foi aprovada também na comissão de Constituição e Justiça na manhã de ontem.

Também estão neste Poder no dia de hoje, desde o começo da manhã, servidores da

Saúde do estado de Santa Catarina, trabalhadores e trabalhadoras da Saúde. E, aliás, a maioria não pôde entrar no plenário por falta de espaço e estão no *hall*, sr. presidente. Pediram, quando passei, que baixassem o telão para possibilitar o acompanhamento da sessão. Não sei se isso já foi providenciado, até porque com esse telão está muito mais tranquilo agora. E inclusive foi resultado do trabalho que v.exa. fez na condição de presidente no ano passado, que é garantir muito rapidamente que se disponibilize esse serviço para quem está no *hall* e não consegue acessar o plenário.

Os trabalhadores da Saúde, os trabalhadores da Enfermagem, em nível técnico, em nível fundamental e em nível médio, têm passado também, a exemplo de vocês, da PGE, da secretaria da Administração e do Iprev, por uma saga nesses últimos dois meses. As duas medidas provisórias da Saúde, a 174 e a 178, foram retiradas há praticamente um mês e desde lá se tem estabelecido um diálogo com o governo no sentido de estabelecer outra medida provisória ou mesmo um projeto de lei que seja encaminhado a este Poder dando uma solução equânime, isonômica, um tratamento justo e digno a todos os trabalhadores da Saúde, da área da Enfermagem.

Eles estão aqui, já estiveram em várias oportunidades, realizaram diversas assembleias, diversos atos, diversas paralisações pontuais e algumas unidades nesse mesmo período, nos últimos dois meses, e estão hoje neste Poder Legislativo para cobrar mais uma vez o envio de uma medida provisória ou de um projeto de lei incorporando o abono que receberam no ano passado.

Como está provado, não há nenhum problema legal até o dia 3 de julho o Poder Executivo emitir qualquer medida no sentido de ajuste, de readequação salarial, e é isso que está sendo pedido.

Tanto isso é verdade que o próprio Tribunal de Justiça e o Ministério Público mandaram agora, recentemente, para esta Casa, projetos de lei nesse sentido. Então, estamos aqui solicitando ao governo, em nome dos trabalhadores da Saúde, que encaminhe, ainda esta semana, um projeto de lei ou uma medida provisória incorporando o abono que os trabalhadores da Saúde receberam no ano passado. Isso seria um tratamento com ganhos não grandes, mas ganhos importantes e justos para todos os trabalhadores da Saúde do estado de Santa Catarina, gastando o mesmo tanto que gastaria com as Medidas Provisórias 0174 e 0178.

É isso que os trabalhadores reivindicam e estamos aqui em apoio.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra a próxima oradora, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham no plenário desta Casa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, eu gostaria de dizer, deputado Sargento Amauri Soares, que os profissionais da área da Saúde do estado de Santa Catarina estão tendo é muita paciência com este governo. Várias vezes foram enganados durante muitos anos, principalmente no ano passado, com a questão do abono que seria incorporado, e até agora não foi feito nada.

Mas nós estamos acompanhando e participando, através da comissão a que pertencemos, a comissão de Saúde, das negociações entre o governo e a categoria, com

a anuência sempre do SindSaúde, e por duas oportunidades nós estivemos presentes com o secretário de estado do governo, sr. Paulo Eli.

A proposta, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, que o SindSaúde apresentava para a retirada das duas Medidas Provisórias, as de n.s 0174 e 0178 - e isso já foi negociado no ano passado -, seria a incorporação do abono na ordem de 16,76%, e esse processo está na Procuradoria do Estado.

Tenho a convicção, deputado Sargento Amauri Soares, de que não existe nenhum problema de ilegalidade, muito menos quanto aos recursos para garantir a incorporação desse abono.

A diferença entre a incorporação desse abono de 16,76% e as MPVs n.s 0174 e 0178 é muito insignificante para o governo do estado de Santa Catarina. Aliás, os servidores da Saúde, até o momento, foram vítimas da incompetência, das atrapalhadas, das traições por parte do governo do estado, a exemplo de funcionários de outras áreas.

A retirada da Medida Provisória n. 0174, com a emenda, foi um ato de não compromisso com a Saúde pública do estado de Santa Catarina, mas peço à categoria que continue mobilizada para que o governo dê uma solução de uma vez por todas para esse problema.

Por isso, sr. presidente, estamos apresentando uma moção aqui, que apela ao governador do estado respostas rápidas a essa categoria que faz também um trabalho importantíssimo aqui e de excelência para todos os catarinenses. E eu também faço um apelo para que não seja retirada a emenda da Medida Provisória n. 0170, para que possamos votá-la na data de hoje.

(Palmas das galerias)

Deputado Jorginho Mello, v.exa. que é autor da emenda, junto com a nossa assinatura, essa confusão toda quem criou não fomos nós, parlamentares, deputado Décio Góes, muito menos os funcionários do estado de Santa Catarina. Quem criou essa confusão toda foi o governo do estado, mandando para esta Casa gratificações para uns e para outros não. Se o governo é um só, por que alguns ganham e outros não?

Então, se foi o governo que criou essa confusão, ele tem a responsabilidade de sanar essa questão. Por isso, queremos votar, na tarde de hoje, deputado Décio Góes e deputado Kennedy Nunes, a Medida Provisória n. 0170, com a emenda do deputado Jorginho Mello, na íntegra.

(Palmas das galerias)

Quero dizer também, sr. presidente, que estaremos atentos a essa votação. Espero que todos os parlamentares se dirijam a esse plenário, para que possamos dar resposta aos trabalhadores do serviço público estadual de Santa Catarina.

Outro tema que me traz a esta tribuna é referente à cidade em que resido e crio os meus filhos, que é Blumenau. Fomos, na última sexta-feira, para lá para ver como estava sendo encaminhado o programa Minha Casa, Minha Vida, que vai investir R\$ 100 milhões para construir 2.212 unidades, em 14 condomínios. Dessas unidades, 388 ainda não foram iniciadas, pois o prefeito da cidade, que passa mais tempo fora da cidade, que passa mais tempo no exterior do que na cidade, não utilizou o dinheiro doado pelo povo brasileiro para a catástrofe de 2008 e comprou ainda terrenos que não estavam legalizados!

Ora, srs. deputados, comprar terrenos que não estão legalizados para construir casas é um absurdo! Dois ainda faltam ser desmembrados e um pertence à massa falida da empresa SulFábrica, na cidade

de Blumenau, e o prefeito comprou esse terreno sabendo que era da massa falida e até hoje ele não foi liberado para a construção de casas.

Enquanto isso, senhores e senhoras que estão nos acompanhando, em Blumenau há seis abrigos que as pessoas ainda estão morando, e completará dois anos em novembro que elas estão lá.

O prefeito também aplicou o dinheiro doado comprando um terreno de mais de 250.000m² numa área de preservação ambiental, onde não pode ser construído nada. Então, o dinheiro foi gasto indevidamente.

Uma obra que foi iniciada no loteamento do mesmo nome, que ficava num condomínio chamado Libertadores, foi abandonada, mas o dinheiro será devolvido. Eram 72 unidades financiadas pelo ministério das Cidades, do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, no valor de R\$ 2,2 milhões. O dinheiro será devolvido porque o prefeito não construiu nada. O recurso chegou em 2007 e será devolvido.

E para atender à comunidade de Emil Wehmuth, no bairro da Velha, em Blumenau, o valor da ordem de R\$ 2,386 milhões também será devolvido para o governo federal com a assinatura do prefeito, que passa mais tempo no exterior do que na cidade governando.

Com relação às obras de saneamento, sr. presidente, do esgoto sanitário, para as quais o governo federal destinou R\$ 42 milhões, o prefeito de Blumenau as privatizou, e o governo federal está retirando esse dinheiro, que é a fundo perdido. Por isso, estou dizendo que ele passa mais tempo no exterior do que na cidade e nem sabe o que está acontecendo.

E para garantir que não continuasse a usar indevidamente o dinheiro do saneamento, a Justiça, através do Ministério Público, bloqueou as contas. E quero lembrar que a cidade de Blumenau tem um serviço de excelência chamado Samae, que já foi premiado, inclusive, internacionalmente pela ISO, pela sua capacidade operativa e de gestão de saneamento. E os seus funcionários, os funcionários do Samae, dizem que eles têm condições de administrar esse recurso, mas o prefeito de Blumenau deu para a iniciativa privada.

O aumento da passagem de ônibus também foi um absurdo, pois passou de R\$ 2,30 para R\$ 2,95. Graças Deus, o Ministério Público também proibiu esse aumento.

Outra coisa que me surpreendeu é que na semana passada o prefeito foi para a Colômbia. Primeiro, ele foi para a Alemanha e trouxe bicicletas, que estão apodrecendo, porque lá ninguém anda de bicicletas, pois para utilizá-las o cidadão tem que possuir cartão de crédito. Nem todos têm cartão de crédito; em virtude disso as bicicletas estão sendo saqueadas, roubadas, enferrujadas, porque não estão sendo usadas. Até porque não há ciclovias adequadas, elas estão em cima das calçadas.

Deputado Antônio Ceron, existe pessoas que têm pressa, mas em Blumenau estão andando para trás porque estão devolvendo dinheiro.

O transporte coletivo de Blumenau funciona de maneira precária, e pensar que ele já foi premiado internacionalmente.

O prefeito agora, que passa mais tempo no exterior do que na cidade, reduziu horários e itinerários. Constatamos que 1.200 pontos de ônibus estão sem cobertura. Como as pessoas vão pegar o ônibus, se não há cobertura no ponto? Vão ficar na chuva, na lama? Não dá, deputado Antônio Ceron. Estão com pressa, mas estão andando para trás.

Ele sucateou a frota de transporte coletivo e foi para a Colômbia para aprender como se faz transporte coletivo. Ele não sabe como se coloca cobertura num ponto de ônibus? É preciso ir para a Colômbia?

Pessoas responsáveis desse setor, da cidade de Bogotá, que fica na Colômbia, foram para Blumenau, na década de 90, para conhecer o sistema de transporte coletivo. A mesma empresa que fez em Blumenau fez na Colômbia, e ele foi para lá para ver isso. Só se ele tinha outros interesses na Colômbia que eu não tenho conhecimento, porque para transporte não foi.

(Palmas das galerias)

Eu falo isso, srs. deputados, porque vou ao supermercado, na farmácia e ando nas ruas, e a população diz para mim que a cidade está um caos, está sem governo. E eu disse para eles: vocês queriam um desgoverno? A cidade está toda esburacada, está sem transporte digno, a cidade privatizou o esgoto, as pessoas estão com falta de água em casa, e os hotéis estão abandonados, o que é mais um pesadelo.

Srs. deputados, eu assisti na televisão à propaganda de um partido que está dizendo que Santa Catarina precisa andar para frente. Mas esse partido estava junto nesses tantos anos de governo, na cidade de Blumenau! Está fazendo tudo errado, deputado Décio Góes! Como é que querem andar para frente, se a cidade está andando para trás e com o povo reclamando?!

Está faltando médicos em dez postos de saúde em Blumenau. Eu não posso ficar calada, srs. deputados.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes de Rádio Alesc Digital e pessoas que se encontram nas galerias desta Casa, deputada Ana Paula Lima, assisti e prestei atenção ao discurso feito por v.exa. e por alguns momentos pensei que estava falando do governo de Joinville, porque está igual ao de Blumenau.

(Palmas das galerias)

A única diferença é que o prefeito Carlito Merss ainda não foi para a Colômbia, mas já aumentou a passagem acima da inflação. Mas é assim, fazer o quê?

Falando em Joinville, na capa do jornal *A Notícia*, de domingo, estava o seguinte: "Um veículo furtado a cada cinco horas em Joinville". Pena que o deputado Ronaldo Benedet não está aqui, pois talvez pudesse explicar um pouco o que é isso. Ele, durante sete anos, foi secretário da Segurança Pública. Eu queria perguntar para ele por que aconteceu isso?

Quando o governo vai apresentar os números dizem que tudo melhorou, que tudo está muito bom, que diminuiu isso, que diminuiu aquilo. Mas quando vamos observar os dados vemos que a cada cinco horas e 18 minutos um veículo é furtado em Joinville.

Aqui em Florianópolis é um pouquinho melhor, é a cada meio dia, ou seja, a cada 12 horas. Em Balneário Camboriú é a cada 13 horas; em Chapecó e em Blumenau, a cada 14 horas; em São José, a cada 16 horas; em Itajaí, a cada 18 horas; em Criciúma é um por dia, a cada 24 horas; em Tubarão, a cada 27 horas; em Lages, a cada 29 horas; em Brusque, a cada 39 horas; em Palhoça, a cada 49 horas; em Camboriú, a cada 50 horas; em Jaraguá do Sul, a cada 53 horas, que é igual a Navegantes.

Isso é referente ao roubo de veículos. E quando falamos em roubo de veículos, estamos falando numa coisa que é pior ainda, porque esses números aqui apresentados, pelos dados de registro de ocorrência, acabam influenciando no valor das apólices de seguro. Agora, imaginem como Joinville, que elegeu o governador do estado, pode continuar numa *pole position* de roubos de carros. E não é só de roubos de carros, quando falamos da questão de segurança pública é muito mais do que isso. Temos apenas sete delegados em Joinville, que tem quase 600 mil habitantes. E daí? Onde está a segurança pública, se nós temos um departamento de investigação criminal desfeito lá em Joinville?

Mas quando o governador do estado era o sr. Esperidião Amin e estavam roubando bicicletas em Joinville, o PMDB espalhava *outdoor* por toda a cidade cobrando mais segurança. Engraçado que agora os peemedebistas de Joinville estão iguais a passarinhos na muda. Não falam nada, tudo quietinho, com relação à falta de segurança que estamos vivendo. Isso não é um problema só de Joinville, é um problema de todo o estado de Santa Catarina. É um problema muito sério.

Eu quero fazer esse registro aqui para dizer que nós, de Joinville, estamos atentos a isso e vamos dar o troco nas urnas, com certeza, assim como o funcionalismo público, nesta eleição.

(Palmas das galerias)

Quero dizer também, sr. presidente, que fizemos duas audiências públicas, em Criciúma, na última segunda-feira. A primeira foi com a comissão de Segurança Pública - o deputado Décio Góes estava lá presente nas duas audiências públicas -, na Câmara de Vereadores, ocasião em que estamos construindo, junto com a sociedade e com a Executiva, uma legislação que vai ser pioneira no Brasil, uma legislação específica para se conseguir alvarás para eventos em Santa Catarina.

Nós já estamos há dois anos nessa luta, mas o problema é que está nas mãos do delegado regional se a festa na igreja vai acontecer ou não. Há necessidade, em Joinville, para realizar um evento, para conseguir, deputado Antônio Aguiar, 23 autorizações, pagar as taxas dessas 23 autorizações, para ver se consegue-se realizar o evento. E às vezes chega lá e o delegado regional olha para a tua cara e diz que não vai dar a autorização. E daí já foi feito o investimento, já foi feita a mídia, já está tudo avisado e chega na última hora eles dizem que não vão dar a autorização, e fica por isso mesmo.

Então, a comissão de Segurança Pública, a meu pedido, já está há dois anos discutindo esse assunto. Mas vai sair uma lei aprovada por esta Casa, deputado Genésio Goulart, e será conversado com as entidades, com os organizadores de eventos, com os municípios, sobre a possibilidade de termos uma lei que facilite ao produtor de eventos a realização dos mesmos, garantindo a quem vai ao evento que tudo estará sob controle.

Essa é a nossa obrigação.

Deputado Antônio Ceron, nós temos o sistema de avaliação Pisa, que é um sistema internacional que envolve 33 países. Mas também, nesse sistema, são convidados outros países, e o Brasil participa.

Então, participaram 56 países no último sistema de avaliação Pisa, com estudantes na idade de 15 anos, o que significa, praticamente o último ano do ensino fundamental. E, por incrível que pareça, dentre os 56 países o Brasil está, na classificação geral, em 52º em qualidade. É uma qualidade

péssima. Em matemática, nós estamos 53º, e na leitura, pasmem, estamos em 48º. Algo tem que ser feito.

Eu acredito que esse projeto não vai resolver o problema, em hipótese alguma, mas vai ajudar a motivar o pessoal a procurar sempre uma avaliação melhor para a sua escola e, como consequência, para as outras escolas.

Infelizmente, as nossas escolas ainda funcionam como órgãos isolados. Ou seja, se pegarmos a Escola Celso Ramos como exemplo, veremos que ela não sabe o que o Instituto Estadual de Educação faz, não sabe o que a Escola Getúlio Vargas faz. Por sinal, está tudo caindo naquele colégio e é bom que arrumem! Enfim, todos funcionam como uma célula isolada e isso não funciona em educação. As escolas têm que ser mais abertas. Esse Ideb vai proporcionar a abertura para um sistema de qualidade. Então, escola "a" vai comparar com a escola "b", e assim sucessivamente em todo o estado de Santa Catarina. Por certo sairemos desse casulo, desse fato hermético que acontece com as nossas escolas, para dialogarmos melhor e de uma fórmula aberta com a comunidade, pela educação de qualidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários da PGE, do Iprev, das secretarias da Administração e da Saúde que lotam, mais uma vez, as galerias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Hoje, sr. presidente, ocupo a tribuna para falar sobre a visita do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, a Santa Catarina. Já é a 11ª vez que o ministro Carlos Lupi prestigia-nos, sendo que na quinta-feira e na sexta-feira ele esteve aqui no estado.

Quero ressaltar aqui a disponibilidade do ministro, porque, quando ele estava, na última quinta-feira, na cidade de Criciúma, recebeu um telefonema dando conta de que a sua filha estava indo para a maternidade ganhar nenê. Ele foi à noite para o Rio de Janeiro e na sexta-feira já estava de volta a Santa Catarina para cumprir a sua agenda no estado. Assim, ele mostrou a disponibilidade e a responsabilidade que o ministro do Trabalho Lupi tem com Santa Catarina.

Estivemos pelo sul do estado inaugurando quatro postos do Sine, oferecendo agora, sim, condições para que o trabalhador catarinense que está em busca de uma vaga no mercado de trabalho seja atendido condignamente em espaços que, sem dúvida nenhuma, oferecerão conforto e credibilidade no serviço que o Sine vem apresentando em Santa Catarina, mudando um pouco a história do Sine e a relação de empregado e empregadores no estado.

E o ministro Lupi assegurou-nos, agora na sua vinda a Santa Catarina, que este ano serão ofertadas, através do ministério do Trabalho, mais de 20 mil vagas de qualificação profissional somente para o estado de Santa Catarina. Aproximadamente R\$ 80 milhões estarão sendo investidos na qualificação profissional. E este é o grande diferencial da gestão do ministro Carlos Lupi frente ao ministério do Trabalho: dar qualificação profissional para que o cidadão desempregado passe a ter uma profissão. E quando ele

adquire a sua vaga no mercado de trabalho, estando qualificado, vai permanecer no emprego.

Eu sou testemunha disso na minha região de Brusque, onde, pela primeira vez na história do Brasil, foi criado o Planseq Têxtil de qualificação profissional na área de costura, de corte, de tingimento e de todas as atividades ligadas à confecção do vestuário.

A empresa que estava dando o curso conseguia, com muita dificuldade, aguentar as costureiras que estavam qualificando-se profissionalmente, de tanta necessidade de costureiras qualificadas que há na nossa região, deputado Antônio Ceron. E eles tiveram que, com muito custo, aguentar no emprego essas pessoas que estavam fazendo a qualificação para que pudessem, no final, apresentar um diploma do ministério do Trabalho e do governo do estado de Santa Catarina dizendo que estavam habilitadas para buscar uma vaga no mercado de trabalho. E com isso gerou-se, no ano passado, 2.380 vagas na parte de confecção têxtil. E agora está abrindo no mercado portuário, na construção civil, no comércio e em todos os ramos de Santa Catarina.

Por isso, em nome da Assembleia e em nome do povo catarinense, queremos fazer o nosso agradecimento ao ministro Carlos Lupi por essa deferência com Santa Catarina, primeiro pelo número de visitas que já fez ao nosso estado e, segundo, pela nova visão de que é qualificando o nosso trabalhador que vamos garantir a sustentabilidade da família de cada cidadão brasileiro.

Precisamos, sim, de programas emergenciais, mas precisamos também garantir o emprego para que o cidadão, condignamente, possa levar o seu alimento e criar a sua família através do seu trabalho, e não simplesmente com atendimento social, que é importante, mas não deve ser a visão permanente de um trabalho de assistência social.

Por isso quero parabenizar, mais uma vez, o ministro Carlos Lupi e dizer que Santa Catarina só tem a agradecer por essas 20 mil vagas de qualificação profissional para os nossos trabalhadores.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, a Presidência quer comunicar a presença dos 16 alunos da Escola Básica Adelaide Konder, de Navegantes, que vieram acompanhados de quatro professores e da diretora, professora Clenira Pivatto. Eles irão participar da 10ª edição do Parlamento Jovem.

Quero cumprimentá-los e desejar uma boa estada aqui no Parlamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

(Pausa)

Na ausência da deputada do PRB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, nobres deputados e deputadas, servidores do governo do estado que nos dão a honra de prestigiar a sessão na busca de caminhos e soluções de um direito assegurado - e com certeza estão lutando por aquilo que têm direito -, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero dizer que hoje é um momento importante.

Ouvi o eminente deputado Dagomar Carneiro falar do número de empregos no Brasil. E eu quero falar um pouquinho do número de aposentados no país.

Os aposentados da Previdência lutam a vida toda, fazem hora extra e não medem esforços para conquistar um salário mais elevado, um salário decente. E depois eles se aposentam com aquilo que recolheram, com aquilo que, de direito, deixaram lá para poder pagar o míngua do salário do aposentado, da pensionista do Brasil e de Santa Catarina.

E ao longo dos anos o governo foi tirando o direito sagrado dos trabalhadores que derramaram suor e sangue e aposentaram-se. E tudo aquilo que fizeram para agregar no seu salário, eles estão perdendo a cada momento.

V.Exa. não fazem ideia do que eu estaria recebendo, se eu não fosse parlamentar. Eu sou aposentado. Como caminhoneiro, eu tinha que contribuir durante 25 anos. Eu paguei durante 33 anos, sendo que 19 anos sobre dez salários/referência. Eu me aposentei com sete salários mínimos e hoje ganho apenas dois salários mínimos! Quer dizer, essa é a vida do brasileiro no Brasil, o país que nós amamos. E aqui toda a luta de trabalho de um ser humano que se aposentou é descartada, não serve, não vale. E isso não dá para aceitar de braços cruzados.

Por isso, o presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de Santa Catarina, Iburici Fernandes, que é de Concórdia, junto com a diretoria faz um trabalho extraordinário em Santa Catarina e no Brasil. Aqui os aposentados conquistaram, em 1993, 147%, mas com sangue derramado, apanhando em cima da Ponte Pedro Ivo Campos. Tudo isso já desapareceu novamente, já levaram, e estamos, hoje, lutando por 7% para os aposentados. Acho que é quase um pingo d'água para não morrer de sede.

Então, não podemos ficar de braços cruzados. Essa juventude que trabalha não pode perder a esperança de amanhã ter um salário digno para sobreviver, porque, sendo aposentado, sendo uma pessoa idosa, será muito mais difícil. E não se trata só de alimentação e ter dinheiro para se vestir. Trata-se também de poder ir à farmácia comprar medicamentos para as pessoas de certa idade que neste Brasil ainda continuam sendo desrespeitadas.

Quando eu me encontro com as pessoas da Associação de Aposentados e Pensionistas e da federação, faço-as lembrarem-se do episódio de Santa Catarina: uma pessoa com 75 anos com o queixo quebrado, com o sangue derramando. Eu participei, sim, e vou participar de todos os movimentos em defesa legítima daqueles que trabalharam, e trabalharam muito.

Entendo que cometemos um grande erro. O governo do estado de Santa Catarina cumpriu uma missão fazendo obras, trazendo empresas que representaram um incremento de R\$ 17 bilhões na economia do estado, mas cometeu um erro que quero deixar registrado. E qual foi o erro? Não poderia ter dado aumento de salário por categoria. Isso foi um pecado! Por quê? Porque quis beneficiar o que ganha menos e acabou beneficiando o que ganha mais. Esta é a verdade! Se fosse dado um aumento linear a todos os servidores - se fosse 9% a inflação, dariam 12% ou 13%; se fosse 16% ou 17%, dariam 20% ou 21%. Tinha como dar, pois havia caixa. E se isso tivesse ocorrido, com certeza os servidores não estariam aqui neste instante sacrificando-se, não dormindo de noite. E eles estão aqui para buscar o que é direito, sabendo da importância de tudo isso e sabendo das dificuldades que há nesses setores.

E acabou com esse tipo de encaminhamento, beneficiando aqueles que ganham mais. E assim esses têm mais força, mobilizam-se e acabam invertendo. Fizeram aquilo para melhorar para quem ganhava menos e depois se inverteu.

Então, é preciso, sim, respeitar todos os servidores de Santa Catarina que buscam legitimamente o seu direito.

(Palmas das galerias)

Eu sei perfeitamente que esse movimento deveria ter sido feito antes, naquele momento em que estavam sendo feitas as medidas provisórias. Mas como não foi feito antes, tem que ser feito depois. Se não conseguem agora, vão conseguir depois, mas para isso vocês têm que levantar uma bandeira! E quero cumprimentar todos vocês porque levantaram uma bandeira, não esmoreceram e estão aqui na defesa dos seus direitos.

(Palmas das galerias)

Sabemos perfeitamente que um parlamentar, seja de Situação ou de Oposição, tem um compromisso muito grande pela frente. Com relação àquilo que não pudermos corrigir agora, nós temos o compromisso de brigar com quem estiver no governo para buscar os resultados daqueles que ficaram esmagados aqui pelas ações dos governantes. É preciso que cada parlamentar tenha a consciência de que aquilo que não der para ser construído agora, ele ficará devendo ao servidor público, àqueles que ficaram, ou vão ficar, penalizados.

Acho que todo esse movimento valeu. Vocês já emplacaram. Se der certo, nota 10; se não der certo, terão o compromisso de todos para que possamos olhar nos olhos de cada um de vocês e depois cumprir a missão. O governo não acaba aqui. Nós temos que cumprir a missão com os servidores públicos de Santa Catarina, que até hoje não foram beneficiados.

(Palmas das galerias)

Quero deixar aqui o meu compromisso com essa ação, independentemente de governo "a", de governo "b". Esse é o meu objetivo. Venho com esse espírito para corrigir alguma coisa que não pudemos corrigir porque erramos, porque pecamos. E quando erramos, temos que admitir. Não dá para fazer de conta que passou despercebido. Temos que ser coerentes com as ações e assumir aquilo que é importante e fundamental. O dever de um parlamentar é cumprir a sua missão.

Eu queria aqui poder falar muito mais, mas dividirei o tempo com o deputado Renato Hinnig.

Ao finalizar, gostaria de dizer ainda que amanhã vou dar uma satisfação sobre as denúncias das casas próprias da Cohab, que o eminente deputado Kennedy Nunes falou. Quero dizer, deputado Kennedy Nunes, que o ministério que não deu recursos foi o ministério do seu partido. Vou trazer aqui amanhã por escrito que o seu ministério não cumpriu o compromisso com aqueles mais pobres da região de Itajaí. Mas amanhã eu voltarei a falar disso.

Muito obrigado, servidores! Um abraço!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, ainda no horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores que estão na Casa hoje, da mesma forma que fez o deputado Manoel Mota, que assumiu o compromisso com os servidores públicos, passados os prazos da legislação eleitoral, nós também queremos

anunciar o nosso apoio integral aos pleitos dos servidores. Mas teremos, agora, que passar por esse período em que a legislação eleitoral dificulta a apreciação desse tema para, logo em seguida, retomarmos esse assunto.

Desde já podem contar com o apoio deste parlamentar no sentido de ver atendido os pleitos justos dos servidores públicos estaduais.

Mas ocupo o restante do tempo para falar sobre o trabalho que o nosso partido vem fazendo por todo o estado de Santa Catarina na realização de 36 seminários regionais, que foram concluídos esta semana para a elaboração do plano de governo para o próximo período. E daqui para frente passa a ser um trabalho dos diretórios municipais para que todas as entidades e segmentos da sociedade organizada no âmbito do município sejam ouvidos e possam colaborar com sugestões, no sentido de que se façam constar no plano de governo do nosso partido.

Esse encaminhamento, bastante democrático, é uma oportunidade que temos para colher informações com uma maior amplitude possível, já que o objetivo é oferecer esclarecimentos à sociedade catarinense sobre um projeto chamado gestão aberta, que vai ser defendido pelo candidato de nosso partido no próximo pleito e que está em construção.

Tenha certeza, deputado Manoel Mota, de que dessas reuniões e dessas audiências vão sair sugestões específicas aprofundadas com o projeto de descentralização implantado pelo governo Luiz Henrique, que muitos benefícios está trazendo a todas as regiões do estado, e o deputado Antônio Ceron sabe bem disse. Precisamos continuar trabalhando de uma forma mais aprofundada e ouvindo ainda mais a sociedade.

Portanto, nós temos muito a comemorar e temos convicção de que vamos produzir um documento com o reconhecimento da sociedade de Santa Catarina, que vai ser o balizamento para uma análise bastante aprofundada de todas as propostas que serão apresentadas durante o período eleitoral.

Também faço referência às negociações que estão acontecendo no sentido de fazer a composição e as coligações para a próxima eleição. No PMDB já houve uma decisão da executiva do diretório estadual, respaldada pela bancada estadual e federal, de que o condutor dessas negociações é o presidente do partido, dr. Eduardo Pinho Moreira, que é também pré-candidato ao governo do estado. É ele que está com a condição e o aval do nosso partido para conduzir as negociações.

Muitas conversas estão acontecendo. Sem dúvida nenhuma, até o dia 30 de junho vamos encontrar o melhor caminho. E esse processo de conversas que está acontecendo dentro do nosso partido também está acontecendo com os demais partidos. E vamos conseguir encontrar o melhor caminho para que o PMDB continue governando Santa Catarina, para que tenha mais uma vez um excelente desempenho nas eleições e continue esse processo de governar de forma descentralizada, que foi extremamente importante, pois trouxe uma novidade para Santa Catarina, foi um processo de inovação.

Mas quero ainda aproveitar para falar sobre um evento realizado, hoje, na Assembleia Legislativa, por iniciativa da Fenacon - Federação Nacional dos Contabilistas - e do Sebrae nacional, em que se discutiu a lei do microempreendedor individual e a legislação do Simples nacional, em que avanços aconteceram. E preciso deixar registrado que Santa Catarina é o estado em que mais avanços houve, já que, dos 293 municípios, em 260 nós já tivemos a Lei Geral da Microempresa aprovada, faltando em apenas 33.

Isso é fruto de toda uma mobilização desta Casa, que inclusive realizou muitos eventos sobre esse tema. Eu quero cumprimentar todos os deputados que de alguma forma estão se envolvendo nesse objetivo, mas também é importante registrar que esse resultado tem acontecido por um trabalho extremamente importante, dedicado, realizado pelo Sebrae de Santa Catarina.

É muito importante e fundamental a participação dos contabilistas de Santa Catarina e do Brasil inteiro. Mas, particularmente, neste estado, há um envolvimento desses profissionais no sentido de esclarecer às Câmaras de Vereadores a respeito da importância da aprovação dessa lei que traz para a formalidade aqueles que estão trabalhando de forma individual ainda na informalidade.

Quero registrar que os contabilistas estão realizando esse trabalho de forma gratuita, num trabalho de mobilização importante, dedicando uma parte do seu tempo para implementar esses registros.

De parte do governo do estado foi anunciada também a liberação da inscrição estadual para o microempreendedor individual e também a possibilidade de emissão de nota fiscal eletrônica por parte desses estabelecimentos. Uma novidade, e mais uma vez Santa Catarina sai à frente para mostrar ao Brasil inteiro que aqui, neste estado, estamos atentos e sempre procuramos realizar o melhor trabalho possível.

Um forte abraço a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Também quero fazer minha saudação efusiva, especial, carinhosa aos servidores da Saúde, sobretudo dos hospitais do interior Santa Catarina e de Florianópolis, que se fazem presentes aqui neste Parlamento há meses e hoje estão em vigília novamente. Saúdo também os demais servidores da Procuradoria Geral do Estado, do Iprev, da Administração, senhores e senhoras.

Sr. presidente, início o meu pronunciamento no horário destinado ao meu partido, trazendo mais um fato concreto que demonstra que o governo de Santa Catarina poderia ter aceitado as emendas nas medidas provisórias, porque ontem a Câmara dos Deputados aprovou com emendas a Medida Provisória n. 479, que dá gratificações, que concede aumentos para mais de 25 mil servidores deste país. Portanto, existe uma fundamentação legal no meu entendimento.

Sr. presidente, posso dizer aqui que não estou contra o governador Leonel Pavan. Nunca estive. Aliás, certamente boa parte dos meus 49 mil votos ajudou a elegê-lo como vice-governador. Elegi com muita honra e orgulho Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, apoio esse governo e continuarei apoiando.

Jamais em minha vida pública vou abrir mão, deputado Manoel Mota, das minhas convicções, dos meus princípios e daquilo que defendo. Agora se quiserem entender que defender o servidor público é estar contra o governo, essa é uma interpretação. Não entendo dessa forma. Defendo, apoio, voto com o governo, mas não abro mão, em hipótese alguma, de defender os sofridos servidores de Santa Catarina.

Faço parte, sr. presidente, da base do governo com muita honra e continuarei fazendo parte desse governo, porque ajudei a construí-lo. Agora fazer parte da base do governo não significa ser omissos, subserviente, subordinado.

Nós precisamos ter independência, posição, personalidade e, sobretudo, precisamos votar, defender, propor e buscar a justiça para aqueles que precisam dela. E, nesse caso, os servidores públicos de Santa Catarina estavam sendo discriminados nas medidas provisórias que foram mandadas para este Parlamento. Por isso, apresentei a minha emenda, voto e votarei sempre neste Parlamento favoravelmente às emendas que corrigem as injustiças estendendo as gratificações para todos os servidores do estado.

Quanto à Medida Provisória n. 0170, deputado Manoel Mota, foi apresentada uma emenda inteligente, de autoria do deputado Jorginho Mello. Por quê? Porque propõe que seja compartilhado aquilo que foi produzido a mais para as secretarias, dá incentivo e condições para que os servidores possam ter uma produtividade maior e não onera, portanto, os cofres públicos do estado. Essa é uma política inteligente, de resultados e é por isso que nós apoiamos a emenda de autoria do deputado Jorginho Mello.

(Manifestações das galerias)

Quero encerrar as minhas palavras, sr. presidente, parabenizando o deputado Marcos Vieira, que não se faz presente neste plenário mas que de maneira corajosa, inteligente, relatou favoravelmente, na comissão de Justiça e de Finanças e Tributação, a emenda do deputado Jorginho Mello à Medida Provisória n. 0170.

Parabéns ao deputado Marcos Vieira.

E encerro as minhas palavras fazendo um apelo ao governador Leonel Pavan, ao meu governador, ao governador da bancada do Democratas para que encaminhe a discussão no sentido de promover urgentemente a incorporação do abono para os servidores da Saúde de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, eu tenho aqui sobre a mesa um requerimento assinado por diversos srs. deputados, lideranças, pedindo que a sessão seja suspensa por até dez minutos para ouvirmos a sra. Karine Froner, que representará a PGE, a secretária da Administração e o Instituto de Previdência.

Há entendimento dos srs. líderes para que a sra. Karine Froner possa falar no prazo de dez minutos sobre o assunto pautado, a Medida Provisória n. 0170.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0170/2010, que fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Encontra-se em processo de votação com a medida original.

Esta Presidência vai fazer um esclarecimento: estamos em processo de votação e abertos para o encaminhamento dos srs. deputados.

Antes, deputada Ana Paula Lima, faço a seguintes considerações:

Este deputado há muitos anos está nesta Casa. Quem me conhece sabe que sempre teve conduta, linha e coragem para enfrentar todas as situações.

(Palmas das galerias)

Também não sou, deputada Ana Paula Lima, deputado que não faz política de resultado. Eu não faço política de perde-perde. Não que eu não possa ajudar alguém ou derrotar alguém. Muito bem, os servidores sabem disso, e eu espero não ter perdido o meu tempo e ter feito os servidores também perderem o seu tempo, pois respeito a todos.

Fiz as emendas conversando com alguns dos seus líderes. No dia de ontem chamei lideranças da PGE, da Administração, do Iprev e disse a eles, que iam depois a uma assembleia, que havia chegado a esta Casa a solicitação de retirada da medida provisória como um todo. O governador é quem pode retirar.

Como não faço política de terra arrasada, eu disse aos representantes que estavam no gabinete ontem - chamei-os em respeito a todos os segmentos - que chegamos ao final da linha. Nós chegamos ao final da linha. E eu disse a eles - se eles não transmitiram, eu não tenho responsabilidade nenhuma - que não gostaria de ser usado porque fui parceiro, fui leal desde o primeiro turno tentando ajudar, tentando dependurar na MPV 0170, o que não foi possível.

Então, não faço política de terra arrasada. Não vou e não quero discutir a questão dos procuradores, não quero discutir se está certo ou errado. Fiz uma reunião ontem com servidores da PGE, com o Edvi Peres da Silva, com o Mauro Souza da Cunha, da secretaria da Administração, com o Paulo Wilpert, do Iprev e com o procurador geral do estado, lá na Presidência, com o secretário da articulação, para construir uma reestruturação das carreiras. Essas pessoas participaram e está marcado um encontro para amanhã, às 14h, na sede do governo, para trabalharmos sobre isso.

Portanto, desde ontem, se os representantes e os líderes não falaram, lamento, mas as emendas não existem mais!

(Manifestações das galerias)

Então, nós vamos votar a Medida Provisória n. 0170, de forma original, que está em processo de votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, muito obrigada pela deferência.

Ouvi v.exa. atentamente e a minha forma de fazer política também é para a melhoria de todos. Mas durante um mês recebi mais de dois mil e-mails na minha caixa de correspondência solicitando apoio à sua emenda, à emenda Jorginho Mello, que inclusive está nas faixas deste plenário: 'Deputado Jorginho Mello, Emenda n. 0170'.

Desde o início que me consultaram aqui, sr. presidente, eu sempre manifestei o meu apoio a essa emenda de sua autoria porque achava, já que v.exa. é do PSDB e o governador do estado também, que tudo estava acertado entre os senhores. Como num jogo de futebol, em que o time está afinado, com tudo certo, tudo bem treinado, mas parece que alguns dos jogadores dessa equipe estão

brigados com o técnico. É assim que estou me referindo, já que estamos no ano da Copa.

Eu não posso aceitar, sr. presidente, com todo respeito a v.exa., com todo respeito aos demais parlamentares desta Casa, mas com mais respeito aos servidores do estado de Santa Catarina, essas chantagens que têm acontecido nesta Casa, diariamente, com as MPVs n.s 174 e 178, que estão lá Procuradoria. E há hoje uma moção para ser aprovada nesta Casa que o governador precisa deliberar, deputado Darci de Matos. V.Exa., que faz parte da base do governo, peça a ele que delibere já, porque eles estão sendo enganados há um mês. Eles estão negociando a MPV n. 0174 e a MPV n. 0178, mas elas ainda não vieram.

Não posso aceitar que o governador coloque um documento na sua mesa assinado para a retirada da MPV n. 0170. Se o senhor não retirar a emenda, eu acho que isso é algo muito sujo e vergonhoso, sabia?!

(Palmas das galerias)

Eu acho que o governador, srs. parlamentares, deputada Angela Albino, deputado Décio Góes, está equivocados, pois ele fez confusão com todas as emendas que mandou para cá, da Educação, da Saúde. E a Medida Provisória n. 0170/2010, de autoria do governo do PSDB, ele quer retirar? Não, sr. presidente, eu não aceito isso. V.Exa. vai me perdoar, com todo o respeito à Karina Forner, que veio aqui falar sobre tudo que tem acontecido.

Durante dias e dias esses servidores vieram aqui com a garantia de que essa emenda iria passar. Falaram para eles que ela iria passar nas duas comissões.

(Palmas das galerias)

Falaram para eles há um mês que ela iria passar! Na comissão de Justiça ela passou, na comissão de Finanças ela passou e agora, em cima da hora, para aprovar, neste plenário, querem retirá-la! Não aceito!

(Palmas das galerias)

Este Parlamento, sr. presidente e srs. parlamentares, agora vou falar como deputada, tem que ser pelo menos respeitado por este governo. Ele manda para cá, depois manda outro documento para nós tirarmos as emendas. Não aceito isso!

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, se v.exa. retirar essa emenda, eu quero que cumpra o Regimento desta Casa, que ponha essa emenda no plenário. Nós não queremos que v.exa. passe por esse constrangimento, mas se v.exa. põe para cada um colocar o voto "sim" ou o voto "não"...

(Palmas das galerias)

Os deputados da base do governo podem rejeitar ou aprovar, mas v.exa não deve passar por esse constrangimento sozinho!

(Manifestações das galerias)

Se isso acontecer, eu estarei do seu lado para defendê-lo como parlamentar. V.Exa. não deve passar por esse constrangimento sozinho. Não retire essa emenda que passou por duas comissões nesta Casa, que foi aprovada, e os parlamentares estudaram dias e dias, fizeram um trabalho importante, para chegar na hora da votação o governador mandar um documento retirando-a. Não, nós não aceitamos isso. Que se cumpra o Regimento, no seu art. 180, e coloque na pauta que os srs. deputados e sras. deputadas votarão.

É isso que eu peço, sr. presidente.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Deputada Ana Paula Lima, eu gostaria de dizer, respeitadamente, a v.exa. que

a participação do PT nas comissões poderia ter sido diferente dessa sua atitude de vir agora aqui fazer um discurso bonito para a plateia.

(Manifestações das galerias)

O deputado Pedro Uczai votou contra na comissão de Justiça e os deputados do PT se abstiveram de votar na comissão. Então, votaram contra e houve abstenção. E agora v.exa. vem fazer discurso para a plateia de que é um absurdo, etc. e tal. Eu só quero dar essa explicação a v.exa.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Eu também vou dar uma explicação a v.exa.

Como presidente desta Casa e presidindo esta sessão ordinária, v.exa. tem que respeitar a decisão das comissões, com um voto a favor! E foi aprovado nas duas comissões, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Foi aprovado nas comissões, mas é lícita, segundo o art. 180 do Regimento Interno, a retirada dos acessórios. Isso sempre ocorreu nesta Casa, deputada Ana Paula Lima. Isso é regimental, foi deferido ontem e é assunto encerrado. Não venha v.exa. querer dizer o que eu tenho que fazer! Essa é a posição!

(Manifestações das galerias)

Está em discussão e em votação a Medida Provisória n. 0170/2010, sem as emendas. Esta é a posição, sra. deputada.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu tenho um documento aqui assinado pelo Paulo Wilber, pelo Edivir e também pelo Mauro, das três instâncias, dizendo exatamente isso: que o governo apresentou a proposta que foi discutida em assembleia, que ela foi rejeitada, que o presidente das associações acatou a decisão da assembleia e solicitaram a manutenção da emenda.

Mas o que eu quero perguntar a v.exa., sr. presidente - eu gostaria que todos nós serenássemos os ânimos, porque tenho absoluta convicção de que todos nós queremos chegar ao mesmo lugar -, qual foi o procedimento que ocasionou a retirada da emenda, porque eu desejo discutir a sua retirada.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, nós aqui não estamos discutindo o mérito do projeto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu pedi a palavra, pela ordem, perdão, deputado Décio Góes, para v.exa. esclarecer, para depois eu discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Muito bem, sra. deputada. A questão de ordem é a seguinte: quando chamei os servidores mostrei a eles um encaminhamento de retirada da medida provisória. Disse a eles, e disse isso hoje também a v.exa., o seguinte: chegamos no final da linha. O que é que dá para fazer? Vão perder tudo? Isso eu disse a eles.

(Manifestações das galerias)

Isso foi o que ocorreu. Aí, no dia de ontem, eu me reuni com esses servidores,

estava a Karine, que foi junto a uma reunião, mas na primeira ela estava junto, e foi dito a eles que nós queríamos trabalhar para tentar ganhar alguma coisa, não ficar com terra arrasada e todo mundo perder.

(Manifestações das galerias)

Isso é que foi combinado, deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, particularmente, a retirada - essa é a consulta que fiz a v.exa. - da emenda se deu, na sua posição, como presidente da Casa, como autor? É isso que eu queria discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jorginho Mello) - Como autor da emenda.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Então, eu gostaria de discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - V.Exa. poderá discutir, deputada.

Com a palavra, então, para discutir, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, faço de público a mesma discussão que fiz com v.exa., hoje pela manhã. Permitam-me aqui falar inclusive no que não foi de agrado de alguns de vocês, mas reconheço que v.exa. fez, até aqui, um grande esforço e colocou a emenda.

Eu acho que temos que tratar as coisas devagar, para não perdermos o caminho que foi construído até aqui.

(Palmas das galerias)

Estou falando isso, sr. presidente, porque a deputada Ana Paula Lima lembrou, brilhantemente, aqui, que v.exa. é presidente em exercício desta Casa, já foi presidente, é um homem de grande compromisso com o PSDB, que lhe deve muito pelo grande nome que o partido tem no estado. O deputado Marcos Vieira, da mesma forma, é uma grande liderança deste Parlamento, também é do partido e aprovou.

Eu estou supondo que está todo mundo remando na mesma maré. Não acho que alguém vem até aqui para depois ser submetido a esse constrangimento. Vou acreditar nisso.

Então, em nome disso, sr. presidente, e pela grande consideração que v.exa. sabe que tenho por sua pessoa, vou pedir aqui, em discussão, não a sua posição, mas a posição do Parlamento e do Regimento. Segundo o art. 180, as proposições, depois de serem aprovadas nas comissões, só podem ser retiradas em plenário. Art. 178: inclui proposição. Está lá no inciso V, emenda...

Estou falando isso, porque sou novata na Casa e perguntei para um, e era uma coisa, perguntei para outro, e era outra coisa. Fui ler o Regimento, consultar a Procuradoria da Assembleia e a tradição desta Casa, sr. presidente, que eu respeito, especialmente porque estou de passagem aqui, sou suplente, mas estamos falando de legalidade. E faço um apelo a v.exa. para que se dirija ao governador. O governador tinha um tempo para discutir essa MPV, que se esgotou na aprovação das comissões. E não pode submeter à sua própria bancada, porque eu vi deputado falando baixo, que não vem aqui falar no microfone. Somente v.exa. está falando no microfone, mas há gente falando baixo que é isso mesmo, que é desse jeito, que tem que ser assim.

Eu faço um apelo a v.exa., um apelo à legalidade, mas não vou usar o meu tempo agora porque temos muito que discutir aqui. Mas que v.exa. argumente inclusive isso perante o governador, nos termos do art. 180, parágrafo único, do Regimento Interno, do art. 178, inciso V: cabe a este Plenário deliberar sobre a retirada de emenda na condição que ela está, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

E falo isso porque acredito inclusive que protege v.exa., protege o seu exercício como presidente e o trabalho que v.exa. fez até aqui! Todos nós sabemos que o deputado Jorginho Mello comprou briga em instâncias do governo para ter essa emenda aqui. Vocês sabem disso!

(Palmas das galerias)

Então, vamos tentar construir um caminho. Talvez pudéssemos, sr. presidente, achar esse caminho hoje, no plenário, mas que não tratemos as coisas exclusivamente como se já estivessem sido feitas. Não podem estar feitas porque, segundo o Regimento Interno, isso não pode ser assim. E eu faço esse apelo a v.exa. para que possamos construir essa saída.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, v.exa. tem de mim o maior carinho, o maior respeito, tive a satisfação de votar em v.exa. para presidente, assim como a nossa bancada como um todo, e agora para vice-presidente. V.Exa. tem de nós confiança, disputamos dentro dos campos ideológicos, mas nunca passa daí.

Em nome disso, eu gostaria de esclarecer a citação que v.exa. fez à bancada do PT e de dizer que quem votou contra na reunião da comissão de Constituição e Justiça não foi o deputado Pedro Uczai, fui eu. E votei por quê? Nós estávamos no calor da retirada da MPV da Saúde e não conseguimos fazer um conjunto de MPVs que contemplassem a maioria dos servidores. A grande maioria dos servidores, vamos falar a verdade, ficou fora e não recebeu as gratificações devidas, prometidas, esperadas, com expectativa durante esses sete anos e meio. E no apagar das luzes do governo foi contemplada uma parte das categorias.

Isso nos deixou muito indignados porque as pessoas que estão lá na base fazendo educação, atendendo aos alunos, aos pais, relacionando com as comunidades, não receberam. As pessoas que estão atendendo aos doentes em seus leitos, nos hospitais, não receberam nada. E foi assim vários outros campos do estado. Então, nós entendemos que deveria ser para todos ou para nenhum.

Na trajetória desse processo fomos convencidos de que a proposta do governo era justa, tanto que a base do governo continuou votando a favor da emenda, e nós fomos levados a crer que havia um entendimento do governo em abrir um campo, uma brecha, uma janela para as outras categorias conseguirem os benefícios da MPV n. 170 e das outras que foram aprovadas. E assim nos fomos convencendo, a ponto de a nossa bancada votar favoravelmente, por conta do convencimento do governo.

Mas não estamos aqui, agora, discutindo o mérito da emenda ou da MPV, estamos numa questão que precede, sr. presidente. Até concordo que a tradição da Casa seja de retirar a emenda quando há acordos de lideranças, mas v.exa. está vendo que não está ocorrendo acordo. Então, tem que cumprir o Regimento Interno, o art. 180, colocando em votação a emenda, para vermos se ela vai ser retirada ou não. Esse é o nosso pedido como liderança do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado!

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, quem nos colocou nesse impasse foi v.exa., pois nós compramos a sua briga. O senhor é que nos encaminhou para essa rota, tanto é que seus próprios colegas apoiaram e muitos companheiros que estão aqui também aceitaram a sua orientação. Eu sei que v.exa. é um homem que tem postura, sei disso, mas neste momento, desculpe-me, a postura que está adotando, no meu modo de entender, é totalmente inadequada e equivocada.

O que v.exa. pode fazer, sr. presidente, são duas coisas: como disse que já irá reunir-se amanhã com o governo para tomar alguma decisão, deveria suspender a votação da MPV n. 0170/2010 para incluir todos na negociação, a partir de amanhã. Como v.exa. sempre foi um parlamentar que cumpriu o Regimento Interno desta Casa e que como presidente nunca abriu mão dessa prerrogativa, a segunda providência, que é a principal, seria a não-retirada da emenda, uma vez que ela já foi aprovada nas comissões.

O Regimento é bem claro, já foi lido aqui por duas vezes o §1º do art. 180, e se o governador colocou algum material também não é legal, porque ele só pode retirar essa medida provisória se enviar outra!

(Palmas das galerias)

Portanto, sr. presidente, conhecendo o como conheço, solicito que coloque à consideração do Plenário a emenda de sua autoria, de acordo com o Regimento Interno, porque, repito, quem nos colocou nessa situação foi v.exa. porque acreditamos na sua emenda, tanto é que estamos há quase dois meses discutindo esse assunto, juntamente com os servidores e com toda a sociedade. Então, é justo que coloque em votação a emenda de sua autoria.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, temos uma situação que está mais ou menos clara para todos os deputados e para todas as pessoas aqui presentes.

A emenda apresentada por v.exa. foi relatada favoravelmente pelo deputado Marcos Vieira, na comissão de Constituição e Justiça, após seu retorno da comissão de Finanças, e foi aprovada com duas abstenções tão-somente. De forma que aquela emenda agora é da comissão de Finanças e da comissão de Constituição e Justiça e queremos que seja preservada.

V.Exa. retirou a emenda através de um requerimento verbal, de forma que este parlamentar, juntamente com outros três deputados, pode fazer um requerimento verbal também pedindo a votação da emenda em destaque. E é o que faço neste momento.

(Palmas das galerias)

Para buscar um acordo com a possibilidade de encontrar uma saída negociada para essa situação, eu proporia que se retirasse de discussão, na tarde de hoje, a Medida Provisória n. 0170 e que se construísse um consenso entre os partidos políticos, entre os 40 deputados da Assembleia Legislativa, ouvindo, evidentemente, os servidores interessados, tanto os que estão incluídos, quanto os que estão excluídos.

Então, este poderia ser um acordo dos parlamentares, um acordo dos partidos, um acordo das lideranças: a retirada de tramitação, na tarde de hoje, da Medida Provisória n. 0170, para que partidos políticos, deputados e servidores sentem e cheguem a um consenso. Porque da forma como está não dá para continuar, sr. presidente! Não nos conformamos com a retirada da emenda, uma vez que agora ela também é nossa, dos deputados das comissões de Finanças e de Constituição e Justiça. Ou se retira de tramitação essa MPV, ou se reapresenta a emenda através de requerimento de quatro deputados - e há mais de quatro para assiná-lo -, para votá-la como destaque.

(Manifestações das galerias)

Temos um impasse estabelecido, a saída para uma negociação seria a retirada do regime de votação, na tarde de hoje, para, daqui até terça-feira da semana que vem, buscarmos um acordo com todas as partes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, novamente vejo neste plenário duas situações referentes aos funcionários da Saúde com as quais convivemos há poucos dias. O governo de novo mostra a sua insensibilidade para com o funcionalismo público e joga nesta Casa a faca ensanguentada da morte do servidor.

(Palmas das galerias)

Quando o governo viu que ia perder na votação das medidas provisórias da Saúde que havia enviado, retirou-as desta Casa. Agora a mesma situação volta a ocorrer.

Quero que os servidores públicos que estão aqui entendam, tanto os que serão beneficiados com a emenda como os que serão beneficiados com a medida provisória, que esta Casa não pode criar emenda que crie despesa. Nenhum parlamentar desta Casa pode fazer emenda que gere despesa porque se trata de vício de origem! Agora, há gente que faz isso para jogar para a plateia, porque sabe que não vai dar certo!

O nosso partido votou a favor da emenda na comissão de Constituição e Justiça porque deram um jeito. Dizem que a lei pode ser interpretada para cá ou para lá, e assim a comissão de Constituição e Justiça deu um parecer favorável à emenda, e o nosso partido aprovou-a. Já a bancada do PT não votou, absteve-se. O PP, contudo, votou favoravelmente à emenda na comissão de Constituição e Justiça e continua no mesmo propósito.

(Palmas das galerias)

Volto a dizer que foi criado um impasse que pode causar um prejuízo maior do que os erros do governo, pois ele está completamente perdido.

Sr. presidente, concordo com a posição do deputado Sargento Amauri Soares de retirar de pauta a votação dessa medida provisória, esperando essa reunião marcada para amanhã.

O servidor não crê mais neste governo! Não crê nas promessas deste governo! E é por isso que entendo a necessidade de retirar a MPV da pauta e esperar essa reunião e ver uma forma de resolver o impasse criado aqui: uma emenda aprovada na comissão foi agora retirada pelo autor.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) -

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidoras e servidores, talvez nesta Casa não haja nenhum deputado ou deputada que conheça mais vocês do que eu, até por causa da proximidade que tivemos quando estive no exercício do honroso cargo de secretário de estado da Administração.

Pautei-me, ao longo dos anos em que exerci o cargo de secretário do estado, por manter sempre com todos vocês uma conversa clara, franca e transparente, preservando, sobretudo, a tomada de decisão de forma coletiva.

Lembro-me bem, ainda na secretaria da Administração, quando pedi o apoio dos servidores de uma diretoria para que elaborassem um projeto interno e uma servidora levantou-se e disse: "Secretário, esse é mais um projeto bonito que nós vamos construir que, infelizmente, daqui algum tempo vai ser colocado na gaveta."

Passado um ano e meio, quando efetivamente conseguimos tirar o projeto do papel e implementá-lo, numa ampla reunião onde estávamos, perguntei se aquela funcionária que havia dito aquelas palavras estava lá. Quando ela se apresentou, perguntei: "Tiramos do papel ou não?" E ela respondeu que realmente havíamos tirado do papel.

Tem sido assim nesta Casa também, com jogo claro, transparente, o jogo da verdade. E no que diz respeito, especificamente, à Medida Provisória n. 0170, desde o início de todas as conversas, não há um aqui que afirme que alentei qualquer esperança na concessão dessa gratificação, mas me comprometi, ao longo desse tempo, de lutar lado a lado para que conquistassem esse benefício. Essa é a verdade! Mas quando me procuravam no meu gabinete, eu afirmava para todos e para todas: "Aqui, neste gabinete, não há problema. O problema está no outro lado, no Centro Administrativo e nos outros gabinetes da Assembleia Legislativa."

Verdade ou mentira? Mas o tempo foi passando e o momento final chegando. Então perguntei: "Vocês têm os votos suficientes para aprovar isso?" Responderam-me: "Temos, deputado, e por unanimidade!" Eu disse: "Olha, olha. Corram atrás!"

Quero colocar aqui outra verdade.

Ninguém de vocês conheceu o meu voto antes da leitura do relatório que fiz na comissão de Constituição e Justiça. Honrei a palavra dada a mim mesmo.

(Manifestações das galerias)

O meu voto seria conhecido no dia da reunião da comissão de Constituição e Justiça e nenhum dos servidores conheceu o meu voto antecipadamente. Mas eu continuava perguntando: "Vocês têm o apoio dos outros deputados?" Ao que respondiam: "Temos, deputado". E eu dizia: "Olha!"

Eu quero que todos me escutem olhando nos meus olhos. Deputada Ana Paula Lima, quanta incoerência. A senhora vem para o plenário no dia de hoje, faz uma apologia para esses servidores; o deputado Décio Góes vem a plenário e faz uma apologia. Mas o deputado Pedro Uczai, na reunião da comissão de Constituição e Justiça - e quem estava lá viu e está gravado -, disse que a emenda era intempestiva e que fora apresentada a uma medida provisória à qual não cabe oferecer emenda. Está lá, deputada Ana Paula Lima, gravado! O deputado Pedro Uczai afirmou isso!

Que incoerência é essa? Eu assumi o meu voto, mas a bancada do PT na Assembleia

Legislativa é incoerente! Ela mente para o servidor público. Ela diz uma coisa entre as quatro paredes dos gabinetes, faz outra coisa nas comissões e vem a plenário dizer uma terceira ao servidor.

O deputado Décio Góes, da mesma forma, foi ao microfone da comissão de Finanças e Tributação - está gravado e que a gravação venha à tona - e disse o seguinte - e vocês são testemunhas do que eu estou falando: "A nossa bancada é contra, mas para não prejudicar o andamento da matéria, vou-me abster". Essas foram as palavras do deputado Décio Góes! Está gravado! E aí fazem o jogo da mentira, fazem um jogo perigoso. No Congresso Nacional a bancada do PT aprovou um aumento, mas agora pede ao presidente Lula para vetar.

Que partido é esse? Que partido da incoerência é esse? Deputado Décio Góes, v.exa. por acaso tratou tão bem os servidores públicos de Criciúma, à época em que foi prefeito, quanto diz querer tratar na Assembleia Legislativa? Essa pergunta tem que ser feita.

Eu, pelo menos, em toda a minha vida pública não menti para vocês. E vou continuar sem mentir porque a minha verdade é a mesma. Eu sou favorável à concessão da gratificação para vocês por intermédio da emenda ou pela continuidade da luta junto ao governo do estado.

Eu nunca ocupei a tribuna da Assembleia para falar acerca da medida provisória e disse a vocês também que não ocuparia. Mas na hora em que vi a incoerência, no momento em que ela aflorar neste plenário, eu não tinha como não vir e falar a verdade. Eu sou coerente, estou com vocês, não prego mentiras! O PT é incoerente e mente para vocês!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Décio Góes, v.exa. já fez seu encaminhamento?

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Não, eu fui citado nominalmente pelo deputado Marcos Vieira, que distorceu a verdade, como todos viram aqui. Mas o engraçado é que quem criou o problema foi o governo. Quem enviou a MPV foi o governo. Quem fez a emenda foi a bancada do governo. Quem relatou foi o governo. Quem tem maioria aqui para aprovar o que bem entender é o governo. E a culpa recai sobre o PT.

A nossa relação foi de muita sinceridade e de muita honestidade desde o começo. Ontem, na comissão de Constituição e Justiça, deixei bem claro que a bancada ainda não tinha posição, que iríamos discutir ao meio-dia e que por enquanto eu iria abster-me da votação.

(Palmas das galerias)

A relação sempre foi muito honesta. Não estou aqui misturando o PSDB de São Paulo, o de Minas Gerais e não sei mais de onde para tentar achincalhar o partido, porque nem precisa, ele mesmo se achincalha.

Quero deixar registrado também que quando fomos prefeito de Criciúma o conjunto de aumentos ao funcionalismo foi maior que o aumento da arrecadação do município, no intuito, inclusive, de resgatar perdas anteriores. E fizemos o maior esforço para isso.

Então, o governo tem a obrigação de fazer o mesmo esforço. Ficar sete anos e meio prometendo, postergando e no apagar das luzes ainda fazer-nos passar por essa situação, é um absurdo.

Quem nos convenceu de que o governo tinha condições de pagar todas as

medidas provisórias e as emendas foi o próprio governo. Nós fizemos emendas para estender para outras categorias que não foram contempladas. Todas as emendas foram rejeitadas pelo governo no intuito de beneficiar só alguns. A única medida que ia estender um pouco mais era aquela inicial do governo, e agora, na última hora, no último instante, no último minuto, é retirada a emenda ainda com o agravante: não cumprindo o Regimento Interno, sr. presidente.

Queria fazer esse alerta porque isso permite aos servidores e a qualquer um que se sentir prejudicado entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e entender que essa lei como um todo vai perder a validade. Vai ser inócua a votação da medida provisória sem a referida emenda, se não cumprir o Regimento Interno.

Obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência solicita aos srs. deputados que ocupem os seus lugares, pois vou colocar em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - É praxe nesta Casa, deputada Ana Paula Lima, o autor retirar a emenda. Mas, para ser democrático, vou colocar em deliberação dos srs. deputados o meu requerimento, em respeito aos srs. deputados.

Os srs. deputados que concordam com a retirada da emenda votam "sim" e os que não concordam com a retirada votam "não".

(Palmas das galerias)

Solicito a abertura do painel para que os deputados possam exercer o seu direito de voto.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu não estou conseguindo entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está em votação, deputado Elizeu Mattos, o meu requerimento.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Se a emenda foi retirada, não existe emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Estamos sendo democráticos, deputado Elizeu Mattos.

(Manifestações das galerias)

Quem votar "sim" concorda com a retirada da emenda e quem votar "não" é porque não concorda com a sua retirada. Vamos pecar pelo excesso!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, parabéns pela sua atitude corajosa. Eu voto "não", em respeito aos servidores.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está aberto o painel eletrônico!

Os srs. deputados que votarem "sim" concordam com a retirada da emenda e os que votarem "não" é porque não concordam.

O Sr. Deputado Edison Andriano - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andriano.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, não estou conseguindo entender. A emenda é de sua autoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - É de minha autoria!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - O autor da emenda tem autonomia para retirar ou deixar a emenda. Se v.exa. retirou a emenda, para mim é assunto definitivo. Eu discordo de uma proposta. Aprovar o quê? Se v.exa. é o autor da emenda, tem autonomia regimental para retirá-la. Se v.exa. retirou a emenda, encerrou o assunto!

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, eu, como autor da emenda, retirei a emenda. Mas há um requerimento verbal dos srs. deputados solicitando que seja reapreciada a retirada ou não da emenda.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, v.exa. pode votar em destaque a emenda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. deputado, quero ser democrático e não quero passar por cima de ninguém. Então, é por isso que esta Presidência está colocando em votação se os deputados concordam com a retirada da emenda ou não. É muito simples o encaminhamento, é para saber se aceitam o requerimento.

(Palmas das galerias)

Está aberto o painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" concordam com a retirada da emenda e os que votarem "não" não concordam.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu quero um esclarecimento de v.exa. Numa hipótese de o "não" obter sucesso, a solicitação do governador do estado está de pé ou não? Porque se nós votarmos a favor da manutenção da emenda, está aí o ofício do governador mandando retirar a medida provisória.

Então, eu quero saber isso, porque daqui a pouco nós não saberemos o que fazer aqui, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O pedido do governador está aqui, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Mas eu consulto v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Se for aprovada a emenda, o projeto será retirado como um todo.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Então, que papel estamos fazendo aqui, sr. presidente? Ai, não! Ou, então, v.exa. não retirou a emenda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Eu retirei a emenda, deputado Onofre Santo Agostini.

Agora um requerimento de plenário pede para saber se todos os deputados, ou a maioria, concordam com essa retirada. É o que eu estou fazendo! Vamos pecar por excesso! Todo mundo entendeu, todo mundo está sabendo o que tem que fazer!

O painel está aberto. Quem votar "sim" concorda com a retirada da emenda e quem votar "não" não concorda com a retirada.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Sr. presidente, peça a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Como presidente da comissão de Justiça, cabe a mim zelar aqui pela legalidade. Eu fui verificar os autos agora e para mim a emenda não existe mais no processo. Já foi dado o despacho pelo secretário da Casa e a emenda não existe. Desculpe-me, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Romildo Titon, o deputado Dagomar Carneiro, que estava presidindo a sessão, deferiu, no seu despacho. Está tudo certo! Foi feito em plenário agora um requerimento para que se possa tirar essa dúvida. Então, v.exas. concordam ou não concordam. É só isto que v.exas. têm que dizer: se concordam ou não com a retirada da emenda! Não há questão de ilegalidade. Eu retirei a emenda.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, se não é para cumprir a legalidade, eu vou votar "não" também.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, uma emenda, quando é apresentada, expressa a vontade do parlamentar. Já imaginou eu apresentar uma emenda num projeto e, seu eu não quiser mais a emenda, eu vou ter que consultar o plenário com relação à emenda que é minha. Eu nunca vi isso, sr. presidente! A emenda foi retirada ou não. Não há o que deliberar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua o processo de votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, ou a emenda existe ou não existe. Se v.exa. retirou a emenda, deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Serafim Venzon, eu retirei a emenda. Há um requerimento dos srs. deputados, feito agora, sr. deputado - e não sei se v.exa. estava no telefone e não ouviu quando eu falei isso -, para que se consulte o Plenário. E é um Plenário soberano, deputado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, quando esse Plenário faz uma votação, o resultado da votação tem um efeito. Se todos votarem "não", qual vai ser o efeito da votação? A emenda voltará?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A emenda voltará. Mas aí o governo pede a retirada do projeto como um todo.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, v.exa. é o autor da emenda, o Plenário é soberano e a sua atitude é corajosa e democrática!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, estamos com o painel de votação aberto. Na minha fala, eu disse que ficaria do seu lado. V.Exa. não pode ficar sozinho. Que a base do governo mostre, agora, se quer a emenda ou não. Que o deputado Marcos Vieira venha para esta plenário votar "sim" ou "não" e que não fique fazendo discurso inflado e, na hora da votação, caia fora do plenário!

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, eu tenho duas dúvidas e gostaria que v.exa. as esclarecesse. Foram retiradas emendas aqui e o governo retirou as medidas provisórias. Eu até pergunto por que essas retiradas das medidas provisórias não passaram pelo Plenário para saber se ele concordava ou não com a sua retirada das medidas provisórias pelo governo? Esta é a primeira pergunta.

(Manifestações das galerias)

Segundo: vamos dizer que o "não" permaneça e aprove-se a retirada da medida provisória. Eu gostaria de saber... Eu tenho uma dúvida, deputado Jorginho Mello: vamos dizer que prevaleça o "não" e seja... Eu gostaria de ter a atenção de v.exa., porque eu quero a resposta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Pois não, deputado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Vamos dizer que prevaleça o "não", que se rejeite a emenda e o governador retire o projeto. V.Exa. vai colocar a retirada do projeto para o Plenário decidir?

E se eu fizer um requerimento e o governador Leonel Pavan, em função do resultado, pedir para retirar o projeto original, a medida provisória? Eu vou fazer um requerimento à Mesa para que seja decidido pelo Plenário a decisão do governador de retirar a medida provisória? V.Exa. vai colocar em votação aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado, v.exa. pode fazer qualquer tipo de requerimento, mas esse tipo de proposição não cabe à nossa deliberação.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, pela ordem, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O governo sabe o que retira ou não.

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Mas acabaram de retirar e v.exa. está botando...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Edison Andrino, v.exa. é um homem experiente. Eu gostaria que v.exa. colaborasse...

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Mas eu quero colaborar! Na realidade...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - V.Exa. faz o requerimento e encaminhe à Mesa, que nós iremos decidir.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu só vou fazer se depois o governador retirar...

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, que me desculpe o experiente deputado Edison Andrino, mas nós não podemos ficar debatendo um resultado que não aconteceu!

(Manifestações das galerias)

Primeiro, nós temos que votar, para depois debater o resultado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, que me perdoe o deputado Darci de Matos, mas ele está equivocado. Nós estamos debatendo o procedimento. É importante, neste momento, manter a calma dos servidores. Não é com gritos que nós vamos resolver a questão. Temos uma votação importante. Caso o voto "não" vingue nesse requerimento... Sr. presidente, os grandes homens são aqueles que conseguem voltar atrás.

Peço a v.exa. que não coloque essa matéria em votação porque senão v.exa. irá jogar no colo dos servidores que estão aqui - e vai jogar no colo de vocês e não é mais no do governo Pavan - o arquivamento da medida provisória. Infelizmente, esta é, sim, a verdade.

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente, nós ouvimos aqui diversos pronunciamentos, e democracia é exatamente isto: cada um poder expressar a sua opinião, cada um pode dizer o que pensa e agir conforme as suas convicções. Mas v.exa., neste momento, sr. presidente, tem que retroagir, dar um passo atrás e não colocar em votação. Para este Plenário, o ato, que é o ato volitivo, que é o ato de vontade... V.Exa. já externou a este Parlamento a sua vontade de retirada da emenda e já o fez, sr. presidente.

(Manifestações nas galerias)

Eu tenho lido e estudado muito sobre psicopatologia da vontade. Então, para que não venhamos a discutir isso, retire, sr. presidente!

(Manifestações nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, a Presidência vai aguardar mais alguns instantes, porque estamos em processo de votação. Continua a votação. Mesmo tendo sido um ato perfeito, pelo o art. 180 do nosso Regimento Interno, a retirada das emendas, democraticamente eu estou consultando todos os senhores, a pedido dos colegas aqui do plenário, se concordam com a retirada da emenda ou não. Simplesmente é essa posição, para depois irmos para a medida provisória.

Em votação.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, vou parabenizar v.exa. quanto ao resgate da legalidade. Na dúvida da interpretação, vamos discutir em plenário, que é isso que estamos fazendo aqui.

Agora, alguns companheiros bem intencionados deste Parlamento estão aqui perguntando e, para não deixar dúvida para quem está dizendo aqui que está preocupado com o servidor e não com o que o governo vai fazer depois que votar do jeito que quiser, eu vou fazer duas perguntas, se v.exa. me permitir: os servidores têm plena consciência da intenção do governo do estado, mantida a emenda, de retirar o projeto?

(Os servidores respondem que sim.)

Os servidores desejam ainda assim manter a emenda e votar o projeto?

(Os servidores respondem que sim.)

É isso, sr. presidente. Quem está preocupado com os servidores pode ficar tranquilo, porque os servidores estão esclarecidos sobre o tema. V.Exa. está resgatando a legalidade. Alguém disse aqui: "Mas não existe mais emenda". Na dúvida, o senhor foi na letra literal, que não é o autor. Depois que passou nas comissões, não é o autor. V.Exa., na dúvida, fez o que todo mundo que juro a legalidade fez. Na dúvida, consultou o Plenário.

Mas cada um aqui tem uma posição política; nós sabemos o que está em discussão aqui. Agora, os servidores sabem que o governador vai retirar e os servidores ainda assim desejam que seja feito.

Então, consulto v.exa., por fim, para saber qual é o quórum. Nós já estamos há muitos minutos com a votação aberta; há parlamentar dizendo aqui que não vai votar e pronto, e esse é um direito seu, mas consulto v.exa. para saber qual é o quórum para a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Há quórum suficiente. Há mais de 21 deputados no plenário!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Então, eu peço a v.exa. que encerre a votação, sr. presidente. Se há quórum para deliberar essa matéria, que seja encerrada a votação. Quem quiser abster-se tem o direito de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência pede, mais uma vez, aos deputados que exerçam o seu direito de voto.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, eu quero, bem rapidamente, primeiro cumprimentar v.exa. pela postura na apresentação da emenda. E esse assunto só está na Casa graças à emenda de v.exa. Ponto! Segunda questão: eu já registrei no painel o meu voto de abstenção.

Eu me recuso, sr. presidente, a fazer de conta que estamos votando, porque nós não estamos votando, já que a emenda não existe mais.

(Manifestações das galerias)

Estou colocando exatamente a minha posição. Eu me abstenho, vai ficar na história. Mas eu me abstenho, porque essa votação não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, deputado Sargento Amauri Soares, eu conto com a compreensão de todos. A Presidência encerra a votação e vai anunciar o resultado.

(Manifestações das galerias)

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA
DEPUTADA ANA PAULA LIMA não
DEPUTADA ANGELA ALBINO não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO ANTÔNIO CERON abstenção

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO não
DEPUTADO DARCI DE MATOS não
DEPUTADO DÉCIO GÓES não
DEPUTADO DIETER JANSSEN não
DEPUTADO DIRCEU DRESCHE
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERISIO
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN abstenção
DEPUTADO GILMAR KNAESEL
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA não
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO abstenção
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI não
DEPUTADO OZAIR POLACO não
DEPUTADO PEDRO UCZAI
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI não
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA não
DEPUTADO ROMILDO TITON não
DEPUTADO RONALDO BENEDET
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SILVIO DREVECK
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos três votos "sim" e 13 votos "não", e três abstenções.

Não está mais retirada a emenda.

(Palmas das galerias)

Agora, nós vamos deliberar sobre a emenda.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - E o quórum, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Não precisa, deputado Giancarlo Tomelin. Há mais de 21 votos no plenário.

(Manifestações das galerias)

Srs. deputados, agora passaremos à votação da emenda que acaba de voltar para a vida.

(Palmas das galerias)

Votação da Emenda Aditiva ao PCL n. 0170/2010, que fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de procurador do estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, por processo eletrônico.

Os srs. deputados que concordam com a emenda votam "sim" e os que não concordam votam "não".

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu acho que essa votação está muito confusa.

Não estou entendendo nada. Peço verificação de quórum, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Estamos em processo de votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, o nosso voto é "sim", em homenagem aos trabalhadores que estão há dois meses esperando.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o nosso voto é "sim", em homenagem e respeito aos servidores de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, agora precisa 21 votos. V.exa. tem razão, deputado Giancarlo Tomelin, mas antes não precisava.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giancarlo Tomelin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu sou novo na Casa, mas quero dizer duas coisas. Em primeiro lugar, gostaria de saber o posicionamento de v.exa. com relação a essa votação. É muito importante para este deputado. Em segundo lugar, há um requerimento do governo do estado, então, retire o projeto. Se vencer ou não - e todos aqui concordaram -, v.exa tem o documento do governo para retirar o projeto e, aí, está retirada a emenda.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Giancarlo Tomelin, vamos continuar deliberando.

Quem votar "sim" aprova a emenda, quem votar "não" rejeita a emenda.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - A bancada do PT vota sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Precisa votar no painel, deputado. Vamos encurtar a conversa e fazer funcionar o painel eletrônico.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

| | |
|----------------------------------|-----|
| DEPUTADA ADA DE LUCA | |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | sim |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR | |
| DEPUTADO ANTÔNIO CERON | sim |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR | |
| DEPUTADO DADO CHEREM | não |
| DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO | sim |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | sim |
| DEPUTADO DÉCIO GÓES | sim |
| DEPUTADO DIETER JANSSEN | sim |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO | sim |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS | |
| DEPUTADO GELSON MERISIO | |
| DEPUTADO GENÉSIO GOULART | |
| DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN | |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL | |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | |
| DEPUTADO JORGINHO MELLO | sim |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | |
| DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA | |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | sim |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | sim |

| | |
|------------------------------------|-----|
| DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI | sim |
| DEPUTADO OZAIR POLACO | sim |
| DEPUTADO PEDRO UCZAI | |
| DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS | |
| DEPUTADO RENATO HINNIG | |
| DEPUTADO RENO CARAMORI | sim |
| DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA | sim |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | sim |
| DEPUTADO RONALDO BENEDET | |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | sim |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | |
| DEPUTADO VALDIR COBALCHINI | não |
| DEPUTADO WILSON VIEIRA | |

Está encerrada a votação.

(Manifestações das galerias)

Alguns deputados deixaram de exercer o direito de voto?

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - V.Exa., sr. presidente, ainda não votou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Voto com o maior prazer, deputado Onofre Santo Agostini.

(Manifestações das galerias)

Temos 19 votos "sim", dois votos "não" e nenhuma abstenção.

Srs. deputados, está aprovada a emenda ao PCL n. 0170/2010, por maioria.

(Manifestações das galerias)

Agora vamos votar a Medida Provisória com a emenda.

Em votação.

Está aberto o painel de votação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Pois não!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - V.Exa. fala chinês e nós entendemos português ou v.exa. leu o ofício dizendo que o governador retira a medida provisória, se a emenda for aprovada.

Agora não podemos votar, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. Deputados, ela não aconteceu, porque...

Impediu que ela acontecesse. O governo queria vetar. Aí eu tentei fazer, deputado Onofre Santo Agostini, um entendimento. Chamei os funcionários, o secretário.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Parabéns, presidente! Era brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - V.Exa. é experiente, não queira fazer média, aqui, deputado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Não, não estou fazendo média. É brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Pois bem, amigo, v.exa. vota "sim" ou vota "não"?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu voto "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem! Está combinado! Continua em votação.

Deputado Darci de Matos, v.exa. já falou bastante hoje. Ajude-nos a fazer a votação.

Quero esclarecer aos srs. deputados que a matéria não está sendo aprovada por falta de 21 votos. Não há 21 votos "sim", deputada. Precisa haver 21 votos "sim", ou seja, quórum qualificado.

Portanto, srs. deputados a matéria não atingiu o seu objetivo.

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Srs. deputados, a matéria não foi aprovada por falta de quórum qualificado e será votada posteriormente. O projeto continua na Casa para ser votado. Não obteve 21 votos. Se tivesse obtido 21 votos, a matéria seria aprovada. Mas não se

chegou aos 21 votos necessários.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - A medida provisória está sendo convertida em lei ordinária. E lei ordinária não é lei complementar.

Para lei complementar, no meu entendimento, são necessários 21 votos dos 40. Mas para lei ordinária, sr. presidente, precisamos da maioria presente. E há mais de 21 votos no plenário.

Sr. presidente, no meu entendimento a matéria está aprovada.

(Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Marcos Vieira, ajude-me a ler o Regimento Interno.

(Passa a ler)

"Art. 247. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros."[sic]

Então, são necessários 21 votos para aprovar.

O Sr. Deputado Marcos Vieira (Intervindo) - Sr. presidente, mas o quórum para ler a aprovação da lei ordinária...

Vamos fazer a verificação de quórum e votamos novamente, não há problema. Verifique o quórum e vamos votar de novo. Alguém requer?

O Sr. Deputado Darci de Matos (Intervindo) - Nós estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Darci de Matos, o resultado da votação, com o deputado que se absteve, dá 21 votos, agora.

Agora está aprovada a matéria.

O Sr. Deputado Darci de Matos - É isso que eu estou dizendo, sr. presidente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, requiro a votação da redação final da matéria.

Não há votação em segundo turno, assim solicito a votação da redação final, sr. presidente, da matéria, em sessão extraordinária, para o encerramento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Isso é lícito, regimental. Eu posso atender, mas agora não, só depois.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Encerre a sessão, sr. presidente, e convoque outra para a votação da redação final, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição PEC n. 0005/2010, de autoria do deputado Dado Cherm e outros, que dá nova redação ao art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina (recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde).

Conta com o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h12min, para a votação da redação final da Medida Provisória n. 0170/2010.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 17h12, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Jorginho Mello por ter colocado a emenda em votação.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Jorginho Mello por ter colocado a emenda em votação.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Jorginho Mello por ter colocado a emenda em votação.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Jorginho Mello por ter colocado a emenda em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0170/2010.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontra.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero dar parabéns a v.exa., deputado Jorginho Mello, pela coragem que teve no dia de hoje. Parabéns!

Sr. presidente, que este Parlamento seja respeitado pelo governador do estado.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Da mesma forma, sr. presidente, quero parabenizá-lo - e não é por nada que v.exa. teve tantos mandatos e presidiu esta Casa - pela coragem de ter colocado a emenda em votação. (Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, v.exa. disse que não havia mais matéria na pauta da Ordem do Dia, mas existe a votação de um veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado, se houver quórum eu delibero, pois não queria cansá-los. Vamos deixar para amanhã, deputado.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Tudo bem, presidente, vamos deixar para amanhã.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma quero fazer o registro de que o PCdoB parabeniza-o pela atitude. Sei que alguém deve ter tentado pressionar v.exa., mas se manteve íntegro e honrou o seu cargo. Parabéns!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar a presença dos alunos da Escola de Educação Básica Adelaide Konder, que estão nesta Casa acompanhando esta sessão ordinária. Eles são alunos que foram escolhidos para participar do Parlamento Jovem, um programa da Assembleia Legislativa, juntamente com os professores e com a direção daquele colégio.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - É feito o registro, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Deputado Jorginho Mello, gostaria de parabenizar v.exa. pela coragem de colocar a emenda em votação no plenário e dizer que havíamos assumido o compromisso com os funcionários de que votaríamos na sua emenda. O seu objetivo foi corrigir o erro que o governo cometeu em discriminar essa área: ou damos gratificação para todos ou não damos para ninguém. E o meu voto foi o primeiro no mural porque entendemos que houve discriminação.

Então, votamos com v.exa. na sua emenda e agora cabe ao governo decidir.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece a presença de todos e convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matéria em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 050-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 316, § 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória n. 164, de 2010, que "Altera dispositivos da Lei nº 13.533, de 2005, que

dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC e o Anexo IX-B da Lei Complementar nº 381, de 2007".

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 31 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

ATA DA 1730ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às treze horas e trinta minutos, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1730ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processos em Regime de Vista: Processo nº 0655/10, de Alberto Cechetto Beck, relatora Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. José Buzzi e a Comunicação Interna nº 004/2010 de 03/03/2010, Interessado: Diretor Geral da ALESC "descarte de material da Coordenadoria de Documentação", relator Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado por maioria voto relator e aprovado por unanimidade aditamento voto vista Dr. José Buzzi. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0758/10, de Ivilten Barreto dos Santos e a Consulta Ofício CL nº 311/2010 - 25/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo ao Contrato nº 027/2005-00, DILION Imóveis Ltda. (galpão que está servindo de arquivo morto da ALESC)". Do mesmo relator, saiu de pauta com pedido de vista do Dr. José Buzzi o Processo nº 0466/10, de Edelson Elias da Silva. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0904/10, de Alexandre Melo e Processo nº 0750/10, de Wilmar Vaz; foram retirados de pauta pela relatora as Consultas: Ofício CL nº 269/2010 - 06/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2007-17, ONDREPSB e ALESC, contratação de postos de trabalho" e o Ofício CL nº 299/2010 - 18/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "1º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2010, firmado com a Empresa XBRAMAR - serviços gráficos e ALESC". 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0900/10, de Elaine Cristina Mendes Tramontin. 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0897/10, de Gilmar Cargin; Processo nº 0845/10, de Célio Teodoro Dias; Processo nº 0513/10, de Sidnei Vicente Urnau e a Consulta Ofício CL nº 304/2010 - 19/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Edital - contratação de serviços especializados na manutenção preventiva e corretiva de impressora CANON IR 105". 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0898/10, de Emilce Dias Rocha Maria; Processo nº 0899/10, de Elizabete Olinda Guerra; Processo nº 0901/10, de Edenilso José Acorsi; Processo nº 0769/10, de Diógenes Domingos Grigolo; Processo nº 0795/10, de Laura Elita Vieira Amorim e a Consulta Ofício CL nº 306/2010 - 21/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2010-00, celebrado com a Empresa INDOBEL - fornecimento de jornais, revistas e periódicos". O relator comunicou ainda que prestou informações à PGE, citada na Ação nº 023.10.014073-7 - Ação Cominatória/Ordinário - Autor: Saulo de Oliveira - Réu: Estado de Santa Catarina/ALESC - Interessada: Rejane Bértoli, Procuradora do Estado. 7) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0903/10, de Clerson Larroyd e Processo nº 0905/10, de Adriano Ribeiro Cargin; Processo nº 0841/10, de Alcibiades de Almeida Faria Neto. Neste momento, assumiu a Presidência dos trabalhos o procurador-adjunto, Dr. Sérgio Augusto Machado. Continuando, Ofício nº 016/DAT/2010, Interessado: Deputado Pedro Uczai "Solicita publicação do livro "Outra Educação é possível e necessária", aprovado por unanimidade e, também, a relatora cientificou o Colegiado do parecer emitido à Consulta Ofício CL nº 309/2010 - 21/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações, alteração do Contrato nº 029/2010-00, Festa do Pinhão 2010, firmado com a Prefeitura Municipal de Lages - Termo de Inexigibilidade nº 013/2010 de 13/05/2010. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0861/10, de Gicela de Aguiar Santana e Processo nº 0855/10, de Desio Muller. 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0902/10, de Denise da Silva; Processo nº 0838/10, de Gabriela Ramos Clerici e retirado de pauta pelo relator a Consulta Ofício CL nº

0270/2010 - 06/05/10, Interessada: Coordenação de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 0041/2009, celebrado entre a empresa ONDREPSB e a ALESC". 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0896/10, de Nivaldo Mauricio Erckmann; Processo nº 0866/10, de Maria Luiza Brasil; Ofício nº 189/2010/GEAP/MPSC, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina "solicita remessa da prestação de contas/subvenção desde 2004, do Gabinete do Deputado Clésio Salvaro" e Ofício nº 150/10 - 13/05/2010, Interessado: Nazareno Juttel - Gerente de Recursos Humanos - Secretaria de Estado da Fazenda "situação funcional de deputados estaduais/servidores da Receita Federal", juntamente com o Ofício SEF/GABS nº 475/10 de 29/04/2010, Interessado: Cleverson Siewert - Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina "Redação da Constituição Estadual, disponibilizada no sítio eletrônico desse Órgão (versão consolidada), quanto ao seu artigo 25, estar em conflito com o comando estabelecido pela Constituição Federal, art. 38, I, combinado com art. 39, § 4º". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dois (02) de junho. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 26 de maio de 2010.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

As dezoito horas do dia dez de março do ano de dois mil e dez, sob a presidência do senhor Deputado Silvio Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária da Comissão, que contou com a presença dos senhores deputados Ismael dos Santos, representando o deputado Renato Hinnig; Serafim Venzon; Décio Góes, representando o deputado Pedro Uczai até a sua chegada; Elizeu Mattos; e Ozair Coelho de Souza. O senhor presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida colocou em discussão o PL/0129.6/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que "Reconhece o Município de Camboriú como a Capital Catarinense de Missões", o qual foi aprovado por unanimidade, e o PL/0272.1/2009 de autoria do deputado Darci de Matos, que "Torna obrigatório constar em todos os cupons e notas fiscais emitidos pelos revendedores de combustíveis derivados de petróleo e álcool a varejo, além dos dados já obrigatórios, a placa de todos os veículos". Teve como relator o deputado Pedro Uczai que o aprovou, assim como o presidente, sendo que o deputado Elizeu Mattos solicitou vista em gabinete. O senhor presidente, deputado Silvio Dreveck, colocou em votação o requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores solicitando audiência pública para debater e deliberar sobre a atual situação político-administrativa da Celesc, assim como sobre o novo Plano de Demissão Incentivada, a terceirização de serviços e funções, a ausência de informações do contrato Cemig e Celesc e os investimentos da estatal em diversas áreas. O senhor deputado Elizeu Mattos justificou o seu voto contrário ao requerimento e, na sequência, o deputado Décio Góes explicou a realização da mesma. O senhor presidente, deputado Silvio Dreveck, colocou em discussão o requerimento passando a palavra ao deputado Pedro Uczai, que foi na mesma direção, argumentando a necessidade de fazer esta audiência pública, haja vista que nunca houve rejeição por parte dos membros da Comissão e que esse é o papel do Parlamento, ouvir a sociedade catarinense. Ainda em discussão o requerimento, o deputado Ismael dos Santos falou que o momento para esta audiência não era apropriado. O senhor presidente colocou em votação o requerimento, o qual foi rejeitado. Dando continuidade, o senhor presidente, deputado Silvio Dreveck, colocou em discussão o requerimento do deputado Pedro Uczai, que requer uma subcomissão para, num prazo de sessenta dias, prorrogáveis por mais sessenta, debater, elaborar e dar acompanhamento aos

projetos de implantação e reativação das ferrovias em Santa Catarina. Colocado em votação, foi aprovado por maioria. O senhor presidente colocou em discussão o requerimento do deputado Padre Pedro Baldissera, subscrito pelo próprio, que solicita à Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia um estudo técnico-científico do custo de produção aviária em Santa Catarina, que deverá ser encomendando à Universidade do Oeste de Santa Catarina, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade do Contestado, Empresa Brasileira de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina, devido a uma audiência pública realizada em Chapecó, na qual houve diversos relatos que retrataram a situação dramática vivida pelos avicultores em relação aos investimentos para o manejo da produção do frango e do peru. Colocado em discussão, o senhor deputado Pedro Uczai defendeu o requerimento, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente leu um ofício da Câmara Municipal de Rio Claro/SP, que solicita o apoio dos deputados e senadores para votarem favorável ao sistema de partilha e a criação da Petrosal para os membros da Comissão tomarem conhecimento. Dando continuidade, o senhor deputado Pedro Uczai falou do relatório do deputado Elizeu Mattos, do PL./0019.1/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que "Reconhece o município de Vidal Ramos como Capital Catarinense do Cimento", dizendo que o município já é a Capital Catarinense do Doce desde 28 de fevereiro de 2000, sancionado pelo então Governador Esperidião Amin, rejeitando o projeto e propondo pelo seu arquivamento. O senhor relator, deputado Elizeu Mattos, desculpou-se retirando o seu relato, e falou que iria conversar com o autor do projeto. O senhor presidente pediu para sobrestar o projeto até a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, chefe de secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Silvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO 2010.

Às 18h00min do dia 04 de maio do ano de 2010, na sala de reuniões das comissões número 02, da assembleia legislativa, sob a Presidência do Deputado Pedro Uczai, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Deputado Lício Mauro da Silveira, Deputado Ozair C. de Souza (Polaco), e, Deputado Valdir Cobalchini. O Presidente leu a ata da reunião e colocou em apreciação, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida o deputado presidente leu as correspondências recebidas, determinou a assessoria que distribuisse cópia aos deputados membros da comissão, e, passou a apresentar os seguintes requerimentos: de autoria do deputado Ozair (Polaco), requerendo audiência pública no município de Otacílio Costa, com o tema "a implantação de uma Escola Técnica Profissionalizante no município de Otacílio Costa", colocado em discussão, foi aprovado por unanimidade dos presentes, e acrescido de que devem ser convidados os dirigentes do IF SC, do governo federal, e também o governo estadual através da secretaria de educação. Também foi apresentado requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai solicitando audiência pública no município de Fraiburgo com o tem "cursos a serem oferecidos na implantação do IFET no município de Fraiburgo", o que foi aprovado por unanimidade. Também requerimento do deputado presidente desta comissão, requerendo a convocação do senhor secretário da educação do estado de Santa Catarina, para prestar esclarecimentos referentes ao processo de terceirização do serviço de alimentação escolar em Santa Catarina, realizado através do edital nº 026/2008. Colocado em reunião foi solicitado que nesta primeira semana fosse feito convite ao secretário, com a concordância do proponente, assim foi aprovado por unanimidade o requerimento. O senhor presidente avocou para relatar o PL./0335.0/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, cujo relator original é o deputado Cesar Souza Júnior, e, apresentou parecer pela aprovação do projeto que colocado em discussão, e,

em seguida em votação, foi aprovado por todos os presentes. Na seqüência passou a palavra ao senhor deputado Valdir Cobalchini que relatou o OF./0011.0/2010, cujo parecer é pelo diligenciamento, e que foi aprovado por todos os presentes, relatou também o PL/0082.8/2010, com parecer pela aprovação, o que após discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o presidente passou a palavra ao deputado Lício Mauro da Silveira que passou a relatar o Of./0037.0/2010. Com parecer pelo diligenciamento, o que foi aprovado por todos. Relatou o PL./0075.9/2010, com parecer pela aprovação com as emendas recebidas na CCJ, o que após discussão foi aprovado por unanimidade. O presidente retomou a palavra, e, constatando que não havia mais matéria a ser relatada, retomou a discussão apresentada na reunião anterior, com a proposta de que os membros da comissão se entender pertinente, possam coletivamente apresentar projeto de lei regulamentando a denominação dos espaços públicos no interior das unidades escolares, recebeu contribuição do deputado Valdir Cobalchini, e aprovação dos demais deputados possam também contribuir. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu aos Deputados pela presença, aos funcionários, e deu por encerrado os trabalhos desta reunião, da qual eu, Ivelise Sell Maciel, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 2010.

Deputado Pedro Uczai

Presidente da CECD

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 611/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 016/2010, foi anulada.

Lote Único: **LOCAÇÃO DE 50 MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE AUTO-SERVIÇO PARA BEBIDAS QUENTES (CAFÉ, LEITE, CHOCOLATE, ÁGUA, CHÁ), COMPREENDENDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E O ABASTECIMENTO COM FORNECIMENTO DE INSUMOS.**

Florianópolis, 1º de junho de 2010.

JUÇARA HELENA REBELATTO

PREGOEIRA

*** X X X ***

DESPACHO

Referência: Pregão Presencial nº 016/2010, realizado no dia 12/05/2010.

Objeto: Locação de 50 máquinas automáticas de auto-serviço para bebidas quentes (café, leite, chocolate, água, chá), compreendendo instalação, manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças e o abastecimento com fornecimento de insumos.

Assunto: Recurso Administrativo.

Recorrente: NUTRIVENDING COMERCIAL LTDA.

Recorrido: Atos da Pregoeira e Equipe de Apoio

Contra-razões: TOP TRADE IMP. EXP.E DISTR.LTDA EPP
DESPACHO

Acolhendo as razões apresentada pela Pregoeira deste Poder Legislativo Juçara Helena Rebelatto e a equipe de apoio designada pela Portaria n.º 611/2010, decido conhecer do Recurso interposto pela empresa Nutrivending Comercial Ltda., dando-lhe provimento parcial e anulo o certame. Retornem os autos à Pregoeira para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em 31 de maio de 2010

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

PRESIDENTE

*** X X X ***

EMENDA CONSTITUCIONAL**EMENDA CONSTITUCIONAL N. 54, de 1º de junho de 2010**

Acréscimo o § 4º ao art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica acrescido o § 4º ao art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 13.....

§ 4º A alienação ou qualquer transferência do controle acionário da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sua subsidiária Celesc Distribuição S.A. e Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - Casan, dependerá obrigatoriamente de autorização legislativa com posterior consulta popular, sob forma de referendo."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de junho de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Jorginho Mello - 1º Vice Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário
Deputado Ada Faraco De Luca - 4º Secretária

*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO Nº 094/2010**

REFERENTE: 07º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 027/2005-00, celebrado em 22/06/2005.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Dilion Comércio de Terraplanagem Construtora e Incorporadora de Imóveis Ltda.

OBJETO: Renovação do contrato em caráter de excepcionalidade por mais 60 (sessenta) dias até a conclusão do processo licitatório que se encontra em andamento, referente à locação mensal de um galpão.

VIGÊNCIA: 01/06/2010 a 31/07/2010.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 4º da Lei 8.666/93; Autorizações administrativas.

VALOR: R\$ 5.944,00 (cinco mil novecentos e quarenta e quatro reais).

Florianópolis, 27 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Zulmar João Elias- Contratado

*** X X X ***

EXTRATO Nº 095/2010

REFERENTE: Contrato CI n.º 033/2010, celebrado em 28/05/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda.

OBJETO: Reforma do gabinete da terceira secretaria com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, incluindo o fornecimento e colocação de persianas, substituição de piso, fornecimento e ajustes necessários de gesso acartonado; substituição de forro e fornecimento dos materiais necessários; substituição de luminárias, incluindo a instalação da rede elétrica e lógica e hidro-sanitária; recolhimento e destinação dos entulhos e prestação de serviços, de acordo com as demais especificações constantes do Edital.

VALOR GLOBAL: R\$96.000,00 (noventa e seis mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 018/2010; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0029/2010-LIC

Florianópolis, 28 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merisio - ALESC.

Lourival Dutra- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 096/2010

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Contrato CI n.º 009/2010-00, celebrado em 02/02/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Indobel Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.ME.

OBJETO: Alteração quantitativa do objeto principal do contrato, acrescentando 01 (uma) assinatura do Jornal "Correio Lageano", referente à fornecimento de jornais, revistas e periódicos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I alínea "b" e § 1º da Lei n.º 8.666/93; Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

VALOR MENSAL: R\$ 13.211,10 (treze mil duzentos e onze reais e dez centavos).

Florianópolis, 27 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Rosely Munch- Indobel Ltda.ME

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 163/10**

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Ofício nº 061/2010

Modelo,SC,21 de Maio de 2010

EXMO SENHOR

GELSON MERISIO

D.D.PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SC.

FLORIANÓPOLIS-SC

Prezado Presidente!

Cumprimentando-o cordialmente, a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MODELO-SC** vem encaminhar a Vossa Excelência documentos necessários para a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, conforme solicitado pela Lei Nº 14.457 de 09/06/2008. Segue abaixo relação de documentos encaminhados:

- Relatório anual de atividades - 2009.
- Declaração de que a APAE permanece cumprindo os requisitos exigidos para a manutenção do título.
- Balancete contábil.

Colocamo-nos à disposição para outros documentos que se façam necessários a nossa solicitação.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradecemos e reiteramos votos de estima e apreço.

Anteciosamente,

APAE ASS. PAIS E AMIGOS DOS EXCEP.

Jorge Ferreira da Luz

Presidente

Modelo-SC

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 164/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Of.nº 00032/10

Guaramirim,20 de Maio de 2010.

Ao

Dignissimo Senhor Gelson Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Assunto: Manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual

Prezado Senhor vimos por meio deste, encaminhar a documentação para Manutenção de Título de Utilidade Pública Estadual da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaramirim/SC.

Atenciosamente,

Ângelo da Silva

Presidente da APAE de Guaramirim

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 165/10

ISPERE

Instituto Pedagógico Reabilitação e Inclusão

Of. nº 033/10

Joinville (SC), 23 de Maio de 2010

Da: Diretoria do ISPERE

Para: Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Assunto: Relatório 2009, remete

Execentíssimo Senhor

GELSON MERISIO

Md. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Senhor Presidente,

Com cumprimentos, como de praxe e em cumprimento às determinações dispostas nas Leis nº 10.436 de 1997 e 13.663 de 2005, estamos remetendo com este o RELATÓRIO e BALANÇO GERAL de 2009 juntamente com os seguintes documentos devidamente assinados.

1. Relatório descrito das principais atividades,
2. Balanço Geral encerrado em 31.12.08 com demonstrativos,
3. Síntese das Gratuidades
4. Parecer do Conselho Fiscal

ANEXOS-Documentos

5. Certificado de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social
6. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União,
7. Certificado de Regularidade do FGTS,
8. Certidão Negativa de Débitos Estaduais,

Limitados a estas providências, expressamos consideração Atenciosamente

PAULO VITÓRIO REGINATO

Presidente do Conselho Administrativo Voluntário

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 160/2010

Declara de Utilidade Pública o Instituto de Psicologia Sentir (IPSEN), de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, o Instituto de Psicologia Sentir, com sede e foro na cidade e Comarca de Balneário Camboriú.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei, a concessão da declaração de utilidade pública;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICATIVA

O Instituto de Psicologia Sentir (IPSEN) foi fundado em 19 de dezembro de 1997, com sede e foro na cidade de Balneário Camboriú - SC. O IPSEN não tem fins lucrativos, sendo-lhe vedada a distribuição de lucros ou bonificações a dirigentes ou sócios, sob qualquer forma de pretexto. Tem como finalidade:

a) Prestar serviços psicoterapêuticos à comunidade de Balneário Camboriú e região;

b) promover o estudo e desenvolvimento da Psicologia com ciência, como profissão e como meio de promover o bem estar humano;

c) desenvolver projetos de pesquisa de caráter informativo e preventivo no campo da psicologia social, comunitária, clínica, escolar e organizacional;

d) possibilitar um local de trabalho adequado aos profissionais de Psicologia e área da saúde em geral;

e) promover eventos terapêuticos para melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade e região; e

f) desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas para a realização de projetos psicossociais e atendimento comunitário.

São prerrogativas do Instituto de Psicologia Sentir:

a) Garantir junto ao Município, Estado e País, a participação efetiva como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a Psicologia de um modo geral; e

b) Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses do Profissional Psicólogo, bem como os interesses coletivos de toda categoria.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pelo "Instituto de Psicologia Sentir (IPSEN), de

Balneário Camboriú, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 161/10

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Fundos, de Biguaçu.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Fundos, com sede no município de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ronaldo José Benedet

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Fundos, de Biguaçu.

A presente entidade tem por finalidade desenvolver a educação física em todas as suas modalidades, promover reuniões e diversões de caráter desportivo, social, cultural e cívico e integrar e fortalecer os valores de ordem moral e cultural, por meio das virtudes cívicas e filantrópicas.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 162/2010

Proíbe a comercialização de termômetros de mercúrio no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida no Estado de Santa Catarina a comercialização de termômetros de mercúrio.

Art. 2º O descumprimento do estabelecimento acarretará ao infrator, a aplicação de penalidade de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aplicada em dobro nos casos de reincidência.

Parágrafo único. O estabelecimento comercial já reincidente ficará sujeito ao cancelamento do alvará de funcionamento.

Art. 3º O cumprimento do disposto nesta Lei compete a todos os órgãos incumbidos de fiscalização no Estado de Santa Catarina.

Art. 4º O Poder Executivo, no prazo de trinta dias, regulamentará a presente Lei, editando normas complementares necessárias à execução e fiscalização da medida prevista.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em questão almeja proibir no Estado de Santa Catarina a comercialização de termômetros de mercúrio.

Tal intento se justifica, uma vez que, são crescentes as iniciativas em nosso País visando a proibição, a fabricação, o comércio e o uso de termômetros com mercúrio. Afinal, qual o motivo da comercialização de um produto de vidro, com grande concentração de mercúrio, um metal tóxico que pode contaminar pessoas e ambientes? Resta evidente o perigo de manuseio, ainda mais quando utilizado em crianças.

Hoje em dia o acesso a termômetros digitais, que além de não conter mercúrio, mede a temperatura em menos tempo e não quebra, é facilitado, e os preços antes elevados de tal produto, estão sendo reduzidos de modo a possibilitar acesso a todas as classes. Um exemplo disso é a rede Walmart. Brasil que traz como alternativa ao consumidor, o modelo digital ao custo inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

De se destacar ademais, que em muitos Países da Europa houve o banimento dos termômetros de mercúrio. Recentemente, uma petição assinada por 38 entidades das áreas de saúde e meio ambiente foi protocolada no gabinete do presidente da Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária exigindo que o órgão proíba a fabricação, comércio e uso de termômetros com mercúrio. A petição cita considerações do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) favoráveis ao banimento do mercúrio. As entidades também se basearam nos resultados de uma pesquisa financiada pelo Ministério do Meio Ambiente alemão sobre a presença do material em países em desenvolvimento. No Brasil, segundo a pesquisa, 83% dos hospitais e consultórios ainda utilizam termômetros de mercúrio, apesar dos profissionais reconhecerem que o material oferece riscos à saúde.

Oportuno citar, ainda, a campanha internacional "A vida sem mercúrio: para os bebês, para você e para mim" que é organizada pela rede de ONGs internacionais IPEN - Rede Internacional de Eliminação de Poluentes Orgânicos Persistentes. Nos dias 7 e 11 de junho do corrente ano, o Brasil irá participar na Suécia da primeira reunião de negociação internacional sobre um tratado de mercúrio.

Assim posto, diante da relevância do tema e com base no art. 153 da Constituição de nosso Estado que prevê a instituição de medidas políticas de proteção à saúde, solicito apoio na aprovação da matéria em análise.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 163/2010

"Altera a denominação da Escola de Educação Básica Ângelo Scarpa".

Art. 1º Fica denominada Escola de Educação Básica Professora Maria Solange de Borba, a Escola Básica Ângelo Scarpa, no Município de São João do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2010.

Manoel Mota

Deputado Estadual - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa atender à reivindicação de muitos cidadãos sãojoãosulenses que desejam participar do processo democrático da construção da lei em prol da sociedade. Pois esses se indignam por não terem participado no processo de elaboração que denominou o nome da Escola de Educação Básica Ângelo Scarpa.

Casada e domiciliada neste município desde 1990, construiu e registrou sua jubilosa história conforme relato a seguir. E nesse momento difícil, relativo à morte desta funcionária, a comunidade escolar e a sociedade sãojoãosulense vêm solicitar a alteração do nome de Escola de Educação Básica "Ângelo Scarpa" para Escola de Educação Básica "Profª Maria Solange Lopes de Borba".

Mulher forte, determinada, atenciosa, solidária, otimista, muito carismática, com um sorriso contagiante, acreditava nas pessoas, acreditava que com participação tudo poderia melhorar e só enxergava o lado bom, pois sempre dizia que batalhando se consegue o que quer. Renunciou horas de lazer, encontrou obstáculos, mas teve o sabor do dever cumprido.

Foi exemplo de professora, filha, esposa, mãe, amiga, colega e profissional, sempre com muita garra nas suas atividades, em fim de tudo o que uma mulher representa na sociedade.

Maria Solange conciliava seu tempo com a família, escola e sociedade, atando em vários segmentos, sempre com muita determinação e simpatia.

Solange dizia: "Eu sinto comprometida com a Educação eu penso também que todo ser humano tem uma missão que está ligada a sua profissão quer seja ela que exerça, e dessa forma construía para a melhoria da sociedade. Neste lugar, aqui neste plano, sempre dizia sentir que tinha que desenvolver o melhor de si e assim proporcionar para as outras pessoas também, porque ninguém aprende nada sozinho.

O aprendizado é mútuo, cada pessoa em suas relações um ensina para o outro. "Então aquilo que eu sou hoje eu devo a estas minhas relações, estes contatos com as pessoas, os desafios que enfrentei. A vida é um desafio, esteja eu onde estiver eu tenho o compromisso de poder contribuir para o crescimento e desenvolvimento, isto é difícil de ser feito, mas eu estou procurando melhorar, as pessoas devem encarar a vida com otimismo".

Foi uma construção embasada no amor, no respeito, na dignidade e numa dedicação imensurável com a educação.

Professora Solange foi uma singularidade, sabia ouvir, ensinar e acima de tudo com carinho e sempre com um sorriso largo que transmitia pelo olhar incentivador e confiante, esta era uma das suas particularidades, era também entusiasta em tudo que realizava, sem medir esforços.

Todos a tinham como amiga e para muitos a grande conselheira.

Portanto, segundo as pesquisas já realizadas, não existe nenhum registro oficial na cidade, de quem foi o Patrono da ESCOLA "ÂNGELO SCARPA", pois a comunidade escolar desconhece totalmente suas raízes.

Há quem diga (os mais antigos) que foi um delegado de polícia da região, sem nada de registro oficial para que o nosso povo o celebre com uma figura de relevância importância para nossos municípios.

Tendo em vista a dignificante história de vida desta grande MESTRE, que aqui deixou registrada uma linda história de vida, é que justificamos a solicitação descrita acima.

É com este propósito que submeto o presente projeto de lei à apreciação deste Parlamento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 164/2010

Denomina de "Deldi Garcia" o Ginásio de Esportes do Colégio Irineu Bornhausen, no Município de Sombrio.

Art. 1º Fica denominado Ginásio de Esportes Deldi Garcia, o ginásio de esportes do Colégio Irineu Bornhausen, no Município de Sombrio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2010.

Manoel Mota

Deputado Estadual - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição, que ora apresento, tem por escopo denominar "Deldi Garcia", o ginásio de esportes do Colégio Irineu Bornhausen do Município de Sombrio.

Deldi Garcia nasceu no bairro Guarita, município de Sombrio, no dia 02 de agosto de 1929. Filho de João Antonio Garcia e Robélia de Souza Freitas.

Era um dos filhos de uma família de 12 irmãos. Aprendeu seu ofício de alfaiate com Antonio Luchina, exercendo esta profissão por muitos anos.

Casou-se com Gessi Nunes Garcia em 1948. Da união do casal vieram os filhos: Adi, Derli, Dirlei, Rejane, Rogério (in memoriam), Regina, Dilton, Dilson, Rosângela, Janine e Deldi Cléber. De seus filhos foram gerados 30 netos e 13 bisnetos.

Torcedor fanático do Grêmio Portoalegrense e um apaixonado pelo esporte foi atleta do Ipiranga Esporte Clube.

Preocupado com o desenvolvimento do município de Sombrio, foi um dos fundadores da Sociedade Recreativa Sombriense e também do Sombrio Tênis Clube. Cedeu seu imóvel para a instalação da primeira agência bancária na cidade no ano de 1966.

Na vida pública, foi eleito vereador por duas legislaturas. A primeira vez no período entre 1973 e 1977 e a segunda entre 1977 e 1983.

Hoje, para toda sua família e seus amigos, deixa o exemplo de força, coragem e determinação de um homem que sempre lutou pelo que acreditava ser o melhor para todos.

É com este propósito que submeto o presente projeto de lei à apreciação deste Parlamento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 165/2010

Autoriza o Poder Executivo a regulamentar e consolidar a implantação de prontuário eletrônico do paciente nos serviços de saúde públicos e privados no Estado de Santa Catarina e estabelece diretrizes para a sua implementação.

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a regulamentar e consolidar a implantação de prontuário eletrônico nos serviços de saúde públicos e privados do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - O meio eletrônico em prontuário dos pacientes deverá ser utilizado em Hospitais, Clínicas em geral e consultórios médicos, para registros, transmissões, autorizações, resultados de exames, internações, receitas e demais informações ou procedimentos relacionados à saúde do paciente.

Art. 2º - Os procedimentos por meio eletrônico elencados no parágrafo único do artigo anterior serão admitidos somente por profissional da saúde mediante uso de assinatura eletrônica, cujo cadastramento deverá ser obrigatório para o acesso ao sistema, na forma a ser regulamentada por norma específica.

Art. 3º - Caberá ao Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, desenvolver e certificar, diretamente ou por intermédio de terceiros, sistema de prontuário eletrônico de pacientes, o qual deverá ser protegido pelo melhor sistema de segurança constante no respectivo mercado, a fim de garantir a privacidade, a autenticidade e confiabilidade das informações de saúde dos catarinenses.

Art. 4º - O Governo do Estado criará um Cadastro Único de Saúde no Estado, no qual serão cadastrados os profissionais de saúde, as unidades de saúde e os próprios usuários/pacientes, sendo que todos receberão um número de identificação.

§ 1º - Aos cadastrados será facultado o acesso às informações constantes no sistema, bem como cópia em papel, seja por intermédio de mera solicitação junto aos profissionais de saúde, quando se tratar do próprio paciente, ou da forma prevista no artigo 2º desta Lei.

§ 2º - O acesso e as informações do prontuário do paciente, bem como o cadastramento dar-se-ão de modo a preservar o sigilo, a identidade, a integridade e a autenticidade dos registros e informações constantes no sistema.

§ 3º - O sistema deverá ser programado para registrar automaticamente e definitivamente todos os acessos realizados nos prontuários e demais informações do paciente, até mesmo os acessos para mera verificação, os quais serão identificados pelo número constante no Cadastro de que fala o *caput* deste artigo, com data, hora e identificação do registrante.

§ 4º - O sistema não admitirá a exclusão de informações já cadastradas no prontuário médico, sendo que as correções deverão ser alvo de novo registro.

Art. 5º - Todos os atos dos profissionais de saúde registrados no prontuário eletrônico do paciente serão assinados eletronicamente.

Art. 6º - Os documentos produzidos eletronicamente e juntados no prontuário eletrônico do paciente, assim como o próprio prontuário, serão considerados documentos originais para todos os efeitos legais.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir no sistema de saúde no Estado de Santa Catarina o prontuário eletrônico do paciente, estabelecendo diretrizes para tanto.

A modernização dos procedimentos relacionados à saúde faz-se imprescindível nos dias atuais, face o crescimento populacional e a necessidade de celeridade nos atendimentos, principalmente nos de emergência.

A implantação do prontuário eletrônico vai facilitar sobremaneira o acesso às informações acerca da saúde do paciente pelos profissionais da saúde.

O acesso inadequado as informações clínicas é uma das principais barreiras que os médicos encontram quando tentam

umentar sua eficiência na prática diária. O Prontuário Eletrônico permitirá uma visão integrada dos dados do paciente, derrubando a comentada barreira.

No demais, o prontuário manual torna-se muito mais difícil o acesso às informações necessárias. O problema ainda pode complicar-se com a falta de organização na cronologia dos dados e na dificuldade de entender a letra de outros profissionais.

Com o Prontuário Eletrônico o profissional da saúde terá acesso rapidamente às informações mais importantes sobre o paciente, disponibilizadas no sistema a ser criado, tais como: medicação em uso, exames alterados, alergias, atestados, prescrição, encaminhamentos, lembretes para cuidados preventivos e outras informações importantes para tomada de decisão.

Ter o prontuário médico atualizado automaticamente em cada consulta, o que é difícil de ser realizado em um prontuário em papel, levará a um atendimento seguro e eficaz, desejo de todo paciente e dos profissionais da saúde.

O Conselho Federal de Medicina, por intermédio da Resolução 1.821/07, "autoriza as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde."

Com a implantação ora pretendida na Saúde deste Estado, os pacientes terão garantidos o registro e guarda do estado de saúde e respectivos procedimentos adotados durante uma vida. Já o Sistema de Saúde terá, dentre tantos benefícios, a melhoria na qualidade, redução de custos, eficiência no atendimento, aperfeiçoamento nos serviços, embasamento para a realização de estudos e controle de doenças e epidemias.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus pares a presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 166/2010

Declara de Utilidade Pública a Liga Esportiva Canoinhense de Canoinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Liga Esportiva Canoinhense, com sede no município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Estadual 15.125/2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento, proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Liga Esportiva Canoinhense do município de Canoinhas.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e está voltada à prática gratuita de esporte, atendendo ao art. 1º, inciso V da Lei 15.125/2010, eis que tem por finalidades: dirigir o futebol amador na área de sua jurisdição; incrementar a cultura intelectual, moral e física dos desportistas em geral; incentivar o futebol, fazendo dele o instrumento para projetos sociais de grande alcance social;

Frente os relevantes propósitos da referida entidade, para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Liga Esportiva Canoinhense o Título de Utilidade Pública.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 167/10

Dispõe sobre a isenção ao deficiente físico do pagamento de taxas de inscrição a Concursos Públicos e adota outras providências

Artigo 1º - Fica o deficiente físico isento do pagamento de taxas de inscrição a concursos públicos realizados pelo Estado de Santa Catarina e seus municípios.

Parágrafo Único - O benefício de que trata o "caput" deste artigo será concedido ao usuário que apresentar laudo ou atestado médico considerando-o como deficiente físico.

Artigo 2º As entidades estaduais e municipais que realizarem concurso público devem informar em seus editais o benefício da isenção.

Artigo 3º O Chefe do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixará decreto regulamentando a presente Lei.

Parágrafo único - A ausência de regulamentação não impede a vigência da presente Lei.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por escopo a isenção para deficientes físicos do pagamento da taxa de inscrição para concursos públicos do Estado de Santa Catarina e seus municípios.

A inclusão social e acessibilidade são direitos básicos do cidadão deficiente físico e, por meio desta Lei, procura-se amenizar a distância entre o cidadão comum e o portador de necessidades especiais.

Sabe-se que a taxa de inscrição de concursos públicos, muitas vezes, frustra a competitividade do certame, em especial ao deficiente físico que emprega seus rendimentos em tratamentos e adaptações necessárias. Outrossim, torna ainda mais difícil o ingresso de deficientes físicos na carreira pública.

Assim, nota-se a relevância desta matéria, eis que alcança grande parte da sociedade catarinense. Motivo este, conto com os parlamentares desta Corte Legislativa, para aprovação desta Lei.

Por essas razões, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 168/10

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de disciplina de Educação para o Trânsito nos currículos escolares das escolas estaduais de nível médio, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Artigo 1º - As Escolas Públicas Estaduais terão a obrigatoriedade de incluir nos currículos do Ensino Médio, a disciplina de Educação para o Trânsito.

Parágrafo único - Caberá a Secretaria de Estado da Educação conveniada com o órgão de trânsito a definição do conteúdo programático da disciplina.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 01/06/10

JUSTIFICATIVA

A formação de condutores de veículos é uma atividade complexa, exigindo o domínio de diferentes matérias, como é o caso de primeiros socorros, mecânica básica, legislação de trânsito, direção defensiva, entre outras.

O que se tem observado é que, ao completar 18 anos, os jovens se vêem as voltas com a realização de cursos particulares como forma de adquirir os conhecimentos necessários à obtenção da carteira de habilitação.

O Código Nacional de Trânsito prevê a disciplina de Educação para o Trânsito nas escolas. Os objetivos da proposta são conscientizar os adolescentes e adultos sobre a responsabilidade social no trânsito, reduzir as ocorrências relativas a acidentes e violência no trânsito e educar os futuros condutores, vislumbrando assim um convívio pacífico entre condutores e pedestres.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta propositura.

*** X X X ***

RELATÓRIO**RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/5/2010 À 31/5/2010**

| Quantidade | Material | Fornecedor | Valor Un. | Valor Total |
|------------|---|--|------------|--------------|
| 300 | CAFÉ TORRADO E MOIDO QUALID. TRADICIONAL EMB. A VACUO PRENSADO 500G | ATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA | R\$ 10,00 | R\$ 3.000,00 |
| 5 | ÁGUA OXIGENADA 100 ML | ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA | R\$ 1,40 | R\$ 7,00 |
| 3 | DRENISON CREME | ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA | R\$ 17,90 | R\$ 53,70 |
| 5 | ALLEGRA D COMP. | ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA | R\$ 36,80 | R\$ 184,00 |
| 5 | MAALOX PLUS OU MYLANTA PLUS SUSPENSÃO | ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA | R\$ 18,20 | R\$ 91,00 |
| 4 | OMEPRAZOL 20 MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS | ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA | R\$ 55,60 | R\$ 222,40 |
| 1 | MÃO DE OBRA TÉCNICA | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 206,86 | R\$ 206,86 |
| 15600 | PAPEL RECICLATO 90 GRAMAS NO FORMATO 33 X 45 | MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY) | R\$ 0,12 | R\$ 1.872,00 |
| 130 | FOLHA DE PAPEL RECICLADO | MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY) | R\$ 12,50 | R\$ 1.625,00 |
| 680 | FITA DE CETIM | MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY) | R\$ 2,83 | R\$ 1.924,40 |
| 6 | BATERIA RECARREGAVEL PARA RADIO COMUNICADOR | ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS) | R\$ 36,00 | R\$ 216,00 |
| 1 | LIVRO LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AUTORIA DE HELY LOPES MEIRELLES. | DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A - CONTATO,CARLOS 3271-6016 | R\$ 54,00 | R\$ 54,00 |
| 1 | LIVRO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO DE AUTORIA DE HELY LOPES MEIRELLES. | DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A - CONTATO,CARLOS 3271-6016 | R\$ 71,25 | R\$ 71,25 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | AFFONSO GHIZZO NETO- 1705915025-9 | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |
| 1 | GUIA DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA | CENTRO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIESC | R\$ 110,00 | R\$ 110,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | BRASCA E GUERINO PRODUÇÕES LTDA | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |

| | | | | |
|----|--|--|--------------|--------------|
| 10 | VALVULA DE SAIDA PARA CAIXA DE DESCARGA COM ACIONAMENTO LATERAL | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 20,50 | R\$ 205,00 |
| 10 | VALVULA DE SAIDA PARA CAIXA DE DESCARGA COM ACIONAMENTO SUPERIOR | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 18,50 | R\$ 185,00 |
| 20 | MECANISMO COMPLETO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, COM ACIONAMENTO SUPERIOR | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 51,85 | R\$ 1.037,00 |
| 20 | MECANISMO COMPLETO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, COM ACIONAMENTO LATERAL | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 51,85 | R\$ 1.037,00 |
| 20 | CORRENTE DE ACIONAMENTO DA DESCARGA | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 2,00 | R\$ 40,00 |
| 10 | CONJUNTO DE ENTRADA PARA CAIXA ACOPLADA | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 14,00 | R\$ 140,00 |
| 10 | ACIONAMENTO SUPERIOR UNIVERSAL CROMADO | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 10,50 | R\$ 105,00 |
| 10 | ACIONAMENTO LATERAL IMBUTIDO, CROMADO | RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA | R\$ 12,90 | R\$ 129,00 |
| 10 | BANDEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA 6 PANOS. | SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA. | R\$ 260,00 | R\$ 2.600,00 |
| 10 | BANDEIRA DO BRASIL 6 PANOS. | SULBANDEIRAS COMERCIO LTDA. | R\$ 260,00 | R\$ 2.600,00 |
| 40 | AQUISIÇÃO DE LIVRO "NA BEIRA SEM EIRA" DO AUTOR JOÃO JOSÉ DA SILVA. | JOÃO JOSÉ DA SILVA | R\$ 40,00 | R\$ 1.600,00 |
| 2 | PAPEL COUCHE 300 GRAMA TAMANHO A3 | CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP (GRAFICA BELLETTI) | R\$ 360,00 | R\$ 720,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | ORIDES MEZZAROBA- PIS:12029811647 | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |
| 2 | BOTA DE BORRACHA | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 32,00 | R\$ 64,00 |
| 40 | PAPEL FOTOGRAFICO, FILIPAPER INKJET PHOTO 240 | SUPRIWEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA .EPP | R\$ 27,80 | R\$ 1.112,00 |
| 2 | GUARDA CHUVA | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 18,00 | R\$ 36,00 |
| 1 | VIDRO LISO PARA JANELA 4MM, MED. 57,5 X 45,5 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 30,00 | R\$ 30,00 |
| 1 | VIDRO LISO PARA JANELA 4MM, MED. 21 X 72 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 19,00 | R\$ 19,00 |
| 1 | VIDRO LISO PARA JANELA 4MM, MED. 20 X 72,5 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 16,00 | R\$ 16,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | RILDO JOSÉ CONSSON MOTA- PIS:17004013683 | R\$ 402,08 | R\$ 402,08 |
| 1 | VIDRO LISO 4MM. 127 X 51 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 70,00 | R\$ 70,00 |
| 1 | VIDRO FUMÉ 4MM, MED 23 X 11 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 5,00 | R\$ 5,00 |
| 1 | VIDRO LISO 5MM MODELO, MED 126,5 X 63,5 | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 80,00 | R\$ 80,00 |
| 1 | VIDRO LISO 4MM MED 56,5 X 90,5 | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 57,00 | R\$ 57,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | EDINANDO BRUSTOLIN - PIS130.49873.72-7 | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | FRANCISCO CARLOS DA VEIGA- PIS:12147775624 | R\$ 854,33 | R\$ 854,33 |
| 2 | CALCULADORA ELETRONICA DE MESA COM VISOR E BOBINA 12 DIGITOS | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 165,80 | R\$ 331,60 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | JOÃO LUIZ GATTRINGER - PIS 10695195651 | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |
| 20 | PENTE DE MEMÓRIA 2GB DDR2/ 667 | COMPUTER SHOP | R\$ 158,00 | R\$ 3.160,00 |
| 30 | PENTE DE MEMÓRIA 1GB DDR/400 | COMPUTER SHOP | R\$ 118,00 | R\$ 3.540,00 |
| 1 | TUBO DE 25CM EM FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA NOS DOIS LADOS | TORNOTEK VENDAS CONSERTO E LOCAÇÃO DE EQUIP. LTDA | R\$ 160,00 | R\$ 160,00 |
| 1 | REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO | ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A - CONTATO SILVANI 2109-8657 | R\$ 1.916,00 | R\$ 1.916,00 |
| 1 | MESA GRANDE (AUTORIDADES) | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 100,00 | R\$ 100,00 |
| 1 | TOALHA GRANDE PARA MESA DAS AUTORIDADES | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 50,00 | R\$ 50,00 |
| 2 | SOBRE TOALHA BRANCA PARA MESA DAS AUTORIDADES | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 5,00 | R\$ 10,00 |
| 4 | TOALHA BRANCA PARA MESA SUPORTE | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 15,00 | R\$ 60,00 |
| 25 | CADEIRAS DE FERRO | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 4,00 | R\$ 100,00 |
| 4 | COLUNAS | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 5,00 | R\$ 20,00 |
| 1 | SERVIÇO DE TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |
| 2 | ARRANJO EM COLUNA PARA LATERAIS | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 70,00 | R\$ 140,00 |
| 4 | ARRANJO EM COLUNA | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 100,00 | R\$ 400,00 |
| 3 | ARRANJO DESCARTÁVEL PARA MESA | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 25,00 | R\$ 75,00 |

| | | | | |
|------|---|--|--------------|--------------|
| 1 | ARRANJO CAÍDO PARA MESA DAS AUTORIDADES | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 80,00 | R\$ 80,00 |
| 1 | CONCERTO DE APARELHO DE FAX BROTHER | OFICINA SCHLEMPER LTDA. | R\$ 96,00 | R\$ 96,00 |
| 3 | BANNER IMPRESSÃO DIGITAL MEDINDO 100X150 CM | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 87,00 | R\$ 261,00 |
| 1 | SERVIÇO UPLINK MÓVEL SNG PARA TRANSMISSÃO DE SINAL DE TV | VBC TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA VIA SATÉLITE LTDA | R\$ 6.900,00 | R\$ 6.900,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO | HOTEL LANG PALACE LTDA | R\$ 4.050,00 | R\$ 4.050,00 |
| 1200 | SERVIÇO DE COFFEE-BREAK | HOTEL LANG PALACE LTDA | R\$ 6,65 | R\$ 7.980,00 |
| 5 | BATERIA CR 1220 3V PARA NOTEBOOK | ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS) | R\$ 8,00 | R\$ 40,00 |
| 1 | SACOS DE LIXO RESÍDUOS INFECTANTES 50L | VITAL COMERCIO PROD. HOSPITALARES. | R\$ 68,00 | R\$ 68,00 |
| 30 | TUBO DE ENSAIO DE FUNDO CÔNICO GRADUADO 10ML | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 3,00 | R\$ 90,00 |
| 2 | KIT ÁCIDO ÚRICO PP REF.451 (ANALISA) | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 55,00 | R\$ 110,00 |
| 2 | PORTA AMÁLGAMA | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 8,20 | R\$ 16,40 |
| 1 | PLACA DE VIDRO ESPESSURA GROSSA | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 12,40 | R\$ 12,40 |
| 2 | PLACAS DE VIDRO ESPESSURA FINA | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 5,50 | R\$ 11,00 |
| 2 | PELÍCULA DENTAL P/ RX KODAK ADULTO E SPEED FILM | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 15,50 | R\$ 31,00 |
| 50 | GUARDANAPOS DE PAPEL BRANCO FOLHA DUPLA TAM. 32,5 X 32,5CM | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 2,60 | R\$ 130,00 |
| 6 | ESPELHOS BUCAIS | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 2,60 | R\$ 15,60 |
| 6 | CABOS DE ESPELHO | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 2,40 | R\$ 14,40 |
| 50 | BABADOR DENTAL IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL VITAL PROTECTION | ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL | R\$ 3,85 | R\$ 192,50 |
| 1 | PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO | FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS | R\$ 292,00 | R\$ 292,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | JACKSON ROBERTO CARDOSO-121.0937517-1 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | LUCIANA MACHADO SCHMIDT- PIS:170.48373.87-1 | R\$ 781,29 | R\$ 781,29 |
| 1 | MURAL DE AVISOS EM AÇO ESCOVADO MED.80 X100CM | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 43,00 | R\$ 43,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL E INSTALAÇÃO DE PAINÉS EM MDF 20 MM, PARA FECHAMENTO DO VÃO DA ESCADA PRINCIPAL. | MARIO MÓVEIS LTDA | R\$ 7.920,00 | R\$ 7.920,00 |
| 42 | COPO DE CRISTAL TRANSPARENTE | DISTRIBUIDORA ACTUAL | R\$ 16,00 | R\$ 672,00 |
| 6,3 | PERSIANAS HORIZONTAL, EM ALUMINIO 16 MM. | ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS | R\$ 77,00 | R\$ 485,10 |
| 25,5 | PERSIANAS HORIZONTAL, EM ALUMINIO 16 MM. | ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS | R\$ 77,00 | R\$ 1.963,50 |
| 1 | JARRA DE VIDRO C/ CAPACIDADE PARA 1,70 ML | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 35,00 | R\$ 35,00 |
| 1 | HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM | BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA | R\$ 300,30 | R\$ 300,30 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL E INSTALAÇÃO DE UMA RAMPA DE MADEIRA NO PALCO DO PLENARINHO. | FERNANDA SOUZA ME- (MÓVEIS SANTO ANTONIO) | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.300,00 |
| 1 | HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM | BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA | R\$ 158,90 | R\$ 158,90 |
| 1 | BANDEJA EM AÇO INOX 40 X 30CM | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 98,00 | R\$ 98,00 |
| 1 | RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ TOMBAMENTO 24051 | VALCIR MÓVEIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME | R\$ 960,00 | R\$ 960,00 |
| 1 | RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ TOMBAMENTO 24049 | VALCIR MÓVEIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME | R\$ 960,00 | R\$ 960,00 |
| 1 | RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ TOMBAMENTO 24048 | VALCIR MÓVEIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME | R\$ 960,00 | R\$ 960,00 |
| 1 | RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ | VALCIR MÓVEIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME | R\$ 960,00 | R\$ 960,00 |
| 100 | TIJOLO DE 6 FUROS 9 X 14 X 19 CM | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 0,40 | R\$ 40,00 |
| 20 | ARGAMASSA MEDIA FINA | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 6,80 | R\$ 136,00 |
| 2 | TELEPROMPTER MODELO PROFISSIONAL LCD 15" | ECOTRON IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA | R\$ 2.990,00 | R\$ 5.980,00 |
| 2 | TINTA ACRILICA ACETINADA PARA PINUTA DE AZULEJO | R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA. | R\$ 125,00 | R\$ 250,00 |
| 5 | CABO VGA 5 METROS | ECOTRON IND. E COM. DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA | R\$ 42,00 | R\$ 210,00 |
| 3 | GARRAFA TERMICA CAPACIDADE PARA 1L, SERVE A JATO, COM REVESTIMENTO, EM AÇO ESCOVADO | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 69,80 | R\$ 209,40 |
| 4 | CORDA DE NYLON 2,0ML | SERGIO MURILO GUINARAES-ME | R\$ 54,00 | R\$ 216,00 |

| | | | | |
|-----|--|--|--------------|--------------|
| 2 | BANNER IMPRESSÃO DIGITAL MEDINDO 1,50M X 2,10M | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 152,00 | R\$ 304,00 |
| 1 | BANNER IMPRESSÃO DIGITAL MEDINDO 0,60M X 2,00M | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 65,00 | R\$ 65,00 |
| 1 | BANNER IMPRESSÃO DIGITAL MEDINDO 1,10M X 1,50M | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 85,00 | R\$ 85,00 |
| 2 | ABRAÇADEIRA UNIVERSAL | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 2,50 | R\$ 5,00 |
| 1 | FILTRO (PARA VEICULOS) DE OLEO PARA AUTOMOVEIS E CAMIONETES | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 19,90 | R\$ 19,90 |
| 1 | FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 20,90 | R\$ 20,90 |
| 2 | BATENTE DE SUSPENSÃO | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 40,90 | R\$ 81,80 |
| 2 | LAMPADA DE 2 CONTATOS 1534 | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 2,00 | R\$ 4,00 |
| 1 | FILTRO DE AR PARA VEICULO | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 22,44 | R\$ 22,44 |
| 1 | KIT EMBREAGEM | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 510,00 | R\$ 510,00 |
| 2 | BORRACHA DA BARRA ESTABILIZADORA | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 9,00 | R\$ 18,00 |
| 2 | RETENTOR DE RODA | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 9,00 | R\$ 18,00 |
| 75 | ETIQUETA AUTO ADESIVA TP-2,5 TR, REDONDA, PACOTE COM 100 FOLHAS, COM 120 ETIQUETAS POR FOLHA | MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA | R\$ 22,60 | R\$ 1.695,00 |
| 4 | OLEO/LUBRIFICANTE PARA MOTOR DE VEICULO | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 10,00 | R\$ 40,00 |
| 1 | FLUIDO DE FREIO 500 ML DOT 3 | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 15,00 | R\$ 15,00 |
| 1 | GRAXA 500 GRAMAS | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 9,80 | R\$ 9,80 |
| 2 | ÓLEO DE CAIXA | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 15,00 | R\$ 30,00 |
| 1 | GRAMPEADOR MÉDIO P/GRAMPOS 26/6 | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 13,60 | R\$ 13,60 |
| 1 | MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS | IRENO DE SOUZA CAMPOS (OFICINA CAMPOS) | R\$ 390,00 | R\$ 390,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | LUIZ CARLOS WISINTAINER - PIS- 10827077065 | R\$ 626,80 | R\$ 626,80 |
| 1 | SERVIÇO UPLINK MÓVEL SNG PARA TRANSMISSÃO DE SINAL DE TV | VBC TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA VIA SATÉLITE LTDA | R\$ 6.900,00 | R\$ 6.900,00 |
| 1 | PELÍCULA FUME G.5 | DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.(APLICARFILM) | R\$ 90,00 | R\$ 90,00 |
| 10 | LUVAS PARA PROCEDIMENTOS DESCARTÁVEL LATEX TAMANHO "P" | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 15,80 | R\$ 158,00 |
| 10 | LUVA DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTOS TAM. M | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 15,80 | R\$ 158,00 |
| 100 | REATOR ELETRONICO, PARTIDA RAPIDA, 2X40 W,220 V. | CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA. | R\$ 22,00 | R\$ 2.200,00 |
| 50 | REATOR ELETRONICO, PARTIDA RAPIDA, 2 X 32W | CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA. | R\$ 22,00 | R\$ 1.100,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO | SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CHAPECÓ | R\$ 240,00 | R\$ 240,00 |
| 4 | PORTA DIVISÓRIA COR AREIA JUNDIAÍ, COMPLETA COM PERFINS DE AÇO, FECHADURAS EXTERNAS, NAS DIMENSÕES 0,80 X 2,11M. | ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS | R\$ 275,00 | R\$ 1.100,00 |
| 1 | ROLO DE PLASTICO BOLHA ATOXICO 120CMX100MT | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 63,00 | R\$ 63,00 |
| 1 | BANNER COM BOLSA IMPRESSA MEDINDO 2,34M X 3,20M | PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME. | R\$ 520,00 | R\$ 520,00 |
| 1 | BANNER COM BOLSA IMPRESSA MEDINDO 2,34M X 2,40M | PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME. | R\$ 520,00 | R\$ 520,00 |
| 1 | VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS | SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS | R\$ 2.170,98 | R\$ 2.170,98 |
| 42 | VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FLORIANÓPOLIS | RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA. | R\$ 4,40 | R\$ 184,80 |
| 42 | VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PAULO LOPES/FLORIANÓPOLIS | PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA | R\$ 9,70 | R\$ 407,40 |
| 294 | VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS | PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA | R\$ 15,45 | R\$ 4.542,30 |
| 42 | VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS | PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA | R\$ 11,80 | R\$ 495,60 |
| 1 | APARELHO CELULAR MARCA BLACKBERRY MODELO 9700 | TIM CELULAR S/A (SHOPPING BEIRAMAR) | R\$ 2.339,00 | R\$ 2.339,00 |
| 1 | PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO | FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS | R\$ 256,00 | R\$ 256,00 |
| 1 | MARTELO DE UNHA 23MM COM CABO EM MADEIRA | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 14,50 | R\$ 14,50 |
| 1 | CHAVE DE FENDA COM 6 PEÇAS | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 19,50 | R\$ 19,50 |
| 1 | PREGO DE AÇO MEDINDO 15x15, PACOTE COM 100 PREGOS | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 4,10 | R\$ 4,10 |
| 1 | CONFECÇÃO DE FAIXA EM LONA | PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME. | R\$ 145,00 | R\$ 145,00 |
| 500 | CRACHA PARA IDENTIFICACAO EM PVC MED. 0,54 X 0,86, ESP. 0,76MM | EKSET INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA | R\$ 4,00 | R\$ 2.000,00 |

| | | | | |
|-------|---|---|--------------|--------------|
| 1 | LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO | SUL EVENTOS ORGANIZAÇÕES LTDA (BASE STANDS LTDA) | R\$ 668,00 | R\$ 668,00 |
| 54,42 | LAVAÇÃO DE ROUPAS | LAVANDERIA GOTINHA D'ÁGUA LTDA. | R\$ 7,50 | R\$ 408,15 |
| 2 | LAVAÇÃO DE TAPETE | LAVANDERIA GOTINHA D'ÁGUA LTDA. | R\$ 171,00 | R\$ 342,00 |
| 3 | FITA ADESIVA AUTOCLAVE 1222 | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 3,78 | R\$ 11,34 |
| 5 | PAPEL CONTACT TRANSPARENTE EM ROLO | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 58,40 | R\$ 292,00 |
| 1 | RELÓGIO DE PAREDE, COM 20CM | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 15,20 | R\$ 15,20 |
| 5 | TINTA DEMARCAÇÃO PARA PISO, GALAO 3,6 LITROS COR VERMELHA | R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA. | R\$ 38,60 | R\$ 193,00 |
| 1 | HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM | BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA | R\$ 109,00 | R\$ 109,00 |
| 4 | FITA ADESIVA PARA ROTULADOR ELETRÔNICO BROTHER TZ-S221 - 3/8" (9MM). | SUPRIWEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA .EPP | R\$ 64,30 | R\$ 257,20 |
| 300 | ETIQUETA BRANCA A4 2 COLUNAS 33,9 X 101,6 MM CAIXA C/100 FLS | MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA | R\$ 26,00 | R\$ 7.800,00 |
| 200 | ETIQUETAS ADESIVAS COM CÓDIGO DE BARRAS MODELO C7972 ABCL PARA FITAS DE BECKUP MODELO HP LTO 2 C 7972 A. | SUPRIWEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA .EPP | R\$ 15,00 | R\$ 3.000,00 |
| 8,34 | PERSIANAS HORIZONTAL, EM ALUMINIO 16 MM. | ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS | R\$ 77,00 | R\$ 642,18 |
| 1 | SERVIÇO DE REVISÃO GERAL DE GUILHOTINA (PATRIMONIO:10246) | PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. | R\$ 340,00 | R\$ 340,00 |
| 1 | SERVIÇO DE REVISÃO GERAL DE DOBRADEIRA (PATRIMONIO: 18724) | PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. | R\$ 1.160,00 | R\$ 1.160,00 |
| 1 | SERVIÇO DE REVISÃO GERAL DE DOBRADEIRA (PATRIMONIO: 000.30543) | PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. | R\$ 680,00 | R\$ 680,00 |
| 1 | MÃO-DE-OBRA | FELIPE ALFREDO JAHN - ME (CLINITEK) | R\$ 190,00 | R\$ 190,00 |
| 1 | POTENCIÔMETRO DE CONTROLE DE INTENSIDADE DO CANAL 2 | FELIPE ALFREDO JAHN - ME (CLINITEK) | R\$ 50,80 | R\$ 50,80 |
| 1 | JOGO DE ELETRODOS E CABOS | FELIPE ALFREDO JAHN - ME (CLINITEK) | R\$ 50,80 | R\$ 50,80 |
| 1 | ELETRODOS CAPACITIVOS | FELIPE ALFREDO JAHN - ME (CLINITEK) | R\$ 195,00 | R\$ 195,00 |
| 1,62 | COLOCAÇÃO DE PELÍCULA JATEADA | DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.(APLICARFILM) | R\$ 30,00 | R\$ 48,60 |
| 4,83 | COLOCAÇÃO DE PELÍCULA JATEADA | DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.(APLICARFILM) | R\$ 30,00 | R\$ 144,90 |
| 1 | HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM | BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA | R\$ 237,90 | R\$ 237,90 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | CRISTIANO DA ROZA GONÇALVES-123.59421.56.7 | R\$ 3.950,00 | R\$ 3.950,00 |
| 1 | SERVIÇO UPLINK MÓVEL SNG PARA TRANSMISSÃO DE SINAL DE TV | BVP PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA | R\$ 6.650,00 | R\$ 6.650,00 |
| 1 | APARELHO CELULAR MARCA BLACKBERRY MODELO 9700 | ALVES LTDA | R\$ 2.339,00 | R\$ 2.339,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | DALILA MARIA PEDRINI- PIS:107303843-38 | R\$ 666,80 | R\$ 666,80 |
| 15 | ENCADERNAÇÃO DE DIÁRIO OFICIAL | MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY) | R\$ 34,00 | R\$ 510,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | MAYRA SILVEIRA PIS:131.65000.72-6 | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |
| 1 | SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA | CONSULTAREIS PROJETOS EM RADIOFUSÃO LTDA. (A ROSA DOS REIS ENGENHARIA) | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.000,00 |
| 2 | HD SAS 1 TB | ANDAR INFORMÁTICA LTDA-ME. | R\$ 785,00 | R\$ 1.570,00 |
| 1 | RESTAURAR E REAVIVAR CORES, REPARO NA FRANJA E BORDA DO TAPETE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, TOMBAMENTO 24054. | SOHEIL DEGHAN MANSGADI | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.060,00 |
| 1 | RESTAURAR E REAVIVAR CORES, REPARO NA FRANJA E BORDA DO TAPETE DO DIRETOR GERAL, TOMBAMENTO 007.00028. | SOHEIL DEGHAN MANSGADI | R\$ 480,00 | R\$ 480,00 |
| 1 | RESTAURAR E REAVIVAR CORES, REPARO NA FRANJA E BORDA DO TAPETE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, TOMBAMENTO 24089. | SOHEIL DEGHAN MANSGADI | R\$ 980,00 | R\$ 980,00 |
| 1 | RESTAURAR E REAVIVAR CORES, REPARO NA FRANJA E BORDA DO TAPETE DA CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA, TOMBAMENTO 00.700058. | SOHEIL DEGHAN MANSGADI | R\$ 340,00 | R\$ 340,00 |
| 1 | RESTAURAR E REAVIVAR CORES DO TAPETE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, TOMBAMENTO 24205. | SOHEIL DEGHAN MANSGADI | R\$ 220,00 | R\$ 220,00 |
| 1 | RESTAURAR E REAVIVAR CORES DO TAPETE DA SALA DE REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA, TOMBAMENTO 23910. | SOHEIL DEGHAN MANSGADI | R\$ 220,00 | R\$ 220,00 |
| 1 | RESTAURAR, REAVIVAR CORES E REPARO NA FRANJA DO TAPETE DA ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA, TOMBAMENTO 25503. | SOHEIL DEGHAN MANSGADI | R\$ 320,00 | R\$ 320,00 |
| 20 | LUVA HIDRÁULICA EM PVC 50MM | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 1,85 | R\$ 37,00 |

| | | | | |
|----|--|--|--------------|--------------|
| 20 | LUVA HIDRÁULICA EM PVC 50MM | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 1,85 | R\$ 37,00 |
| 20 | JOELHO EM PVC 90 GRAUS 50MM P/ESGOTO | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 1,75 | R\$ 35,00 |
| 20 | JOELHO EM PVC 90 GRAUS 50MM P/ESGOTO | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 1,75 | R\$ 35,00 |
| 20 | JOELHO 40 MM PARA ESGOTO 90 GRAUS | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 1,10 | R\$ 22,00 |
| 20 | JOELHO 40 MM PARA ESGOTO 90 GRAUS | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 1,10 | R\$ 22,00 |
| 20 | JOELHO EM PVC 20MM SOLDABEL | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 0,40 | R\$ 8,00 |
| 20 | JOELHO EM PVC 20MM SOLDABEL | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 0,40 | R\$ 8,00 |
| 20 | CONEXÃO HIDRAULICA TEE 50MM PARA ESGOTO | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 1,95 | R\$ 39,00 |
| 20 | CONEXÃO HIDRAULICA TEE 50MM PARA ESGOTO | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 1,95 | R\$ 39,00 |
| 20 | CONEXÃO DE PLÁSTICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS-S TAPPAO 1/2 PVC COM ROSCA | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 0,40 | R\$ 8,00 |
| 20 | CONEXÃO DE PLÁSTICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS-S TAPPAO 1/2 PVC COM ROSCA | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 0,40 | R\$ 8,00 |
| 20 | CONEXÃO HIDRAULICA TEE 40MM PARA ESGOTO | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 2,05 | R\$ 41,00 |
| 20 | CONEXÃO HIDRAULICA TEE 40MM PARA ESGOTO | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 2,05 | R\$ 41,00 |
| 20 | CONEXÃO DE PLÁSTICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS-S LUVA EM PVC, 40MM | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 0,80 | R\$ 16,00 |
| 20 | CONEXÃO DE PLÁSTICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS-S LUVA EM PVC, 40MM | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 0,80 | R\$ 16,00 |
| 20 | CONEXÃO DE PLÁSTICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS-S TAPPAO PVC ROSCA 3/4 | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 0,70 | R\$ 14,00 |
| 20 | CONEXÃO DE PLÁSTICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS-S TAPPAO PVC ROSCA 3/4 | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 0,70 | R\$ 14,00 |
| 4 | CARVAO CONTATO PARA MAQUINA DE CORTE | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 22,00 | R\$ 88,00 |
| 4 | CARVAO CONTATO PARA MAQUINA DE CORTE | COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME | R\$ 22,00 | R\$ 88,00 |
| 2 | FECHADURA METALICA REFERENCIA / PARA PORTA DE ALUMINIO REF. FRA 832 | ALUMINIO SÃO JOSÉ LTDA. | R\$ 69,23 | R\$ 138,46 |
| 1 | ASSINATURA DO JORNAL SANTA CATARINA DE BLUMENAU | RBS ZERO HORA ED. JORNALIST. S/A (J.S.C.) | R\$ 502,00 | R\$ 502,00 |
| 50 | BLOCO PARA RECADO, ANOTE E COLE 7,5 X 7,5 | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 4,90 | R\$ 245,00 |
| 1 | FRAGMENTADORA/PICOTADEIRA DE PAPEIS ELETRICA | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 323,00 | R\$ 323,00 |
| 10 | CAIXA DE GRAMPO PARA MAQUINA RICOH PRO 1107 EX P/B 25011 R | XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA) | R\$ 228,00 | R\$ 2.280,00 |
| 10 | CAIXA DE GRAMPO PARA MAQUINA RICOH MP 4000 P/B 25005 R | XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA) | R\$ 156,00 | R\$ 1.560,00 |
| 10 | CAIXA DE GRAMPO PARA MAQUINA RICOH 7501 COLOR 25007 R | XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMATICA) | R\$ 110,00 | R\$ 1.100,00 |
| 1 | SERVIÇO DE TRADUÇÃO DE LÍNGUA. | IARA DREGER CONSULTORIA M E | R\$ 2.100,00 | R\$ 2.100,00 |
| 1 | MÃO DE OBRA TÉCNICA | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 446,28 | R\$ 446,28 |
| 1 | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 LUBRAX EXTRA TURB 5L | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 48,83 | R\$ 48,83 |
| 1 | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 LUBRAX EXTRA TURB 1L | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 10,28 | R\$ 10,28 |
| 1 | ELEM ÓLEO LUBRIFICANTE | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 107,86 | R\$ 107,86 |
| 1 | ELEM ÓLEO COMB | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 114,16 | R\$ 114,16 |
| 1 | ANTICOR 1L | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 7,09 | R\$ 7,09 |
| 1 | BATERIA PB ÁCIDA 12VCC 100AH CS 100E | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 345,26 | R\$ 345,26 |
| 1 | JUNTA VED TAMPA VALV MOD 2004 | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 102,14 | R\$ 102,14 |
| 1 | ELEM FILTRO AR | STEMAC S/A GRUPOS GERADORES | R\$ 40,46 | R\$ 40,46 |
| 1 | BIOCLEAN PLUS - DETERGENTE CONC. P/ BIO-2000 | PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA | R\$ 42,00 | R\$ 42,00 |
| 1 | PONTEIRA PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA PIPETA AUTOMÁTICA, NA COR AMARELA, TAMANHO PEQUENO, PACOTE COM 1000 UNID. | PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA | R\$ 11,00 | R\$ 11,00 |
| 1 | PONTEIRA PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA PIPETA AUTOMÁTICA, NA COR AMARELA, TAMANHO PEQUENO, PACOTE COM 1000 UNID. | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 11,00 | R\$ 11,00 |
| 1 | PONTEIRA PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA PIPETA AUTOMÁTICA DE 1000 MICROLITROS, TAMANHO MÉDIO, PACOTE COM 1000 UNID. | PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA | R\$ 16,00 | R\$ 16,00 |

| | | | | |
|------|--|---|--------------|--------------|
| 1 | PONTEIRA PLÁSTICA DESCARTÁVEL PARA PIPETA AUTOMÁTICA DE 1000 MICROLITROS, TAMANHO MÉDIO, PACOTE COM 1000 UNID. | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 16,00 | R\$ 16,00 |
| 500 | FRASCO PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE ROSCA. | PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA | R\$ 0,23 | R\$ 115,00 |
| 500 | FRASCO PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE ROSCA. | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 0,23 | R\$ 115,00 |
| 1 | ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) COM 25 - BIOEASY. | PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA | R\$ 136,00 | R\$ 136,00 |
| 1 | ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) COM 25 - BIOEASY. | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 136,00 | R\$ 136,00 |
| 2 | BEBEDOURO ELÉTRICO DE COLUNA TIPO GARRAFO DE 20 LITROS COM 02 TORNEIRAS | CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS) | R\$ 390,60 | R\$ 781,20 |
| 1 | LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO | FLORICULTURA GIO FLORES | R\$ 733,00 | R\$ 733,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | H DANTAS & DANTAS LTDA-ME | R\$ 507,61 | R\$ 507,61 |
| 1 | ARRANJOS DE FLORES | FLORICULTURA GIO FLORES | R\$ 1.003,00 | R\$ 1.003,00 |
| 1 | BOMBA MANUAL PARA ENCHER PNEU | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 35,00 | R\$ 35,00 |
| 1 | QUADRO/MOLDURA EM CORTICA COM ACABAMENTO EM ALUMÍNIO 100 X 90 | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 98,00 | R\$ 98,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | ELSON MANOEL PEREIRA-1229021303 | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |
| 8 | PISO CERAMICO 31 X 31 | CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS) | R\$ 24,40 | R\$ 195,20 |
| 1 | BALANÇA DIGITAL | CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME | R\$ 1.130,00 | R\$ 1.130,00 |
| 1 | VIDRO LISO 4MM 69,5 X 44 | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 50,00 | R\$ 50,00 |
| 2 | VIDRO LISO 4MM 127 X 61CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 43,00 | R\$ 86,00 |
| 1 | VIDRO LISO 4MM. 127 X 51 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 19,00 | R\$ 19,00 |
| 1 | APARELHO CELULAR MARCA BLACKBERRY MODELO 9700 | ALVES LTDA (CELULAR COMPANY) | R\$ 2.339,00 | R\$ 2.339,00 |
| 10 | ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS) | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 31,00 | R\$ 310,00 |
| 1 | VIDRO LISO PARA DIVISÓRIA 3MM, MEDIDAS 103 X 120 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 76,00 | R\$ 76,00 |
| 1 | VIDRO MINI BOREAL NA MED103 X 77 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 54,00 | R\$ 54,00 |
| 1 | VIDRO MINI BOREAL NA MED. 103 X 117 CM | EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS) | R\$ 76,00 | R\$ 76,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | CRISTIANO DA ROZA GONÇALVES-123.59421.56.7 | R\$ 3.950,00 | R\$ 3.950,00 |
| 1 | CARRINHO TIPO ARMAZÉM COM CAPACIDADE 180KG COM RODA MAÇIÇA DE 8" COM ROLETE | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 142,97 | R\$ 142,97 |
| 8 | ENCADERNAÇÃO ATOS DE MESA E PORTARIAS | MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY) | R\$ 35,00 | R\$ 280,00 |
| 5 | FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO DE ÁREA | GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | R\$ 9,50 | R\$ 47,50 |
| 1 | PARAFUSO METALICO ROSCA SUBERBA 4,2 X 45 CAB. CHATA | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 19,60 | R\$ 19,60 |
| 1 | PARAFUSO METALICO ROSCA SOBERBA 4,2X32MM CAB. CHATA PHILL. | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 22,00 | R\$ 22,00 |
| 1 | PARAFUSO METALICO ROSCA SUBERBA 4,2 X 32MM, FENDA CAB. CHATA | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 27,50 | R\$ 27,50 |
| 400 | PARAFUSO AUTOATERRACHANTE 3,2X16MM CABEÇA CHATA | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 0,03 | R\$ 12,00 |
| 1 | PARAFUSO AUTOATARRACHANTE 3,9X25MM CABEÇA CHATA | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 19,00 | R\$ 19,00 |
| 370 | PARAFUSO AUTOATARRACHANTE 3,5X25MM CABEÇA CHATA | LOJA DOMINIK LTDA. | R\$ 0,07 | R\$ 25,90 |
| 5000 | PASTA EM PAPELÃO PARA DOCUMENTOS C/ BOLSO COM LOGOTIPO DA ALESC | CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP (GRAFICA BELLETTI) | R\$ 0,89 | R\$ 4.450,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DO MAESTRO PAULO LIRA E QUARTETO DE CORDAS DE INDAIL, PARA EXECUÇÃO DE HINO. | PAULO HENRIQUE TADEU LIRA - PIS 127.213.707-25 | R\$ 500,00 | R\$ 500,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | LOURIVAL JOSÉ MARTINS FILHO- PIS: 1239499125-0 | R\$ 907,70 | R\$ 907,70 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | GAUDENCIO FRIGOTTO PIS:10258660969 | R\$ 3.311,30 | R\$ 3.311,30 |
| 1 | SERVIÇO DE TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 500,00 | R\$ 500,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | COSTA E KRANZ CONSULTORES S/A | R\$ 7.900,00 | R\$ 7.900,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE JOGO DE TOALHA GRANDE PARA MESA DE PALESTRA. | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 50,00 | R\$ 50,00 |
| 12 | LOCAÇÃO DE JOGOS DE TOALHAS BRANCA PARA MESA DE SUPORTE. | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 15,00 | R\$ 180,00 |
| 6 | LOCAÇÃO DE COLUNAS. | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 5,00 | R\$ 30,00 |

| | | | | |
|-----|---|--|--------------|--------------|
| 2 | LOCAÇÃO DE CORTINA | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 150,00 | R\$ 300,00 |
| 4 | LOCAÇÃO DE VASOS DE PLANTAS PARA AMBIENTE. | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 30,00 | R\$ 120,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE TRIBUNA EM MADEIRA COM TECIDO. | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 50,00 | R\$ 50,00 |
| 500 | LOCAÇÃO DE CADEIRAS DE FERRO BRANCA. | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 4,00 | R\$ 2.000,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | CLARISSE LEAL- 10238535050 | R\$ 3.042,84 | R\$ 3.042,84 |
| 2 | LOCAÇÃO DE SOBRE TOALHA BRANCA PARA MESA DAS AUTORIDADES | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 5,00 | R\$ 10,00 |
| 3 | ARRANJOS DE FLORES PEQUENOS | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 25,00 | R\$ 75,00 |
| 1 | ARRANJO DE FLORES PARA MESA DE AUTORIDADE. | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 100,00 | R\$ 100,00 |
| 4 | ARRANJO DE FLORES PARA A ENTRADA | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 100,00 | R\$ 400,00 |
| 2 | ARRANJO DE FLORES LATERAL | MAURA VERGINIA MANDELLI (FLORICULTURA DECORARTE) | R\$ 80,00 | R\$ 160,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE | LEILANE MARIA ZAVARIZE DA ROSA PIS:10111343833 | R\$ 317,81 | R\$ 317,81 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - PLENÁRIO | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 200,00 | R\$ 200,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO VALDIR COBALCHINI | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 495,00 | R\$ 495,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO MANOEL MOTTA | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 495,00 | R\$ 495,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO JORGINHO MELLO | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 495,00 | R\$ 495,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GELSON MERISIO | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 495,00 | R\$ 495,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO EDUARDO CHEREM | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 495,00 | R\$ 495,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADA ANA PAULA LIMA | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 495,00 | R\$ 495,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GENÉSIO GOULART | METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA | R\$ 490,00 | R\$ 490,00 |
| 3 | ENVELOPE TIPO OFICIO 23,4X11,3 CM COM LOGOMARCA DA ALESC. | CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP (GRAFICA BELLETTI) | R\$ 616,00 | R\$ 1.848,00 |
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE 46,50 M² DE DIVISÓRIA ACÚSTICA. | ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS | R\$ 5.680,00 | R\$ 5.680,00 |
| 1 | BANNER COM IMAGEM DIGITALIZADA EM LONA, DIMENSÃO 300 X 200 CM (LARGURA X H). | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 250,00 | R\$ 250,00 |
| 4 | BANNER COM IMAGEM DIGITALIZADA EM LONA, DIMENSÃO 100 X 200 CM (LARGURA X H). | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 85,00 | R\$ 340,00 |
| 1 | SERVIÇO DE DRENAGEM, ESTERILIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE ANTI-ODOR EM CARPET. | CLEANING-DRY DO BRASIL LTDA - ME | R\$ 480,00 | R\$ 480,00 |
| 11 | ARRANJOS DE FLORES | FLORICULTURA ALEXANDRA LAUS LTDA ME | R\$ 113,00 | R\$ 1.243,00 |
| 2 | CALCULADORA DE MESA, E MANUAL, COM 12 DÍGITOS,VISOR DE CRISTAL | FERNANDES E SOUZA LTDA EPP. | R\$ 18,60 | R\$ 37,20 |
| 6 | FITA MENDING TISSUE, ADESIVA NEUTRA | Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME | R\$ 85,00 | R\$ 510,00 |
| 1 | PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO | FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS | R\$ 292,00 | R\$ 292,00 |
| 1 | BANNER VERTICAL EM LONA 1,60M X 1,00M "SERVIDOR EM FOCO". | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 69,00 | R\$ 69,00 |
| 1 | BANNER VERTICAL EM LONA 1,60M X 1,00M "ESCOLA DO LEGISLATIVO ANO 10". | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 69,00 | R\$ 69,00 |
| 1 | BANNER DE MESA EM LONA, 2,00 X 0,70 "SERVIDOR EM FOCO". | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 61,00 | R\$ 61,00 |
| 1 | BANNER DE MESA EM LONA 2,00M X 0,70M "ESCOLA DO LEGISLATIVO ANO 10". | MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART) | R\$ 61,00 | R\$ 61,00 |
| 1 | CONCERTO DE ENCADERNADORA KRAUSE | PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. | R\$ 95,00 | R\$ 95,00 |
| 2 | CONCERTO DE ENCADERNADORAS LASSANE | PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. | R\$ 299,00 | R\$ 598,00 |
| 4 | HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM | IC SOLUÇÃO EM HOTELARIA LTDA | R\$ 369,00 | R\$ 1.476,00 |
| 12 | ESCOVA PARA LIMPEZA DE GARRAFA TERMICA * | GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE) | R\$ 2,80 | R\$ 33,60 |
| 200 | CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A - CONTATO,CARLOS 3271-6016 | R\$ 16,74 | R\$ 3.348,00 |
| 1 | LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO NA SOCIEDADE RECREATIVA IPIRANGA | SOCIEDADE RECREATIVA ESPORTIVA IPIRANGA | R\$ 1.200,00 | R\$ 1.200,00 |
| 10 | REJUNTE CINZA CLARO, 1 KG | HBJ Comércio de Materiais de Construção LTDA ME | R\$ 1,70 | R\$ 17,00 |

*** X X X ***